



Universidade de Lisboa
FACULDADE DE LETRAS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Hinos e Marchas militares no Estado Novo (1933-1958)

**- Contributo para a História da Música Militar na Propaganda
do Estado Português**

Franck Noël da Silva Alferes

Dissertação de Mestrado em Didáctica da História

Lisboa

2012

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA



Hinos e Marchas militares no Estado Novo (1933-1958)
-Contributo para a História da Música Militar na Propaganda
do Estado Português

Franck Noël da Silva Alferes

Dissertação de Mestrado em Didáctica da História

Dissertação de Mestrado em Didáctica da História, apresentada pelo licenciado Franck Noël da Silva Alferes, sob a orientação do Professor Doutor Fernando Grilo.

Lisboa

2012

Resumo

Palavras-chave: História; Didáctica; Estado Novo; Propaganda; Música; Música Militar.

O presente trabalho centra-se no estudo dos Hinos e Marchas, do período de 1933-1958, e no seu contributo para a História da Música Militar. O conceito de História do Estado Novo serve de base para compreender os fundamentos da música, nomeadamente as Letras dos Hinos e Marchas e a sua prática didáctica na doutrinação do povo através da propaganda do Estado Novo.

Através da realização deste trabalho tive como objectivo sistematizar toda a informação encontrada sobre a História do Estado Novo e Hinos e Marchas deste período, de forma a redigir um documento onde esta se concretizasse permitindo reconhecer a sua influência nas Letras dos Hinos e Marchas e a possibilidade de reflexão da sua orientação propagandística do regime vigente neste quadro da História.

Estado Novo foi a designação atribuída ao regime autoritário corporativo e assente em valores conservadores como o totalitarismo, nacionalismo e culto do chefe, instaurado por António de Oliveira Salazar com a aprovação da Constituição de 1933. Este regime manteve uma forte propaganda de modo a aplicar o seu carácter acentuadamente nacionalista, nas suas preocupações de ordem social, impondo-se na Educação Nacional, destacando-se na música e também nas instituições militares, contribuindo para a História da Música Militar.

A didáctica é a ciência do ensino que organiza e sistematiza a construção do conhecimento, utilizando a interdisciplinaridade e intercomplementaridade para torná-lo mais acessível e compreensível a todos que o utilizam.

No presente estudo a didáctica tem a ver com a selecção e a representação de argumentos que sejam valiosos para o regime salazarista e, portanto, apresentam-se como conteúdos a aprender. É aqui utilizada como técnica e também instrumento de nivelamento do ensino, homogeneizando o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem a toda a população. A didáctica é usada como técnica de estimular, dirigir e encaminhar a formação da sociedade civil.

A música militar estabelece aqui uma relação com a população através das suas actuações públicas realizadas pelas Bandas de Música que divulgam os Hinos e Marchas de acordo com a propaganda do Estado Novo. Tem uma eficácia formativa e instrutiva, conduz o povo à progressiva aquisição de hábitos, conhecimentos e ideias do regime político vigente.

A música tem a capacidade de afectar as emoções e intelecto através do prazer da sua audição. Através da música, as Letras dos Hinos e Marchas podem estimular as acções populares, logo a música é uma poderosa forma de arte cujo apelo estético está altamente relacionado com a cultura na qual é composta e executada.

Résumé

Mots clés : Histoire ; Didactique ; État Nouveau ; Propagande ; Musique ; Musique militaire.

Ce travail met l'accent sur l'étude des Hymnes et des Marches, la période de 1933-1958 et de sa contribution à l'histoire de la musique militaire. Le concept de l'histoire de l'État Nouveau sert de base pour comprendre les principes fondamentaux de la musique, surtout les paroles des Hymnes et des Marches et leur pratique d'enseignement à l'endoctrinement du peuple par la propagande de l'État Nouveau.

Ce travail avait comme objectif de systématiser toutes les informations trouvées sur l'histoire de l'État Nouveau et des Hymnes et des Marches de cette période, afin de composer un document où cela se produise vous permettant de reconnaître son influence sur les paroles des Hymnes et des Marches et la possibilité d'une réflexion de l'orientation de la propagande de son régime dans cette partie de l'histoire.

L'État Nouveau était la désignation donnée au régime autoritaire et corporatif basée sur des valeurs conservatrices comme le totalitarisme, le nationalisme et le culte du chef, introduit par António de Oliveira Salazar, avec l'approbation de la Constitution de 1933. Ce régime a maintenu une forte propagande afin d'appliquer son caractère fortement nationaliste dans ses préoccupations d'ordre social, en s'imposant à l'éducation nationale, particulièrement en musique et aussi dans les institutions militaires, contribuant à l'histoire de la musique militaire.

La Didactique est la science de l'enseignement qui organise et systématise la construction de la connaissance, à l'aide de l'interdisciplinarité et

l'intercomplémentarité pour le rendre plus accessible et plus compréhensible pour tous qui l'utilisent.

Dans la présente étude la didactique est liée à la sélection et à la représentation des arguments qui sont utiles pour le régime de Salazar et sont donc les contenus à apprendre. Il est utilisé ici comme une technique et aussi un instrument de nivellement d'apprentissage, l'homogénéisation du développement du processus d'enseignement-apprentissage à l'ensemble de la population. La didactique est utilisée comme une technique de stimuler, de diriger et de orienter la formation de la société civile.

La musique militaire établit une relation avec la population par le biais de ses représentations publiques menées par les corps de musique qui révèle les Hymnes et des Marches selon la propagande de l'État Nouveau. Il a une efficacité formatif et instructif, conduit les gens à l'acquisition progressive des habitudes, des connaissances et des idées du régime politique de l'époque.

La musique a la capacité d'influer sur les émotions et l'intellect à travers du plaisir de l'audition. À travers de la musique, les paroles des Hymnes et des Marches peuvent stimuler des actions populaires, la musique est une forme d'art puissante dont l'appel esthétique est fortement liée à la culture dans laquelle elle est composée et interprétée.

Plano de Dissertação

«Hinos e Marchas militares no Estado Novo (1933-1958) – Contributo para a História da Música Militar na Propaganda do Estado Português»

Palavras-Chave

História – Didáctica – Estado Novo – Propaganda – Música – Música Militar

Plano de Trabalho

Introdução

Cap. I – O Estado Novo. Referência de algumas linhas de força da ideologia e da prática política e social.

Cap. II – O Estado Novo e a sua propaganda.

II.1. – A propaganda no exército.

II.2. – A Música e Letra dos Hinos e Marchas como elementos de propaganda.

Cap. III – A Educação musical no Estado Novo. Currículo e legislação.

III.1. – A música durante o Estado Novo – sistema educativo.

III.2. – A música e a sua ligação ao exército.

Cap. IV – Letras e músicas como expressão da orientação política do Estado:

Os Hinos e Marchas.

IV.1. – O poder das Letras dos Hinos e das Marchas.

IV.2. – Análise de conteúdo das Letras dos Hinos e Marchas.

Cap. V – Os autores dos Hinos e Marchas:

Breve biografia de Branca da Silveira e Silva; Mário Gomes Pires Beirão; Raul

Ferrão; Eduardo Pires; Mário de Sampayo Ribeiro; Lourenço Alves Ribeiro;

Frederico Guedes Freitas ; Francisco Moreira das Neves ; Rui Correia Leite;

António Dimas da Silva Barracoso; Duarte Ferreira Pestana.

Conclusão

Bibliografia

Anexos: Apêndice fotográfico

Apêndice documental

Índice

Índice Geral	9
Índice de Figuras	11
Introdução	13
I.O Estado Novo. Referência de algumas linhas de força da ideologia e da prática política e social	16
II.O Estado Novo e a sua propaganda	52
II.1. A Propaganda no exército.....	61
II.2. A Música e Letra dos Hinos e Marchas como elementos de Propaganda.....	63
III.A Educação Musical no Estado Novo. Currículo e legislação	77
III.1. A música durante o Estado Novo-sistema educativo.....	77
III.2. A música e a sua ligação ao exército.....	87
IV.Letras e músicas como expressão da orientação política do Estado: os Hinos e Marchas	98
IV.1. O Poder das Letras dos Hinos e Marchas.....	98
IV.2. Análise de conteúdo das Letras dos Hinos e Marchas.....	103

V.Os Autores dos Hinos e Marchas:

breve biografia de Branca da Silveira e Silva, Mário Gomes Pires Beirão, Raul Ferrão, Eduardo Pires, Mário de Sampayo Ribeiro, Lourenço Alves Ribeiro, Frederico Guedes de Freitas, Francisco Moreira das Neves, Rui Correia Leite, António Dimas da Silva Barracoso, Duarte Ferreira Pestana.....139

Conclusão.....154

Bibliografia.....160

Apêndice fotográfico.....I

Apêndice documental.....X

Índice de Figuras

- 1** – António de Oliveira Salazar (p. 17)
- 2** – Cartaz incentivando o voto na Constituição de 1933 (p. 19)
- 3** – Membros da Legião Portuguesa (p. 21)
- 4** – Boletim da Legião Portuguesa (p. 22)
- 5** – Rapaz e rapariga com a farda da Mocidade Portuguesa, fazendo a saudação romana (p. 24)
- 6** – Jovens da Mocidade Portuguesa desfilando (p. 25)
- 7** – Cartaz de propaganda: Dr. António de Oliveira Salazar Salvador da Nação Portuguesa (p.27)
- 8** – Habitações operárias-Famílias típicas das classes populares, Setúbal (p. 34)
- 9** – Página do Livro de Leitura da Primeira classe (p. 38)
- 10** – Capa de O Livro da Primeira Classe (p. 39)
- 11** – Página de O Livro da Primeira Classe (p. 40)
- 12** – Página de O Livro da Primeira Classe (p. 41)
- 13** – Objectos que fazem parte da decoração do interior das salas de aula (p. 42)
- 14** – Cartaz Dignificação do Trabalho e de Justiça Social (p. 44)
- 15** – Cartaz As Finanças (p. 44)
- 16** – Cartaz Defesa da Nação e do Império (p. 45)
- 17** – Cartaz As Obras Públicas (p. 45)
- 18** – General Norton de Matos (p. 48)
- 19** – General Humberto Delgado (p. 49)
- 20** – Diário de Notícias, 27 de Abril de 1953 (p. 53)
- 21** – Salazar na cerimónia de posse de António Ferro do SPN (p. 58)
- 22** – Cartaz de propaganda à lista da União Nacional (p. 60)
- 23** – Cartaz de propaganda a Salazar (p. 60)
- 24** – Cartaz de propaganda às Festas do Duplo Centenário da Fundação e Restauração de Portugal (p. 61)

- 25** – Partitura da cantiga “Água corrente”, Leituras, IV Classe (p. 71)
- 26** – Partitura da cantiga “Ecos do Alentejo”, Leituras, IV Classe (p. 72)
- 27** – Banda de Música do Orfanato Municipal de Setúbal (p. 73)
- 28** – Comemorações Centenárias. Desfile da Legião Portuguesa, Palmela, 1940 (p. 74)
- 29** – Comemorações Centenárias. Desfile das meninas da escola, Palmela, 1940 (p. 75)
- 30** – Comemorações Centenárias da Fundação e Restauração da Nacionalidade, Desfile de Filarmónica, Palmela, 1940 (p. 75)
- 31** – Procissão do Senhor dos Passos, Palmela, 1938 (p. 76)
- 32** – Cartaz “Deus, Pátria e Família: a trilogia da Educação Nacional” (p. 78)
- 33** – Hino do Exército (p. 89)
- 34** – Banda da Guarda Nacional Republicana, deslocação ao estrangeiro, 1963 (p. 92)
- 35** – Fanfarra da Guarda Fiscal a desfilar com a Fanfarra da Armada, 1959 (p. 93)
- 36** – Banda da Guarda Nacional Republicana (p. 95)
- 37** – Banda da Força Aérea na Procissão da Nossa Senhora da Saúde, Lisboa (p.95)
- 38** – Manifestação de júbilo a Salazar, no Terreiro do Paço, Lisboa, 1939 (p.100)
- 39** – Branca da Silveira e Silva (p. 139)
- 40** – Mário Beirão (p. 140)
- 41** – Lourenço Alves Ribeiro (p. 145)
- 42** – Frederico de Freitas (p. 146)
- 43** – Padre Moreira das Neves (p. 149)
- 44** – Rui Correia Leite (p. 150)
- 45** – Duarte Ferreira Pestana (p.152)

Introdução

O presente trabalho centra-se no estudo das Letras dos Hinos e Marchas e na sua utilização didáctica e propagandística do Estado Novo.

Tentarei no decorrer da dissertação dar uma visão de que os Hinos e Marchas eram compostos de acordo com o momento historicamente vivido, verificando-se uma evolução das suas Letras ao longo deste período da História e tinham a função de dirigir e orientar a população para as ideias do Estado Novo. Daí a necessidade deste estudo se situar num período específico, entre 1933 e 1958, pois neste período registam-se diferentes momentos da história do Estado Novo, o que nos permite aferir se esses acontecimentos se refletem no conteúdo das Letras dos Hinos e Marchas.

Nas pesquisas que fiz em órgãos da Imprensa Militar e Bibliotecas apercebi-me de que a documentação sobre este tema, em Portugal, é escassa e encontra-se dispersa e não há muita informação sobre alguns Hinos e Marchas, nomeadamente o desconhecimento da data da sua composição ou de um dos autores, seja da música ou da Letra, em parte porque alguns são documentos originais sem essa informação e foram utilizados em contextos restritos, estando na posse de Arquivos Históricos Militares até à presente data. A documentação existente com informação biográfica de alguns autores dos Hinos e Marchas é insuficiente e de alguns até é inexistente.

Através da realização deste estudo pretendo sistematizar toda a informação encontrada de forma a redigir um trabalho onde esta se reúna e possibilite um melhor conhecimento e reflexão sobre o tema ainda não estudado em Portugal, pois o contributo dos Hinos e Marchas militares para a inculcação ideológica dos valores do regime neste período encontram-se na sua generalidade por estudar.

A escolha deste tema foi baseada essencialmente em três circunstâncias: no facto de ser músico militar; de ser instrutor militar de estética musical, devido à minha formação em música e filosofia; e de pretender a divulgação do património histórico musical, para uma maior consciencialização social do valor da música como modelo didáctico e formativo da sociedade.

No desenvolvimento deste trabalho proponho-me analisar os conteúdos literários e musicais condicionantes da Educação ao tempo do Estado Novo investigando os Hinos e Marchas do regime como expressão educacional popular.

A estética é um consenso geral do que é belo, trazendo isso para a música, um dos maiores consensos da estética musical é que não se pode medir uma música pela quantidade de notas tocadas, mas sim medi-la pela influência que exerce na vida de alguém. Por essa razão se torna tão importante a análise de conteúdo das Letras dos Hinos e Marchas.

Considero que o recurso a esta técnica, análise de conteúdo, permitirá o desmembramento das Letras dos Hinos e das Marchas em termos avaliativos com significação relevante neste período histórico, pois esta análise fundamenta-se na ideia de que a linguagem representa e acaba por refletir directamente a pretensão daquele que a utiliza. A frequência de aparição dos termos avaliativos assenta no princípio de que quanto maior a sua frequência, maior a sua importância, ou seja, maior a sua pretensão formativa.

Daí a sua relevância para compreender e comprovar a utilização dos Hinos e Marchas por parte do regime vigente como função educacional da população permitindo e favorecendo a inculcação das ideias do Estado Novo.

O desenvolvimento da presente dissertação não teria sido possível sem o contributo precioso de algumas pessoas a quem manifesto desde já a minha gratidão:

Ao Professor Doutor Fernando Grilo, pelo apoio na exploração deste tema, que me orientou com permanente disponibilidade, fornecendo-me preciosas sugestões de trabalho e úteis esclarecimentos ao longo de toda a dissertação;

Ao Director do Mestrado, Professor Doutor Miguel Monteiro, pelos seus ensinamentos, pela motivação e apoio no decurso deste mestrado;

À minha colega de mestrado, Cristina Costa, pelo seu apoio e orientação em alguma recolha bibliográfica na Biblioteca Municipal José Saramago, onde trabalha;

A todos os meus outros colegas de mestrado pelo seu estímulo e apoio no decorrer deste mestrado;

À minha mulher pela sua paciência, dedicação, estímulo e apoio, sem os quais não teria sido possível a concretização desta dissertação;

Ao meu filho que ao longo destes três anos de trabalho por ele se interessou, contribuindo com o seu apoio e afecto.

A todos os meus agradecimentos sinceros.

I. O Estado Novo. Referência de algumas linhas de força da ideologia e da prática política e social.

O âmbito do trabalho foi circunscrito ao estudo do período do Estado Novo, salientando a expressão musical e a utilidade prática dos Hinos e Marchas na instituição militar e na educação do povo.

Os Hinos e Marchas estão normalmente ligados ao contexto histórico da época em que foram compostos, logo fiz um trabalho de síntese deste período do governo de António de Oliveira Salazar, de 1933 a 1958, contextualizando os Hinos e Marchas no âmbito da evolução histórica do país.

Pretendo mostrar de que forma durante este período da história se usou a música como factor de doutrinação, usando como ferramentas essenciais os Hinos e Marchas.

Com essa finalidade faço uma análise de conteúdo das letras dos Hinos e Marchas, de modo a determinar de que forma eram veiculados os ideais salazaristas.

Tentarei mostrar que o governo de Salazar tinha noção das potencialidades do uso da música como factor de socialização e procurou inculcar os valores do regime vigente utilizando para isso os Hinos e Marchas, integrando-os sob várias vertentes, nas escolas, na Mocidade Portuguesa, na Legião Portuguesa, nas Sociedades Filarmónicas e Recreio, nas comemorações e festas populares.

Salazar e o Estado Novo

O início do processo de construção do Estado Novo ficou associado de um modo muito

forte à política de equilíbrio orçamental a todo o custo e à redução das despesas públicas, e por outro lado, ao confronto entre os que tinham uma visão industrializante e os que tinham uma visão ruralizante, durante a década de 30.

Salazar tinha uma visão ruralizante do desenvolvimento e do futuro do país. A apologia do ideal rural de vida e os apelos à mediania e ao sacrifício como regras morais da vida foram algo de constante.



Fig. 1

António de Oliveira Salazar

António de Oliveira Salazar, professor de Economia Política e Finanças na Universidade de Coimbra, foi nomeado ministro das Finanças para resolver a grave crise económico-financeira em que o país se encontrava, pois segundo Fernando Rosas os efeitos das crises de 1921, da valorização do escudo em 1924, e da Grande Depressão de 1929 afectaram gravemente a economia, os negócios e as finanças públicas.

Era imprescindível «ordem nas finanças, pelo equilíbrio do orçamento, ordem nas ruas e nos espíritos, pelo reforço dos poderes do Estado. Mas como? Tudo se prestava à emergência de uma autoridade que, agindo *super partes*, interpretasse objectivamente o interesse do conjunto sobre o de cada um dos seus sectores debilitados e desavindos, aplicando-o com a força resultante da autonomia arbitral desse Estado de toda a burguesia.

Na luta que dentro da ditadura se travou acerca do futuro, vimos que o salazarismo se impôs e venceu».¹

Em 1932, Salazar foi nomeado chefe do Governo (Presidente do Conselho), cargo que manteve durante 36 anos.

«O regime político liderado por Salazar revelou-se autoritário, corporativista, conservador, colonialista e repressivo».²

Sob a sua orientação fez-se uma nova Constituição, em 1933.

A partir de 1932 instaurou-se em Portugal um novo regime, o Estado Novo, que durou quarenta e dois anos (1932-1974).

¹F. ROSAS, “O Estado Novo nos anos 30”, *História de Portugal*, dir. de José Mattoso, vol VII, 1994, Lisboa, Círculo de Leitores, pag. 243.

²C. AMARAL; J. CASTRO; B. ALVES, *Descobrir a História*, 2010, Porto Editora, pag. 108.

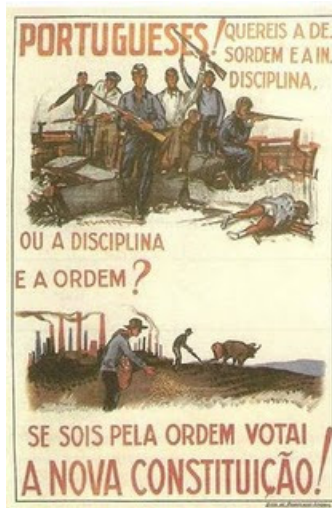


Fig. 2

Cartaz incentivando o voto na Constituição de 1933

A Constituição de 1933 determinava quatro órgãos de soberania: o presidente da República, a Assembleia Nacional (Parlamento), o Governo e os Tribunais.

O regime emerge, no seu funcionamento político, como uma ditadura de chefe de Governo, com o progressivo esvaziamento dos poderes do presidente da República e da Assembleia Nacional.

O Governo passou a ser o órgão de soberania com mais poder e a decretar a maioria das leis.

Em poucos anos, Salazar conseguiu que o Estado acumulasse algumas reservas de ouro e não precisasse de recorrer a empréstimos estrangeiros.

Este equilíbrio financeiro foi possível porque aumentou as receitas do Estado através de impostos e diminuiu as despesas com a educação, saúde e assistência social.

Salazar controlava todos os Ministérios e governava o país de uma forma autoritária e absoluta. Dele dependiam todas as decisões administrativas e políticas.

Todos os que queriam intervir nas actividades políticas do país tinham de pertencer à União Nacional, criada em 1931.

União Nacional

A União Nacional tratava-se de uma organização não partidária, com a qual se pretendia a união do Estado Novo, sendo também necessária a extinção dos partidos políticos e a limitação severa da liberdade de expressão. Assim sendo, passou apenas a existir um partido único, a 'não partidária' União Nacional.

Adjacente à criação da União Nacional, vinham os fins que esta pretendia atingir: desviar do seu campo tudo o que possa desunir os Portugueses. O auge desta devoção pela Nação e pelo Estado, deu-se anos mais tarde com a criação da Legião Portuguesa, que visava defender o regime contra a 'ameaça comunista', sendo a sua filiação de carácter obrigatório. Já a Mocidade Portuguesa, também de carácter obrigatório servia para inculcar aos jovens estudantes os valores nacionalistas e patrióticos do Estado Novo.

Legião Portuguesa

A Legião Portuguesa foi fundada por proposta de J. Botelho Moniz e é criada oficialmente pelo Decreto-Lei nº 27058 de 30 de Setembro de 1936, na sequência de ideias favoráveis à criação de uma instituição cujo objectivo seria defender o património espiritual da Nação e o país da ameaça comunista.



Fig. 3 - Membros da Legião Portuguesa

Ganhou forma e força após a grande manifestação realizada na Praça de Touros do Campo Pequeno em 28 de Agosto de 1936 e fica sob a alçada dos Ministérios do Interior e da Guerra.

É-lhe conhecida como incumbência principal a defesa do país por imperativos da guerra Civil de Espanha, pois chegou ao conhecimento do Estado Português através da imprensa espanhola que existia alguma agitação da Frente Popular com o apoio militar daquele país contra o Estado Novo com a conivência do próprio governo e de forças comunistas chegadas de outros pontos a fim de fazerem a revolução em Espanha e passar então a Portugal. Reinava a preocupação da unificação ibérica com a formação de uma Federação de Repúblicas Soviéticas da Península.

Houve que regular as acções desta força e enquadrá-la na realidade do momento. Para o efeito é submetida a dependência directa do Governo e actuava geralmente sob as ordens da autoridade civil ou militar.

Hino Legionário: 1937, por José Gonçalves Lobo

«Nós teremos que vencer	Reparai no seu marchar,
Nada temos a temer	Os braços a oscilar
Da invasão comunista;	Elevando a mão ao peito.
Já existe a Legião,	Garbosos e aprumados,
Ao vento solta o pendão,	São verdadeiros soldados
Dá combate ao anarquista.	Da ordem e do respeito!
Não voltamos ao passado,	Ele é um soldado unido,
Acabou o revoltado,	Quer na paz ou quer no perigo,
Disso temos a certeza;	O seu lema é avançar.
E mais tranquilos andamos	Respeita o seu comandante,
Porque todos confiamos	Gritando sempre: Avante!
Na Legião Portuguesa.	Por SALAZAR! SALAZAR!» ³

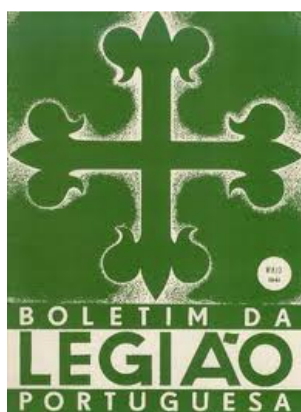


Fig. 4 – Boletim da Legião Portuguesa

³F. COSTA; A. MARQUES, *História e Geografia de Portugal*, 2007, Porto Editora, pag. 114.

Mocidade Portuguesa

A **Mocidade Portuguesa Masculina** foi criada no ano de 1936. Foi uma organização oficial juvenil, integrada no Ministério da Educação Nacional e administrada por um Comissário Nacional. Os seus objectivos eram enquadrar na mentalidade dos mais jovens os valores do regime: “Deus, Pátria e Família”.

Esta organização enquadrava os jovens (sexo masculino) por escalões etários, cada um deles com nomes específicos: os lusitos (dos 7 aos 10 anos), os infantes (dos 10 aos 14 anos), os vanguardistas (dos 14 aos 17 anos) e os cadetes (dos 17 aos 25 anos).

Todos os sábados, todos os que pertenciam à Mocidade, tinham que cumprir certas obrigações ou rituais, tais como içar a bandeira, saudação romana «adoptada como sinal de subordinação hierárquica e patriótica solidariedade»⁴, marchas militares, exercícios físicos, palestra patriótica e cantar o hino da organização. Tinham por símbolo a bandeira de D. João I.

O uniforme da Mocidade Portuguesa era composto por uma camisa verde (com distintivo sobre o lado esquerdo), calção ou calça comprida bege e uns botins pretos.

A **Mocidade Portuguesa Feminina** formou-se em Dezembro de 1937 e tinha como objectivos formar uma nova mulher, boa católica e portuguesa, futura mãe e esposa obediente.

As filiadas organizavam-se de acordo com quatro escalões: as lusitas (dos 7 aos 10 anos), as infantas (dos 10 aos 14 anos), as vanguardistas (dos 14 aos 17 anos), e as lusas (a partir dos 17 anos).

⁴Rómulo de CARVALHO, *História do Ensino em Portugal*, 1996, Fundação Calouste Gulbenkian, pag. 756.



Fig. 5

Rapaz e rapariga com a farda da Mocidade Portuguesa, fazendo a saudação romana ,
conforme o «artigo 16º do regulamento da Mocidade Portuguesa»⁵.

⁵Rómulo de CARVALHO, *História do Ensino em Portugal*, 1996, Fundação Calouste Gulbenkian, pag. 756.



Fig. 6
Jovens da Mocidade Portuguesa desfilando

Salazar defendia instituições que tinham como finalidade modelar o pensamento e qualquer tipo de expressão individual, por essa razão foi criada a Mocidade Portuguesa que defendia os valores do Estado Novo, procurando construir o Futuro pelo conhecimento e exaltação do Passado. «É um tempo circular que retorna sem cessar a uma época heróica, de esplendor de Portugal e “presentifica” esse passado em função das aspirações para o futuro»⁶.

Segundo Rómulo de Carvalho a Mocidade Portuguesa foi durante o período da sua existência um elemento fundamental na preparação da juventude, ocupando-a, dando-lhe valores morais e cívicos e ajudando à sua formação como Homens ou Mulheres, segundo o regime vigente.

⁶Maria Isabel JOÃO, *Memória e Império.Comemorações em Portugal,1880-1960*, 2002, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pag.687.

A ideia de Nação, Culto do Chefe e militarização da sociedade

A ideia de Nação posta em prática pelo Estado Novo tinha como base a regeneração ou correcção da sociedade através da ordem e da disciplina. Os princípios disciplinares que compunham a instituição militar eram os mais eficientes, a força, a disciplina, a higiene e a coragem, que estavam embutidas no pensamento militar deveriam servir de exemplo para a sociedade. Por isso, um Estado ordeiro só poderia constituir-se pela disciplina militarizada da sociedade.

«O conceito de Nação é a pedra angular da filosofia política do regime, sobrepondo-se à de indivíduo, elemento supostamente subjacente à concepção liberal do Estado. As próprias fórmulas oficiais foram modificadas de acordo com essa concepção.

A frase “saúde e fraternidade”, fecho obrigatório dos ofícios durante a primeira República, foi substituído pelo de “A bem da Nação”. “Tudo pela Nação, nada contra a Nação” era um dos slogans mais repetidos pela propaganda do Estado Novo.»⁷

O conceito de Nação esteve na origem de toda a teoria e prática política deste período. O Chefe é o símbolo do Estado, da Nação e guia dos seus destinos. O Chefe é o homem excepcional, a quem se deve prestar uma obediência cega e seguir sem hesitações. A propaganda promovia o culto do Chefe e normalizava a cultura segundo padrões nacionalistas.

⁷J. H. SARAIVA, *Portugal, Sumário histórico e os Últimos Cem Anos*, 1996, Lisboa, Ed. Mobil.

Salazar foi o criador e um contínuo divulgador da doutrina do Estado Novo. Tomou para si a missão de chefe carismático e desempenhou-a de forma exemplar. Era imprescindível que os portugueses reconhecessem nele a figura incontestável de líder, deveria ser o mais apreciado, o mais virtuoso e despertar sentimentos de elevado Nacionalismo.



Fig. 7

Cartaz de Propaganda em que o Doutor António de Oliveira Salazar

é visto como Chefe e Salvador da Nação Portuguesa,

Salazar e o salazarismo, Salazar através da fotografia.

O Regime e a Guerra de Espanha

Como alguns Hinos e Marchas militares referem a luta ao anarquista e o combate ao comunismo, achei importante a introdução deste ponto para que se possa entender a origem desse tema durante este período.

A Guerra Civil Espanhola, iniciada no dia 18 de Julho de 1936, foi marcada durante três anos, pelo conflito entre as forças nacionalistas de direita com os partidários da esquerda republicana, no poder na época. Este conflito terminou em Abril de 1939, com a vitória das forças nacionalistas de direita comandadas pelo general Francisco Franco, que impôs ao país a repressão através de uma ditadura.

O conflito teve origem na crise económica espanhola, que entre 1929 e 1936 impulsionou grande número de greves e manifestações. Em 1931 a monarquia foi derrubada e foi proclamada a República, mas as reformas promovidas não conseguem melhorar a economia, deixando descontentes vários sectores da sociedade. Nesta altura há no país muitas revoltas e manifestações antigovernamentais.

Os separatistas da Catalunha são reprimidos com violência e crimes. O parlamento é dissolvido e novas eleições são convocadas para 1936. Embora divididos, os partidos de esquerda conseguem agrupar-se e têm como candidato à presidência Azaña y Dias, pela Frente Popular, que sai vitorioso.

Enquanto isso crescem os esforços das correntes de direita para se unirem contra a Frente Popular. Em Julho de 1936 é assassinado por oficiais da polícia o monarquista Calvo Sotelo e eclode o movimento armado para derrubar o governo.

O general Francisco Franco lidera as forças nacionalistas de direita. A Itália, dominada por Mussolini e a Alemanha por Hitler apoiam as tropas de Franco, enviando milhares de voluntários e material bélico. A URSS dá auxílio financeiro e material aos militantes comunistas.

Em Abril, aviões alemães, em apoio aos nacionalistas, bombardearam a cidade basca de Guernica, tragédia que provocou revolta na opinião pública mundial. Entretanto, Franco avança até ao Mediterrâneo, corta o contacto entre Valença e a Catalunha e obriga o governo republicano a transferir a capital para Barcelona. Em pouco tempo a Espanha é dominada pelos franquistas, que entram em Barcelona provocando a fuga dos republicanos pela fronteira francesa.

«A Guerra Civil Espanhola (1936-1939) foi a primeira das grandes crises internacionais que o Dr. Salazar teve de enfrentar»⁸

Na Guerra Civil Espanhola estava fundamentalmente em causa a implantação de um regime republicano parlamentar ou um regime fascista em Espanha, que poderia influenciar toda a Península Ibérica e até o resto da Europa. Por esta razão, o Estado Novo, liderado por Salazar, alinou-se com o general nacionalista Francisco Franco.

«A aproximação com o movimento nacionalista espanhol aparece, portanto, legitimada, não apenas como um puro acto de defesa mas como uma medida de prevenção contra o desequilíbrio das forças europeias.»⁹

A posição e acção (sobretudo diplomática), a nível regional e internacional, de Portugal sobre o conflito espanhol contribuíram muito significativamente para que a causa não-

⁸J. H. SARAIVA, *Portugal, sumário histórico e Os Últimos Cem Anos*, 1996, Lisboa, Ed. Mobil, Pag. 163.

⁹I. DELGADO, *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, Publicações Europa América, Pag. 41.

parlamentar republicana vencesse em Espanha. Esta grande ajuda do Estado Novo aos nacionalistas espanhóis levou com que Portugal e Espanha assinassem mutuamente, em 17 de Março de 1939, o Tratado de Amizade e Não Agressão Luso Espanhol.

«Os factos virão a confirmar que a política ibérica de Salazar dá preferência ao auxílio semioficioso aos agentes nacionalistas em Portugal e ao apoio internacional e que muito pouco espaço será reservado ao papel dos militares neste contexto.»¹⁰

Salazar mantém-se neutro relativamente ao conflito, mas esforça-se por ajudar as forças nacionalistas, concedendo-lhes facilidades junto à fronteira com Portugal. Alguns voluntários chegam mesmo a combater ao lado dos espanhóis.

«Portanto, a intervenção militar será sobretudo planeada com objectivos técnico-militares: a obtenção de dados para uso do exército português; a troca de informações; a experiência recolhida por oficiais portugueses no campo de operações; o uso de material bélico moderno; o estudo dos sistemas defensivos, etc.»¹¹

A discrição e o tacto de lado a lado eram a dominante deste projecto de intercâmbio militar. Alguns militares portugueses combateram na frente, mas o seu reduzido número dá a entender que não era essa a verdadeira vocação da missão portuguesa.

De qualquer modo, sempre que Salazar quer demonstrar a imparcialidade do Governo perante as esferas internacionais é invocado o tradicional alheamento do povo português e a escassa adesão ao esforço combativo.

¹⁰I. DELGADO, *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, Publicações Europa América, Pag. 175.

¹¹Idem, pag. 176.

O Regime e a Segunda Guerra Mundial

A Segunda Guerra Mundial foi um conflito militar global que durou de 1939 a 1945, envolvendo as grandes potências da época organizadas em duas alianças militares opostas: os *Aliados* e o *Eixo*. Foi a guerra mais abrangente da história, com mais de 100 milhões de militares mobilizados. Os principais envolvidos dedicaram toda a sua capacidade económica, industrial e científica ao serviço dos esforços de guerra, deixando de lado a distinção entre recursos civis e militares. Marcado por um número significativo de ataques contra civis, incluindo o Holocausto e a única vez em que armas nucleares foram utilizadas em combate, foi um dos conflitos mais letais da história da humanidade.

Geralmente considera-se o ponto inicial da guerra como sendo a invasão da Polónia pela Alemanha em 1 de Setembro de 1939, dando-se o início de uma guerra que, antes de tudo, é fortemente ideologizada: põe em confronto directo as democracias e os totalitarismos.

Portugal procura definir a sua posição no conflito: por um lado, Portugal como país autoritário, antidemocrático e antiliberal parece mais perto da Alemanha e da Itália, por outro, o perigo da anexação que existe na Espanha franquista (apoiada pelo Eixo) faz prever um alinhamento ao lado dos Aliados. Nesta perspectiva, qualquer inclinação pode trazer perigos e pôr em causa o regime, pelo que se procura manter Portugal fora da guerra, adoptando uma posição neutral no conflito.

«E tal posição de não entrada no conflito, para além de ser a que melhor servia os interesses de Portugal, era a que particularmente se enquadrava com a personalidade de Salazar.»¹²

A declaração da neutralidade portuguesa permite a Portugal assumir uma postura de distanciamento relativamente à Inglaterra, uma vez que a declaração da neutralidade não está sujeita à aprovação britânica, tal como na Primeira Guerra Mundial. Por outro lado, ela dá origem ao alargamento do campo de relações com outras potências e consequentemente, a uma aproximação aos estados totalitários, de quem Salazar está ideologicamente mais perto.

Salazar procura assim uma neutralidade que lhe permita relações com todos os estados beligerantes, de forma a tirar contrapartidas económicas da guerra.

António José Telo salienta que em 1939-1945 ninguém, fosse governo ou outro tipo de instituição, pediu a beligerância portuguesa: nem o Eixo, nem os Aliados.

Segundo o mesmo autor, o facto de ninguém ter pedido a beligerância é bem revelador. Significa que é a própria situação internacional nas várias fases da guerra que condiciona a posição do país. Na realidade pensa que se pode dizer que o sistema internacional durante a guerra aponta para uma tendência dupla. «Há uma tendência para a neutralização do espaço continental português, ou seja, essencialmente de

¹² M. T. BARATA , “Estado Novo e política de defesa na II Guerra Mundial” , *Portugal e A Guerra, História das intervenções militares portuguesas nos grandes conflitos mundiais, séculos XIX e XX*, coord. de Nuno Severiano Teixeira, 1998, Lisboa, Edições Colibri, pag. 137.

Portugal continental em termos peninsulares; há paralelamente uma tendência para o envolvimento no conflito do espaço Atlântico Português e também de certas zonas do espaço imperial. Por espaço Atlântico entendo a zona do famoso “triângulo estratégico”, que na altura tinha os vértices em Lisboa, nos Açores e em Cabo Verde, abarcando a Madeira no seu interior. Em várias fases da guerra vamos encontrar uma tendência para o envolvimento no conflito desta zona, devido à sua importância para controlar o acesso ao Mediterrâneo e as rotas do Atlântico que ligam a Inglaterra ao Sul e os EUA ao Norte de África.

É através do equilíbrio e do jogo destas duas tendências nas várias fases da guerra que se define e redefine a neutralidade portuguesa.»¹³

A neutralidade portuguesa é um processo de adaptação às diferentes fases da guerra, ela vai evoluindo. Por outro lado, as preocupações de ordem interna com a continuação do regime estão ligadas directamente à neutralidade. Pode verificar-se isso em toda a política externa portuguesa desde o começo da guerra civil de Espanha. Houve sempre a preocupação de garantir a estabilidade do regime.

A neutralidade de Portugal ficou a dever-se sobretudo à evolução da situação geral e às estratégias definidas pelos principais poderes nas diversas fases da guerra.

¹³ A. J. TELO , “A neutralidade portuguesa na Segunda Guerra Mundial” , *Portugal e A Guerra, História das intervenções militares portuguesas nos grandes conflitos Mundiais, séculos XIX E XX*, coord. de Nuno Severiano Teixeira, 1998, Lisboa, Edições Colibri, pag. 110.

Acontecimentos do Estado Novo de 1933 a 1948

Salazar procura o apoio da Igreja Católica, o Estado Novo e a Igreja passam a ser duas forças modeladoras do povo que se apoiam mutuamente.

A diferenciação entre os estratos sociais aumenta e há um acentuar da miséria das classes populares.



Fig. 8
Habitações operárias – Famílias típicas das classes populares – Setúbal,
“Todos os dias” ,fotos de Américo Ribeiro.

Estimula-se o aumento da natalidade distribuindo prémios às famílias mais numerosas e incrementa-se a prática da esmola e as festas de caridade como via de resolução dos problemas sociais.

No livro *Escola, Sociedade, Que relação?*, segundo Luiza Cortesão, em 1944, quando acaba a Segunda Guerra Mundial, o regime assusta-se com o movimento súbito de massas manifestando a sua alegria, há uma certa agitação social neste período, em Portugal.

Pela Europa e pelo mundo vão ocorrendo outros acontecimentos: surge a ONU, inicia-se o julgamento de Nuremberga, etc. Com estes acontecimentos e com o desaparecimento de alguns fascismos europeus, Salazar, consciente de que não deve mostrar o que realmente pensa, decide fazer eleições “livres” para deputados à Assembleia Nacional. Estas eleições realizaram-se com listas de eleitores escolhidos, sem permitir propagandas da oposição na rádio, sem actualização dos cadernos eleitorais e sem haver controlo na contagem dos votos nas urnas.

A nova Assembleia Nacional foi assim constituída por 120 deputados propostos pela União Nacional. Apesar da fraude, o regime fica abalado.

Nesta altura algumas pessoas de prestígio declaram a sua verdadeira posição política, alguns escritores e intelectuais manifestam-se contra o Governo.

A oposição é reconhecida e organiza-se um pouco. Surgem o Movimento de Unidade Democrática (MUD) e o MUD Juvenil, destinado a mobilizar politicamente a juventude e em particular os estudantes.

Em 1957 há agitação estudantil e são demitidos alguns professores universitários.

«A escola sofre influência do meio em que está inserida, pois existe uma relação de

interdependência entre a escola e a sociedade que lhe deu origem e que ela serve.»¹⁴

A Igreja e o Estado vão progressivamente controlando o Ensino Primário e a escola passa a ser encarada como instrumento de formação do povo. A escola é utilizada para veicular ideias e propósitos do poder.

Passam a constar dos livros de leitura adoptados oficialmente frases com ensinamentos de ordem moral e patriótica e o ler, escrever e contar passa a ser o único objectivo da escola primária.

«Não havia nenhum estímulo que levasse os professores a procurar aperfeiçoar-se, uma vez que o “bom” serviço se avaliava, no fundo, não em termos de competência, mas de conformidade social e política.»¹⁵

Processou-se o afastamento dos professores que revelavam não ser de confiança para o regime e houve uma redução dos conteúdos do ensino primário, pois temia-se que esse ensino pudesse contribuir para o aumento das reivindicações.

Foram instituídos “postos de ensino” nos quais trabalhavam os “regentes escolares”, que recebiam um vencimento muito menor que o do professor. Para se ser regente escolar não era necessário qualquer habilitação prévia, bastando ter idoneidade moral e intelectual. Consegue-se, deste modo, o funcionamento de um sistema que garante grandes economias ao Estado e a realização de um ensino de má qualidade nos meios rurais, onde estes postos existem em maior número e onde não se deseja despertar o gosto pela aprendizagem.

O conhecimento e o elogio das virtudes da Mocidade Portuguesa passam a fazer parte dos programas escolares.

¹⁴Luiza CORTESÃO, *Escola, Sociedade, Que relação?*, 1982, Edições Afrontamento.

¹⁵M. F. MÓNICA, *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*, 1978, Lisboa, Presença.

Nas escolas passa a ser obrigatório ter na parede os retratos de Salazar e do Chefe do Estado, um de cada lado de um crucifixo.

A reforma de Carneiro Pacheco de 1936 vai marcar o sistema escolar durante largos anos. Tinha o objectivo de destituir a escola de qualquer actividade que fosse para além do mero “ler, escrever e contar”.

Os textos que não convêm ao regime são retirados dos livros escolares e são introduzidos outros que veiculam a ideologia do momento.

Os principais valores que o salazarismo procurava inculcar através dos manuais escolares – obediência, resignação, caridade – constituíam as virtudes tradicionais que a Igreja ensinava à séculos. A doutrina era a mesma. Deus é onipotente e todo o poder deriva d’Ele, logo em seu nome e por sua vontade, Salazar presidia aos destinos do povo português. Obedecer ao governante escolhido pelo Senhor, não passava de obedecer a Deus.

Os manuais escolares, livros únicos, criteriosamente seleccionados pelo Ministério da Educação Nacional e adoptados por longos anos, dão-nos exemplos desses valores:

- a glorificação da obra do Estado Novo e do seu líder, Salazar;
- o papel subalterno da mulher, limitada à função de esposa e mãe;
- a caridade, que substitui a função social do Estado;
- a catequese, inculcando os rudimentos da doutrina cristã;
- a gloriosa pátria que transforma Portugal na Nação mais bela do mundo e de que o Estado Novo é o mais legítimo herdeiro.

Folheando o Livro de leitura da primeira classe, podemos verificar, na página 43, alguns destes valores, como o papel subalterno da mulher limitado à função de mãe e os ensinamentos da doutrina cristã.



A Mãe **ãe**

A mãe leva o
menino ao colo.

A mãe ama o seu menino.
O menino é o bebé da mãe.

*Ama a tua mãe da
Terra e venera a tua
Mãe do Céu.*



*A mãe **põe** a mesa.*

43

Fig. 9

Página do Livro de leitura da primeira classe



Fig. 10

Capa de *O livro da Primeira Classe*

Folheando o Livro da Primeira Classe, da Editora *A Educação Nacional*, podemos observar outros exemplos do que referi anteriormente:

- «Respeitai as autoridades

O pai é a autoridade na família. Os filhos são obrigados a ter-lhes amor, respeito e obediência. O professor é a autoridade na escola. Todos os meninos devem obedecer às suas ordens e estar com atenção às suas lições.

É Deus quem nos manda respeitar os superiores e obedecer às autoridades.»



Fig. 11

Página de O Livro da Primeira Classe

- «A dona de casa

Emilita é muito esperta e desembaraçada, e gosta de ajudar a mãe.

-Minha mãe: já sei varrer a cozinha, arrumar as cadeiras e limpar o pó. Deixe-me pôr

Hoje a mesa para o jantar.

-Está bem, minha filha. Quando fores grande, hás-de ser boa dona de casa.»

- «Os pobrezinhos

-Batem à porta. Meu filho vai ver quem é.

-É um pobre, minha mãe, um pobrezinho a pedir esmola.

A mãe veio logo com um prato de sopa e deu-o ao pobre. Depois voltou para a sala de costura e deixou o filho a fazer companhia ao mendigo. Este, quando acabou de comer, disse por despedida:

-Deus faça bem a quem bem faz!

O menino ficou comovido:

-Que pena tive do pobrezinho!

-E é caso para isso, respondeu a mãe. Os pobres são nossos irmãos. Devemos fazer-lhes todo o bem que pudermos. Jesus ensinou que até um copo de água, dado aos pobres por caridade, terá grande prémio no céu.»

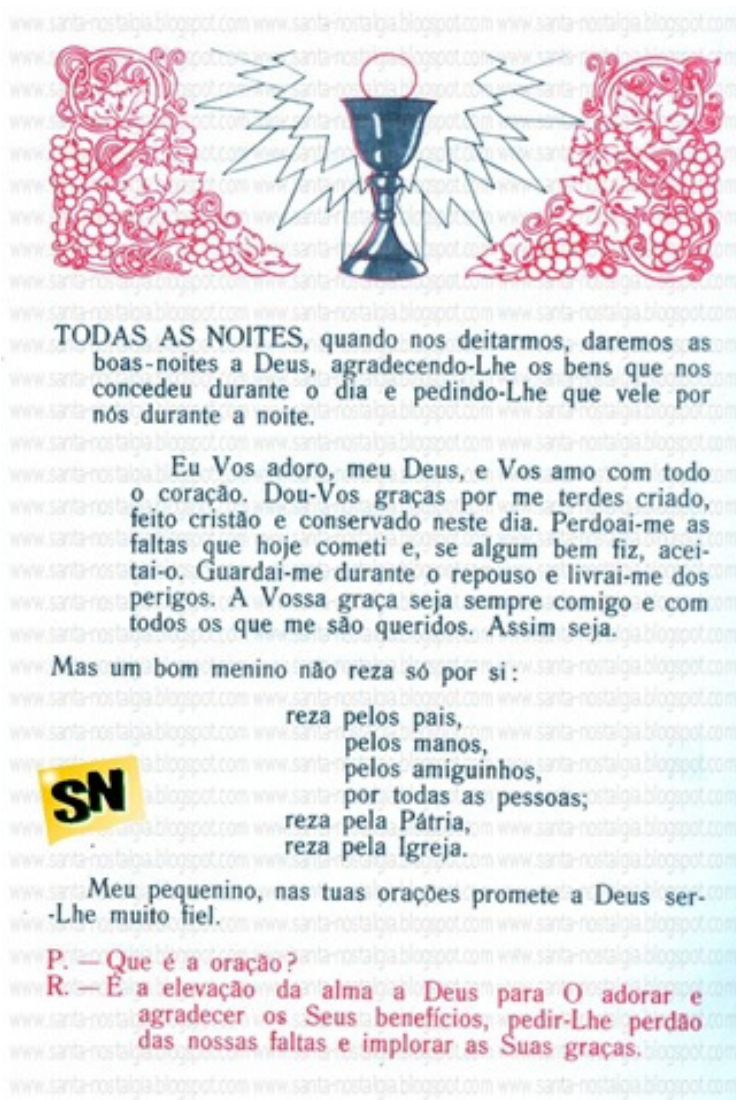


Fig. 12

Página de O Livro da Primeira Classe

Os manuais escolares desde a escola primária até ao ensino secundário reflectiam os valores do Estado Novo.

O sistema escolar continua a ser constituído pela Escola Primária de quatro anos sendo três destes obrigatórios. Depois dos quatro anos de escolaridade há a possibilidade de enveredar pelo Ensino Técnico ou Liceal. Nesta altura o Ensino Técnico é constituído por cursos profissionais, tais como electricista, encadernador, serralheiro, costura e bordados, etc. O Ensino Liceal tem seis anos de curso geral e um ano de curso complementar e não há separação entre as Ciências e Letras.

Nas escolas formam-se as crianças no hábito de obediência, asseio, ordem, pontualidade, amor à Pátria e aos poderes instituídos. Para conseguir esta formação usam-se todos os métodos, desde a organização da sala de aula aos cadernos, cujas características são rigidamente determinadas pelo poder central, às cantigas que se cantam, passando pela metodologia e tipo de relação que se estabelece com o professor.



Fig. 13

Objectos que fazem parte da decoração do interior das salas de aula das escolas Primárias durante o Estado Novo: as carteiras de tinteiros, o crucifixo, retratos de Salazar e do Chefe do Estado, etc.

Além de ensinar a ler, a escrever e contar, compete ao professor formar um cidadão confiante na vida e no seu esforço. Cabe-lhe suscitar nesse futuro cidadão a perseverança, os hábitos de trabalho, desenvolver o culto da honradez, do dever, do sentimento de responsabilidade e de justiça.

O professor tem a missão de preparar a criança com vista a uma disciplina interior, criando-lhe o sentimento da subordinação dos interesses particulares ao deles fomentar a consciência das suas capacidades.

De acordo com as normas oficiais, o professor tem a missão de orientar os alunos na prática dos bons hábitos, tendo em vista uma conduta perfeita na vida e a plena responsabilidade dos seus actos. Nesse sentido, a educação moral estende-se ao aproveitamento das tendências naturais que predisõem para o bem, o professor deve conhecer os seus alunos de forma a completar, aperfeiçoar ou corrigir a educação recebida na família.

Além disso, reserva-se-lhe a tarefa de educar a vontade da criança na obediência ao bem comum e nos princípios políticos e sociais do Estado Novo.

Mesmo nas escolas com más condições e onde não há qualquer material didáctico é ordenado que além das salas serem ornamentadas com os retratos de Salazar e do Chefe do Estado, um de cada lado do crucifixo e colocados sobre a cadeira do professor, sejam também ornamentadas com uma série de cartazes intitulada “A Lição de Salazar”, que foi distribuída por todas as escolas primárias do país.

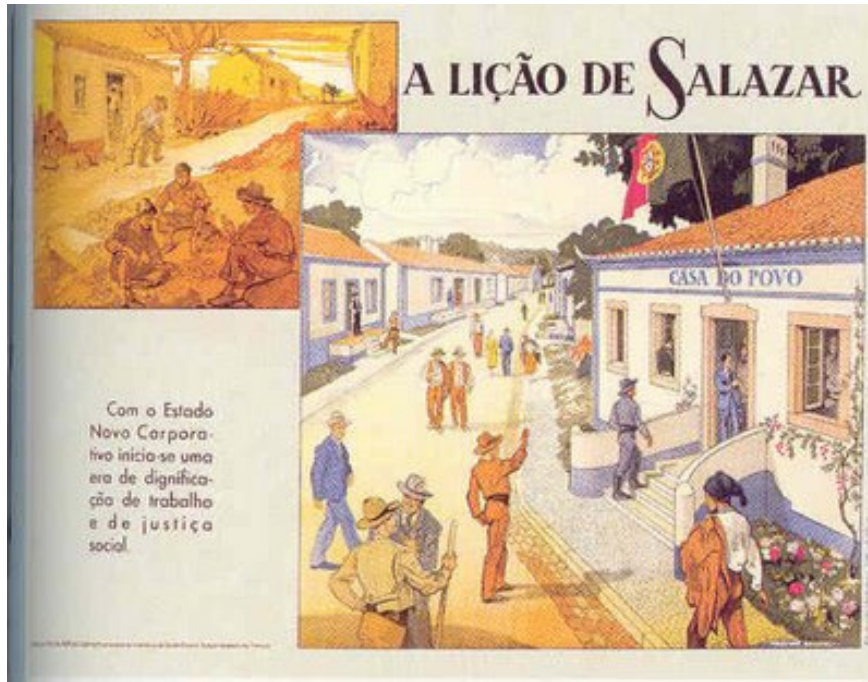


Fig. 14

Cartaz Dignificação do Trabalho e da Justiça Social



Fig. 15

Cartaz As Finanças



Fig. 16

Cartaz Defesa da Nação e do Império



Fig. 17

Cartaz As Obras Públicas

Estes são alguns dos cartazes que fazem parte de uma estratégia de transmissão de valores por parte do Estado Novo, destinando-se a glorificar a obra feita até então, desde o campo económico-financeiro às obras públicas acentuando a importância do regime enquanto garante da ordem e progresso do país.

A obra do Estado Novo foi glorificada nestes cartazes salientando sempre a acção de Salazar no sentido de desenvolver o país, ao mesmo tempo que o pacificava em termos sociais.

É interessante notar que se penduram estes cartazes representando belas escolas, que teriam sido construídas pelo Estado Novo, mesmo nas paredes das escolas semi-destruídas onde se amontoam crianças com fome.

Ao trabalhar simultaneamente com muitos alunos carentes de tudo, o professor dirige-se a uma massa indiferenciada onde os mais fracos são eliminados. O professor é temido como convém. O ensino é, obviamente, repetitivo. Estudam-se, de cor, os rios e as cidades do continente e do Império Colonial Português. Sabem-se de memória as linhas de caminho-de-ferro com as estações principais. Ensinam-se às crianças cantigas que veiculam “boa formação”, o “amor à Pátria” e ao “poder instituído”.

Os postos de ensino são ocupados por regentes sem habilitações que oferecem às populações rurais, como convém, um ensino de má qualidade. Os ordenados de miséria que auferem são um sintoma bem evidente do total desprezo a que estava votado o problema da alfabetização e cultura popular.

Acontecimentos do Estado Novo de 1949 a 1958

Devido à escassez de Hinos e Marchas compostos neste período, achei importante

introduzir este ponto que reúne os principais acontecimentos destes anos para tentar compreender as causas de tão poucas composições nesta altura.

Segundo Luiza Cortesão, dentro dos acontecimentos a nível político, é o começo da guerra fria e a entrada de Portugal para a NATO e posteriormente para a ONU.

Portugal continental e mesmo as suas colónias começam a apresentar-se aos capitalistas internacionais como um país com estabilidade, cujas condições sociais e políticas garantem mão-de-obra pouco dispendiosa. Tal facto poderá explicar que nesta época se façam os primeiros investimentos de empresas estrangeiras em Portugal. É visível uma melhoria de relações diplomáticas com certos países devido às visitas de alguns chefes de Estado.

Como reflexo do movimento anti-colonialista que se alarga cada vez mais em todo o mundo, em Portugal deixa de haver, até na Constituição, referências ao “Império Colonial” para se passar a falar do “Ultramar” e “Províncias Ultramarinas”, de modo a fugir a eventuais problemas que possam surgir com a ONU. Através deste subterfúgio, é como se Portugal não tivesse colónias e passa a ignorar todas as resoluções tomadas pela ONU relativas às potências coloniais.

Em Portugal pretende-se mostrar ao mundo que se vive em democracia, mantendo-se contudo o mesmo regime ditatorial. Antes de um acto eleitoral era estabelecido um período chamado de “propaganda eleitoral”. Neste período a repressão era menos intensa, a censura menos severa e havia autorização para alguns comícios, dentro de salas de espectáculos, estando presente um representante da autoridade, que podia interromper a sessão em qualquer momento. Este período de repressão menos intensa terminava imediatamente após as eleições regressando o país à ordem e tranquilidade. Com o fim do segundo septénio presidencial do General Carmona veio

uma nova crise política. A oposição apresentou como candidato à presidência da República o General Norton de Matos. Na União Nacional foi indicado mais uma vez o General Carmona.



Fig. 18

General Norton de Matos

No fim da campanha eleitoral, o candidato da oposição renunciou à candidatura por não estarem preenchidas as condições que assegurassem um acto eleitoral com garantias.

O mentor do regime era António Salazar, que não ocultava a sua descrença acerca da democracia baseada na opinião das urnas. Para ele a opinião pública era manipulável, logo, a censura prévia à imprensa era um instrumento imprecindível da governação.

Em 1953 há campanha eleitoral para as eleições dos novos deputados à Assembleia Nacional, mas o recenseamento não é obrigatório, só está recenseado quem quer ou quem foi recenseado pelos representantes da União Nacional, o que altera completamente o resultado eleitoral.

Em parte alguma os candidatos oposicionistas foram eleitos. A Assembleia vai continuar constituída por pessoas escolhidas pela União Nacional.

Em 1957, o resultado da campanha para a eleição dos deputados é idêntico ao das campanhas anteriores, todos os deputados eleitos pertencem à União Nacional.

Ao aproximar-se o fim do mandato do presidente da República, General Craveiro Lopes, foi dado a conhecer à União Nacional, por parte do presidente do Conselho, a sua vontade de não o reeleger. Foi sua a escolha do Ministro da Marinha, contra-almirante Américo Tomás, para candidato da União Nacional.

Em 1958 dão-se as eleições para a Presidência da República em que o outro candidato é o General Humberto Delgado, um dos militares que mais se salientara na crítica ao regime.



Fig. 19
General Humberto Delgado

O General Humberto Delgado era comissário-adjunto da Mocidade Portuguesa, Director Geral da Aeronautica Civil. Tudo isto lhe valeu para pertencer ao círculo estrito dos amigos de Salazar, que o indicou para missões durante a segunda guerra mundial e o enviou para Washington como adido militar. Essa carreira política não acreditava Delgado perante os meios de esquerda.

Humberto Delgado apresentava-se de início como candidato independente, anticomunista, no entanto a sua campanha desencadeia um clima de paixão política que nunca fora atingido nas campanhas anteriores. Em poucos dias se esqueceu a imagem do capitão legionário, o candidato consegue empolgar o país usando uma linguagem simples que o povo assimilava. O candidato conseguiu criar ao Estado Novo uma crise política.

«O período eleitoral decorre, mais uma vez, em clima de forte repressão, intimidação e arbitrariedade, tendo o Governo criado, para “fazer respeitar a ordem”, um estado-maior do conjunto das forças policiais e militares».¹⁶

Os resultados oficiais atribuíam ao General Delgado a minoria dos votos, ao Almirante Tomás a maioria, mas o candidato da oposição refutou esse resultado, afirmando que a maioria era sua.

As eleições são mais uma burla. Não é permitida a actualização dos cadernos eleitorais, dos quais tinham sido excluídas as pessoas que se sabia serem da oposição, nem é autorizada a fiscalização da contagem de votos.

O êxito da campanha oposicionista explica-se em certa medida pela personalidade do candidato mas traduzia um clima de descontentamento popular e um desejo forte de mudança.

A adesão popular à campanha do General Humberto Delgado foi tão grande, a movimentação das massas revelou-se tão ameaçadora que, imediatamente, foi decretado que as eleições para a presidência, daí em diante, deixariam de ser realizadas por sufrágio directo, para serem feitas por um colégio eleitoral.

¹⁶ “Eleições Para A Presidência Da República”, *Dicionário de História do Estado Novo*, direcção de F. Rosas, J.M. Brandão de Brito, vol. I, 1996, Lisboa, Bertrand Editora, pag. 292.

Continua a haver uma certa agitação social. Humberto Delgado é demitido das Forças Armadas, é perseguido e refugia-se na Embaixada do Brasil.

Começa a haver umas diferenças entre o regime e a Igreja, os católicos progressistas começam a tornar-se incómodos para o regime.

Os movimentos de libertação dos povos africanos alastram.

«A industrialização em Portugal aumenta, pois as condições socio-políticas continuam a favorecer a existência de uma mão-de-obra barata. Mas começa a surgir dificuldades em conseguir operários para uma indústria mais moderna, pois os operários sabem apenas ler, escrever e contar.»¹⁷

O afluxo de capitais estrangeiros vai ter reflexos na educação. Começa-se a valorizar a importância da técnica, procedendo-se à reestruturação do Ensino Técnico. Até 1947 o Ensino Técnico limitava-se a pequenos cursos de dois ou três anos com aspecto de formação ou aperfeiçoamento profissional. A reestruturação feita em 1948 mostra já haver a preocupação em ter alguns bons técnicos especializados, e para isso, estruturam-se cursos que respondam a esta necessidade. Ainda hoje são procurados os profissionais formados nalguns destes cursos.

É importante verificar que nenhum destes cursos permite a entrada directa para as Universidades.

Segundo Luiza Cortesão, a necessidade de mão-de-obra resultante do início da industrialização começa lentamente a ter os seus efeitos a nível da educação. Em 1956 a escolaridade mínima para os rapazes passa a ser de quatro anos, mas para as raparigas continua a ser de três anos.

¹⁷Luiza CORTESÃO, *Escola, Sociedade, Que relação?*, 1982, Edições Afrontamento.

II. O Estado Novo e a sua propaganda

Para Salazar foi muito importante a subordinação das Forças Armadas, a sua orientação ideológica teria de estar de acordo com os valores do regime, pois os militares também eram um modo de veicular a propaganda ao Estado Novo.

«Salazar afirmava: considero mais urgente a constituição de vastas elites do que ensinar o povo a ler. É que os grandes problemas nacionais têm de ser resolvidos, não pelo povo, mas pelas elites enquadrando as massas».¹⁸ Era indispensável a criação de um corpo de oficiais, orientado desde a infância num sistema de ensino militar com base na doutrina salazarista, para mais tarde orientarem as massas.

O Estado concebeu vários mecanismos institucionais e administrativos destinados a criar o acordo e a disciplinar a população, como é o caso da Mocidade Portuguesa, da Organização das Mães para a Educação Nacional, da Federação Nacional para a Alegria no Trabalho, etc.

Fundou-se a Mocidade Portuguesa, à qual tinham de pertencer todos os jovens dos 7 aos 14 anos para que desenvolvessem o espírito de obediência ao Estado Novo e o culto do dever militar. Segundo Carneiro Pacheco (ministro da Instrução Pública), no seu discurso *A formação da mocidade e a defesa da Pátria*, proferido em 24 de Maio de 1936, «A Organização Nacional para a Mocidade Portuguesa não poderia deixar de ser de moldes militares. (...) Porque a vida militar é uma escola permanente de abnegação, de serenidade, de lealdade, de decisão, de coragem e de amor pátrio(...)».¹⁹

¹⁸M^a Filomena MÓNICA, *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*, 1978, Lisboa, Presença, pag. 116.

¹⁹Rómulo de CARVALHO, *História de Ensino em Portugal*, 1996, Fundação Calouste Gulbenkian, pag. 760.

A Obra das Mães servia para «dar nova auréola à família, à maternidade, ao papel da mãe educadora, fazendo a reeducação da mulher no sentido moral, familiar e doméstico. (...) Fazer ressurgir a vida do passado nas suas virtudes, na sua pureza, no seu amor ao trabalho, restabelecendo a família no seu antigo lugar, a tradicional família portuguesa, tão cristã (...)».²⁰



Fig. 20
Diário de Notícias, 27 de Abril de 1953, *Salazar e o Salazarismo, Salazar através da fotografia.*

²⁰Rómulo de CARVALHO, *História do Ensino em Portugal*, 1996, Fundação Calouste Gulbenkian, pag. 763.

Através da imprensa também se mentalizava a população para as vantagens que o Estado Novo lhes trazia, mostrando uma imagem favorável de Salazar e da sua governação, como podemos ver nas capas dos Diário de Notícias de 27 de Abril de 1953 (página anterior), Notícias Ilustrado, nº208 (apêndice fotográfico, doc. 1), Notícias Ilustrado, nº 212 (apêndice fotográfico, doc. 2), Notícias Ilustrado, nº350 (apêndice fotográfico, doc.3) e Diário da Manhã, nº3821 (apêndice fotográfico,doc.4). «Com o objectivo de provar ao Mundo que Portugal, sob o governo de Salazar, retomava a glória de épocas passadas, organizaram-se conferências, congressos, grandes exposições e cortejos históricos, que culminaram com a comemoração dos centenários da Fundação e da Restauração de Portugal (Exposição do Mundo Português, em 1940, em Lisboa).»²¹

Segundo as ideias de Salazar, os movimentos culturais deviam ser orientados no sentido de glorificar o regime e o seu chefe.

Em algumas dessas comemorações e exposições pretendia-se chamar a atenção para a riqueza e extensão dos territórios ultramarinos e criar na população a ideia de um Império Colonial Português, como aconteceu no ano de 1940 que foi um ano de glória para o Estado Novo, pois nesse ano completaram-se dois centenários: o da Fundação da Nacionalidade, em 1140, e o da Restauração, em 1640. Maria Isabel João refere-nos que em 1940 nas comemorações do Duplo Centenário todo o programa foi concebido como uma grande romagem das autoridades e do povo através do tempo e dos lugares da Nação. «As celebrações desenrolaram-se segundo um itinerário que pretendia recriar, simbólicamente, a trajectória de Portugal, desde a fundação da

²¹F. Costa, A. MARQUES, *História e Geografia de Portugal*, 2007, Porto Editora, pag. 115.

nacionalidade, ligada ao castelo de Guimarães, até ao processo da expansão, evocada no mítico promontório de Sagres. (...) O agreste promontório consagrou-se como símbolo da epopeia nacional».²²

As celebrações dos centenários eram festas nacionais, onde havia uma tentativa de estabelecer uma cultura nacional e popular com base nas suas raízes e nos ideais do regime.

Segundo Maria Isabel João, a orientação seguida nestas comemorações revelava a preocupação de manipular os factos históricos com o objectivo de engrandecer certas figuras, personalizando nos chefes as principais virtudes de heroísmo e coragem de modo a transformá-los num exemplo de valor do povo português. No seu livro *Memória e Império*, são citadas várias comemorações como a «Exposição Colonial, em 1934»²³, «O Cortejo do Império»²⁴, «Cortejo do Trabalho»²⁵ e a «romagem ao local tradicional da batalha de Ourique»²⁶ em 1940, «na Exposição e no Cortejo do Mundo Português, em 1940 (...) a imagem etnográfica do povo português era completada pela histórica, de povo de descobridores e grandes navegadores, de conquistadores e criadores de uma civilização própria, de irradiação e projecção mundial»²⁷, segundo a autora o povo desfilava com os seus trajes típicos, os instrumentos de trabalho e as canções.

O poder controlava as manifestações artísticas e literárias e a sua ideologia determinou as intervenções reestruturadoras do campo cultural.

²²Maria Isabel JOÃO, *Memória e Império. Comemorações em Portugal, 1880-1960*, Lisboa, 2002, Fund. C. Gulbenkian, pag. 334.

²³Idem, pag. 327.

²⁴Ibidem.

²⁵Idem, pag.330.

²⁶Idem, pag. 641.

²⁷Idem, pag.638.

«A ritualização comemorativista de figuras ilustres ou de factos históricos é um processo essencial na recriação das identidades culturais nacionais, com alcance político e pedagógico, factor relevante para a nacionalização dos Estados e das massas».²⁸

Estas ideias remetem-me para os objectivos do Secretariado de Propaganda Nacional, também eles políticos e pedagógicos, como se verifica pela leitura das suas alíneas.

«O SPN divide-se em duas secções: interna e externa. À primeira cabe-lhe:

- a) regular as relações da imprensa com os poderes de Estado;
- b) fomentar a edição de publicações que se destinem a fazer conhecer a actividade do Estado e da Nação Portuguesa;
- c) organizar um serviço de informação da acção desenvolvida pelos diferentes serviços públicos na parte que interessa à Propaganda Nacional;
- d) servir permanentemente como elemento auxiliar de informação dos respectivos Ministérios;
- e) organizar manifestações nacionais e festas públicas com o intuito educativo ou de propaganda;
- f) combater por todos os meios ao seu alcance a penetração no nosso País de quaisquer ideias perturbadoras e dissolventes da unidade e interesse nacional;
- g) estimular, na zona da sua influência, a solução de todos os problemas referentes à vida do espírito, colaborando com artistas e escritores portugueses e podendo estabelecer prémios que se destinem ao desenvolvimento de uma arte e de uma literatura acentuadamente nacionais;
- h) utilizar a radiodifusão, o cinema e o teatro como meios indispensáveis à sua acção.

Competia à secção externa:

- a) colaborar com todos os organismos portugueses de propaganda existentes no estrangeiro;
- b) superintender em todos os serviços oficiais de imprensa que actuem fora do País;

²⁸Ernesto Castro Leal, "Poder e comemoração: Festa do Patriotismo, Festa da Pátria em Portugal (1920-1938)", *História das Festas*, Edições Colibri/Câmara Municipal de Torres Vedras/Universidade de Lisboa, pag. 276.

- c) promover a realização de conferências em vários centros mundiais por individualidades portuguesas e estrangeiras;
- d) fortalecer o intercâmbio com os jornalistas e escritores de grande nomeada;
- e) elucidar a opinião internacional sobre a nossa acção civilizadora e de modo especial sobre a acção exercida nas colónias e o progresso do nosso Império Ultramarino;
- f) promover a expansão, nos grandes centros, de todas as manifestações de arte e da literatura nacionais.»²⁹

Segundo o Dicionário de História do Estado Novo, quando foi criado o Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) em 1933, «Oliveira Salazar pôde abertamente assumir a propaganda como um instrumento de Governo».³⁰

«O órgão da propaganda apareceu, entre nós, preso ao propósito maior de esclarecer a obra realizada pelo Executivo. Mas o empreendimento ganharia outra dimensão quando se lhe prescreveu em seguida: ser capaz de integrar a população no pensamento moral que deve dirigir a Nação».³¹

A identificação da população com as ideias do Governo seria atingida com mais eficácia se a população fosse confrontada com imagens de um povo satisfeito e orgulhoso das tradições antigas, com a satisfação de ser um país rural que se inspirava em grandes valores integradores como Deus, Pátria, Autoridade, Família e Trabalho.

«Os anos de 1936 a 1939 seriam propícios à dinâmica coreográfica nacionalista revolucionária, exercitada pela Organização Nacional Mocidade Portuguesa e pela Legião Portuguesa com desfiles e acampamentos, e à propagação ideológica sistemática do anticomunismo, através do opúsculo, do artigo de jornal, do discurso

²⁹J. Ramos do Ó, *Os anos de ferro: O dispositivo cultural durante a "Política do Espírito" (1933-1949)*, 1999, Lisboa, Editorial Estampa, pag. 46.

³⁰*Dicionário de História do Estado Novo*, dir. de Fernando Rosas, J.M. Brandão de Brito, vol. II, 1996, Bertrand Editora, pag. 893.

³¹J. Ramos do Ó, pag. 45.

em comício ou do programa radiofónico “Cinco Minutos Anticomunistas” emitido, de início, diariamente, no Rádio Clube Português (dirigido por Jorge Botelho Moniz) e na Emissora Nacional (dirigida por Henrique Galvão).»³²

As comemorações, a imprensa, a literatura, a arte, o cinema e as emissoras da radiofusão eram meios indispensáveis à acção do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN). Aconselhado e apoiado por António Ferro, Salazar soube servir-se de todos estes meios. Artistas portugueses de todos os sectores foram convidados a colaborar nas iniciativas da propaganda do regime. Marcam uma intensa actividade propagandística-cultural nas exposições de arte moderna do SPN, prémios literários, composição de Hinos e Marchas, desfiles históricos, etc.



Fig. 21

Salazar na cerimónia de posse de António Ferro
do Secretariado da Propaganda Nacional

³²Ernesto Castro LEAL, *Nacionalismos Portugueses: Cultura e Política no Século XX*, 2002, Lisboa, separata da *Revista da Faculdade de Letras*, nº26, 5ª série, pag.38.

Esta ordem jurídica criada pelo Governo de Salazar era, em si mesma, tributária da leitura ideológica que o regime fazia da realidade e que dessa maneira era autenticada e formalizada. A doutrina passa a integrar a própria lógica interna do sistema político-institucional.

Para fortalecer ainda mais o seu regime, Salazar recorreu também a outros meios propagandísticos como os manuais escolares e os cartazes.

«Para ele, a família e a escola devia imprimir nas almas em formação os sentimentos nobres do amor à sua Pátria. O plano de Salazar era impor na Escola Portuguesa as regras de pensamento e de comportamento da sua doutrina social, programando e impondo um comportamento colectivo.»³³

Com os manuais escolares queria inculcar desde cedo nas crianças os valores do Estado Novo, por isso, nos livros escolares valorizavam-se as virtudes tradicionais da igreja, elogiava-se Salazar, os valores do regime, as grandes obras públicas, a grandeza territorial do país, exposições, etc. Nos cartazes fazia-se propaganda ao Estado Novo publicitando as comemorações dos centenários, glorificando Salazar e fazendo alusão às glórias do passado, como se pode ver alguns exemplos na página seguinte.

O cartaz da figura 23 faz propaganda à União Nacional e está patente uma alusão aos Descobrimentos, pois é utilizada a imagem de uma caravela e aparece a palavra bonança e o verbo navegar agregado à palavra Portugal. O cartaz da figura 24 faz propaganda a Salazar e as letras são impressas com cores da bandeira portuguesa.

O cartaz da figura 25 faz propaganda às Festas do Duplo Centenário da Fundação e Restauração de Portugal e faz alusão aos Descobrimentos através da imagem da

³³M^ã Filomena MÓNICA, *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*, 1978, Lisboa, Presença, pag. 116.

caravela e alusão à fundação de Portugal através das imagens dos escudos.



Fig. 22

Cartaz de Propaganda à Lista da União Nacional

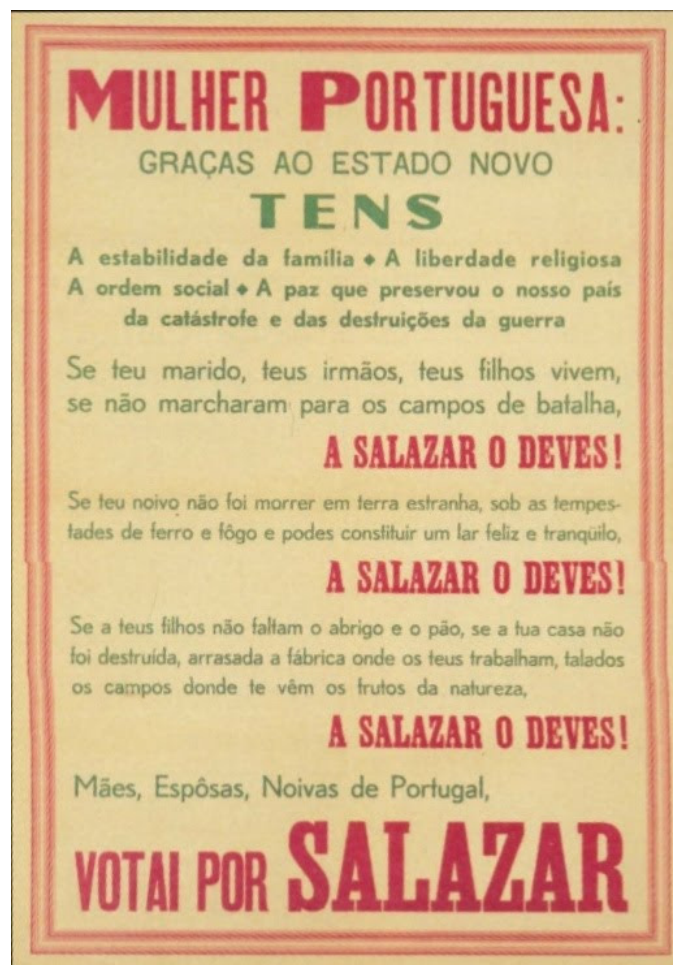


Fig. 23

Cartaz de Propaganda a Salazar



Fig. 24

Cartaz de Propaganda às Festas do Duplo Centenário
da Fundação e Restauração de Portugal

II.1. A propaganda no exército

Em 1937 houve uma reforma militar consagrada através das leis nº 1960 e nº1961 e vários decretos-lei, entre eles o nº 28401 (apêndice documental, doc. 1), que refere a equiparação militar dos chefes e sub-chefes de banda, dos músicos e dos aprendizes de música, assim como o quadro de chefes de banda militar.

O governo de Salazar opta pelo sistema de Nação Armada no lugar do sistema de Exército profissional.

«No sistema da *Nação Armada* o princípio da preponderância das reservas é lei suprema da organização militar: não mais distinção entre exército activo e exército de reserva ou de segunda linha. No momento do perigo é toda a Nação em armas que

corre às fronteiras. Como consequência deste princípio instrução militar em todas as idades e em todas as circunstâncias».³⁴

Salazar tinha como finalidade criar um sistema de ensino militar que promovesse uma casta de oficiais que servisse os propósitos do regime, como se verifica na citação seguinte: «O governo julga essencial à existência e valor da força armada o meticoloso cuidado na preparação dos oficiais. Eis porque entende orientar desde a infância o escol que há-de constituir os futuros chefes do Exército, adaptando a esta finalidade o Colégio Militar e a Escola do Exército».³⁵

Segundo J. Medeiros Ferreira, um dos aspectos mais relevantes desta reforma foi a redução nos quadros de oficiais subalternos. Outra característica marcante da reforma de 1937 foi a criação do Corpo de Oficiais do Estado-Maior.

Segundo António Paulo Duarte, «o exército não era as máquinas ou a técnica, mas a superioridade moral dos combatentes.

Esta visão justificava não só a proeminência política e institucional das Forças Armadas, como o ideal de mobilização de massas protagonizado pela aristocracia militar, a sua oficialidade, não composta de milicianos, mas de verdadeiros profissionais de carreira.»³⁶

³⁴J.M.FERREIRA, “Relações entre as Forças Armadas e o Poder Político”, *Portugal e a Guerra, História das Intervenções militares portuguesas nos grandes conflitos mundiais, séculos XIX e XX*, coord. Nuno S. Teixeira, 1998, Lisboa, Edições Colibri, pag. 13.

³⁵Ibidem.

³⁶A. P. DUARTE, *Raul Esteves – Militar e estrategista*, *Jornal do Exército*, nº 585, 2009, Lisboa, Estado-Maior do Exército, pag. 18

O serviço militar foi, deste modo, objecto de várias alterações e segundo Ramires de Oliveira, era formalmente introduzida a preparação militar da juventude dos sete aos dezoito anos e dos dezoito anos até à idade de incorporação no serviço militar. «No primeiro escalão seria especialmente cuidada a educação física e moral da juventude, com vista à formação do carácter e à devoção da Pátria, no sentido da ordem, no gosto da disciplina e no culto do dever militar. O ensino era confiado à organização nacional Mocidade Portuguesa. No segundo escalão era ministrada instrução práctico-militar, incluindo a defesa passiva das populações contra ataques aéreos. O seu ensino era também confiado à Mocidade Portuguesa para os estudantes e à Legião Portuguesa para os restantes indivíduos».³⁷

Quando os jovens eram integrados no serviço militar já tinham recebido formação de acordo com as ideias defendidas pelo governo, pois o seu carácter foi orientado por organizações de moldes militares como a Mocidade Portuguesa e a Legião Portuguesa.

II.2. A Música e a Letra dos Hinos e Marchas como elementos de Propaganda

A música também foi um eficiente instrumento propagandístico do regime.

Segundo Mário Vieira de Carvalho, havia dois conceitos de música como propaganda do Estado, a de cariz populista, como por exemplo a oratória *Fátima* e o modelo que ela pressupunha que acentua a vida musical nos anos 40 e 50; e a música clássica ou

³⁷ *História do Exército Português (1910-1945)*, coord. de A.N.Ramires de Oliveira, vol. IV, 1995, Arquivo Histórico Militar, pag. 51.

ópera do Teatro de São Carlos (tradicionalmente o primeiro teatro do Estado), que foi subordinado ao Ministério de Educação Nacional pelo Decreto-Lei nº35775, de 31 de Julho de 1946, página 469 (apêndice documental, doc. 2).

A obrigatoriedade do traje de gala no Teatro de S. Carlos tanto em concertos como na ópera ou bailado comprovam um «culto das aparências»³⁸. A instituição Teatro de São Carlos contribui de várias maneiras para a propaganda do regime, como imagem ou celebração e como sinal de uma cultura de prestígio.

«Pedro de Freitas Branco, aliás incondicional apoiante do Estado Novo e do 28 de Maio, incluía nos seus programas com a Orquestra Sinfónica da Emissora Nacional os compositores contemporâneos que muito bem entendia, os quais passavam também normalmente na grelha de música gravada daquela estação emissora. Só quando a música aparecia relacionada com situações de onde se deduzia – ou podia deduzir-se – uma tomada de posição política ou ideológica é que o Poder reagia. As interdições de que Lopes-Graça era alvo, quer nos concertos da Emissora Nacional, quer na Rádio, quer noutras manifestações, resultavam da contextualização inevitável da sua música como acto de resistência cultural antifascista».³⁹

Segundo o mesmo autor, o que incomodava o Governo era que qualquer obra suscitasse conotações políticas contrárias às ideias do Estado Novo.

A composição da Letra dos Hinos e das Marchas instituiu a mentalidade dos deveres morais e dos futuros militantes do regime, a Letra descrevia as proezas dos heróis das

³⁸Mário Vieira de CARVALHO, *Razão e Sentimento na Comunicação Musical*, 1999, Lisboa, Relógio D'Água, pag. 179.

³⁹Idem, pag.180.

obras literárias ou da história, que eram os construtores activos da vida do regime, o entusiasmo e a paixão do heroísmo impregnado nas Letras dos Hinos e Marchas reforçando o orgulho nacional, animando, assim, o impulso do 28 de Maio como uma realidade objectiva.

«No âmbito do cerimonial militar, os toques, as marchas e os hinos foram sempre de muita importância na vida interna das unidades, nos exercícios, manobras e até em combate. Identificam os respectivos corpos militares, transmitem ordens, regulam actividades, incentivam o espírito do corpo e são símbolos de tradições, de glórias da instituição e da própria Pátria».⁴⁰

São muitas as cerimónias militares onde está presente a música, nas cerimónias internas da instituição, serviços estritamente militares, como por exemplo a actuação nas cerimónias militares em honra do Chefe de Estado (apêndice documental, doc. 3) referida na página 127 do Anuário de 1957 da Guarda Nacional Republicana, as Guardas de Honra e exercícios militares com os Batalhões nº1 e nº2, o Canto Coral ministrado às Incorporações de Alistados, cujas Festas Finais tiveram nos próprios Batalhões (apêndice documental, doc. 4) referido na página 99 do Anuário de 1958 da Guarda Nacional Republicana. Nas cerimónias militares para visitantes oficiais, como Tropa de Grande Cerimonial de Estado, temos o exemplo da visita da Rainha Isabel II da Grã-Bretanha em 1957 (apêndice documental, doc. 5) referido nas páginas 9, 10 . Nas cerimónias militares para o povo temos o exemplo da Acção nos festejos da vila de Águeda, a apresentação e colaboração na Procissão de Nossa Senhora da Saúde

⁴⁰*História do Exército Português (1910-1945)*, coord. de A.N.Ramires de Oliveira, vol. IV, 1995, Arquivo Histórico Militar, pag. 686.

em Lisboa, a actuação na sessão inaugural da “Semana do Ultramar”, a apresentação e actuação nas festas anuais de Nossa Senhora da Conceição em Braga, a actuação na Procissão de Nossa Senhora do Cardal em Pombal (apêndice documental, doc. 3) referido nas páginas 127 e 128 do Anuário de 1957, citado anteriormente, temos também os Concertos Públicos no Quartel do Carmo (semanais) e no Pavilhão dos Desportos (quinzenais), no cinema São Luís, na Sociedade de Geografia, no Jardim Botânico da Escola Politécnica, todos eles em Lisboa, alguns noutros locais como Ovar, Porto, Vila Real e no Porta-Aviões norte-americano Intrepid (apêndice documental, doc. 4) referido na página 99 do Anuário de 1958, já referido.

Os concertos no Quartel do Carmo e no Pavilhão dos Desportos «são gravados pela Emissora Nacional e rádiofundidos, uma parte em cada sexta-feira, às 19h00. (...) A acção educativa da Banda da Guarda, quer em contacto directo com o público quer através da rádio, é manifesta. (...) Tendo em vista a educação musical do povo, organiza os seus programas com as obras mais universalmente popularizadas».⁴¹

A música foi amplamente utilizada pelo Estado Novo e estava constantemente presente na vida da população, no conteúdo das Letras dos Hinos e Marchas, quer nas escolas, quer na Mocidade Portuguesa, quer na Legião Portuguesa, quer nas comemorações centenárias, quer nas procissões, pois a inculcação ideológica era de tal modo acentuada que se desdobrava diversamente sobre o quotidiano das pessoas, nas famílias, nas horas livres, etc.

⁴¹ “Banda de Música”, *Anuário da Guarda Nacional Republicana*, 1957, pag. 97, (apêndice documental, doc. 28).

«A marca da igreja católica no ensino e na sociedade portuguesa foi muito profunda (...) entre 1926/39 para os pedagogos a natureza humana era a da doutrina cristã, a do homem com a mácula original da imperfeição».⁴² Maria Filomena Mónica refere que o nacionalismo era uma constante ao lado de um certo culto de personalidade do ditador Oliveira Salazar, apoiado sempre por um exército de clérigos.

A população assistia às missas onde eram transmitidos os valores da doutrina cristã e os valores nacionalistas, quer durante a oratória quer durante as canções dos Coros, pois a Igreja apoiava o regime e glorificava Salazar, como se pode ver pelo cartaz de propaganda da figura sete, em que é concedido pelo Bispo de Coimbra cinquenta dias de indulgência a quem recitasse as preces do cartaz, onde consta 'oremos pelo Nosso Chefe Salazar', que era visto como o salvador da Nação Portuguesa.

Nas horas livres a população também frequentava as Sociedades Filarmónicas e de Recreio, onde existiam Bandas Filarmónicas que tocavam os Hinos e Marchas e outras composições musicais apoiadas pelo regime, apesar de não serem instituições do regime como a Mocidade Portuguesa ou a Legião Portuguesa, pois são de carácter particular e sustentam-se a elas próprias.

«A música do povo constitui uma força viva da Nação e uma escola de alto valor»⁴³, e segue as orientações do regime vigente.

⁴²Maria Filomena MÓNICA, *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*, 1978, Lisboa, Presença, pag. 308.

⁴³Pedro FREITAS, *História da Música Popular em Portugal, Filarmónicas de Portugal*, 1946, Lisboa: Tipografia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, pag.526.

«Patriótica e socialmente sentem essas Sociedades tão no seu íntimo o orgulho pelas grandes figuras e factos da nossa História, que uma grande quantidade de Filarmónicas adoptaram e outras ainda adoptam para a sua designação, ou datas consagradas ou nomes de portugueses célebres.»⁴⁴

As sociedades Filarmónicas têm um papel a representar na vida social e cultural da população, «estas têm a sua função no campo sinfónico, na ópera, no passeio, no grave , no alegre, no fúnebre, no arraial, na marcha, no religioso, enfim em todos os cambiantes da vida.»⁴⁵

Jorge Teixeira conta-nos que excelentes instrumentistas das filarmónicas, depois de um dia de trabalho no escritório ou nas oficinas, animavam os serões tocando vários repertórios e que «sob qualquer pretexto , as vistosas bandas marchavam e tocavam alegres, marchas, hinos vibrantes, ruas fora, com chusmas de cabeças às janelas, à frente uma onda frenética de moços a entoá-los e a apanhar canas de foguete, atrás um rio de gente ébria de felicidade, sócios da mesma agremiação, ferrenhos admiradores, amigos e camaradas dos músicos. A festa social transbordava para a rua. Carecia da sagração do povo, que em unísono se rigozjava com a alegria dum aniversário da colectividade, a comemoração de uma data histórica, da chegada de entidades eminentes ou efemérides concelhias.»⁴⁶

Pedro Freitas refere que as Sociedades Musicais prestam uma valiosa Assistência Social, socorrendo os necessitados com os produtos dos seus festivais e concertos.

⁴⁴Pedro FREITAS, *História da Música Popular em Portugal, Filarmónicas de Portugal*, 1946, Lisboa: Tipografia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, pag. 521.

⁴⁵Idem, pag. 531.

⁴⁶Jorge TEIXEIRA, *O Barreiro que eu vi*, 1993, Barreiro: Câmara Municipal do Barreiro, pag. 63.

Segundo ele, através do ensino musical aos filarmónicos são prestados o conhecimento da música e o conceito de solidariedade e do amor ao próximo e desta maneira contribuem para a formação do carácter de muitos indivíduos. «E é esta a mais importante e útil acção – Humana e Educativa – prestada pelas Sociedades de Música Popular.»⁴⁷

«Habitualmente consideradas as ‘escolas do povo’, as colectividades de cultura e recreio desempenharam um papel insubstituível na criação e consolidação de solidariedades locais».⁴⁸

Pedro Freitas refere-nos que a música das sociedades é das principais actividades no campo do Recreio e da Arte.

As bandas filarmónicas com o seu repertório de marchas e hinos ocupavam, deste modo, as horas livres dos jovens e adultos.

Na Mocidade Portuguesa fazia parte dos seus rituais cantar o Hino da Mocidade e outras cantigas e deste modo se enquadrava os jovens nos valores morais e cívicos do regime. Na Legião Portuguesa a música também era presença assídua, cantando-se e tocando-se o Hino da Legião Portuguesa, a Marcha da Legião Portuguesa, etc.

A estrutura de intervenção política das Letras dos Hinos e das Marchas do Estado não era autónoma, sobre ela insidia a todos os níveis o controlo do SPN, assumindo de facto na Letra dos Hinos e das Marchas uma larga intervenção política nas massas populares empreendendo um vasto esforço de uma intensa formação doutrinária no quadro das organizações da juventude salazaristas em particular.

⁴⁷Pedro FREITAS, *Historia da Música Popular em Portugal, Filarmónicas de Portugal*,1946, Lisboa: Tipografia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, pag. 521.

⁴⁸Angela LUZIA, *Lavradio, As suas Gentes*, 1994, Monografia Câmara Municipal do Barreiro, Biblioteca Municipal, pag. 55.

Nas escolas cantavam-se cantigas, que faziam parte dos livros de leitura, que tinham como temas a alegria no trabalho, as vantagens da vida rural, a beleza das regiões de Portugal, entre outros.

Analisando a Letra da cantiga “Água corrente”, do Livro de Leituras da IV Classe, verifico a alusão à natureza, ao trabalho e à vida rural nas várias quadras.

«Água clara da corrente
que vais tu a lamentar?
são lembranças da nascente
ou pressa de ir ter ao mar?

Correndo, correndo
sem nunca parar
em busca do rio,
caminho do mar,

de noite e de dia,
a água a correr,
ao rio irá dar,
ao mar há de ir ter.

(...)

Lava a roupa à lavadeira,
põe a azenha a trabalhar,
não vás assim de carreira,
tens tempo de ver o mar...»⁴⁹

⁴⁹Manuel SUBTIL, Cruz FILIPE, Faria ARTUR, Gil MENDONÇA, *Leituras*, Ensino Primário Elementar, IV Classe, 1935, Livraria Sá da Costa, pag. 50.

Água corrente
 Tempo de valsa

Á...gua cla...ra da cor..ren...te que vais tu
 a la.mên.tar? Á...gua cla...ra da cor..ren-
 te que vais tu a la.men tar? São lem.bran-
 ças da nas.cen...te ou pres..sa de ver o mar?
 São lem.branças da nas.cen...te ou pres.sa
 de ver o mar? Cor..ren.do, cor.rendo sem nunca pa.rar em
 busca do rio, ca.mi.nho do mar, de noi.te e de di...a, a
 á.gua a cor.rer ao rio há.de ir dar, ao mar há.de ir ter.

Fig. 25

Partitura da cantiga 'Água corrente', *Leituras*, IV Classe

Analisando a Letra da cantiga "Ecos do Alentejo", do Livro de Leituras da IV Classe, verifico a alusão à beleza das regiões de Portugal, neste caso particular, o Alentejo.

«Vale do Pêso é terra boa,
 Vale do Pêso é terra bela,
 muita gente de Lisboa
 morre de amores por ela. (...)

A torre de Vale do Pêso,
 quando a avisto além da serra,
 parece que está dizendo:
 - aqui está a tua terra.»⁵⁰

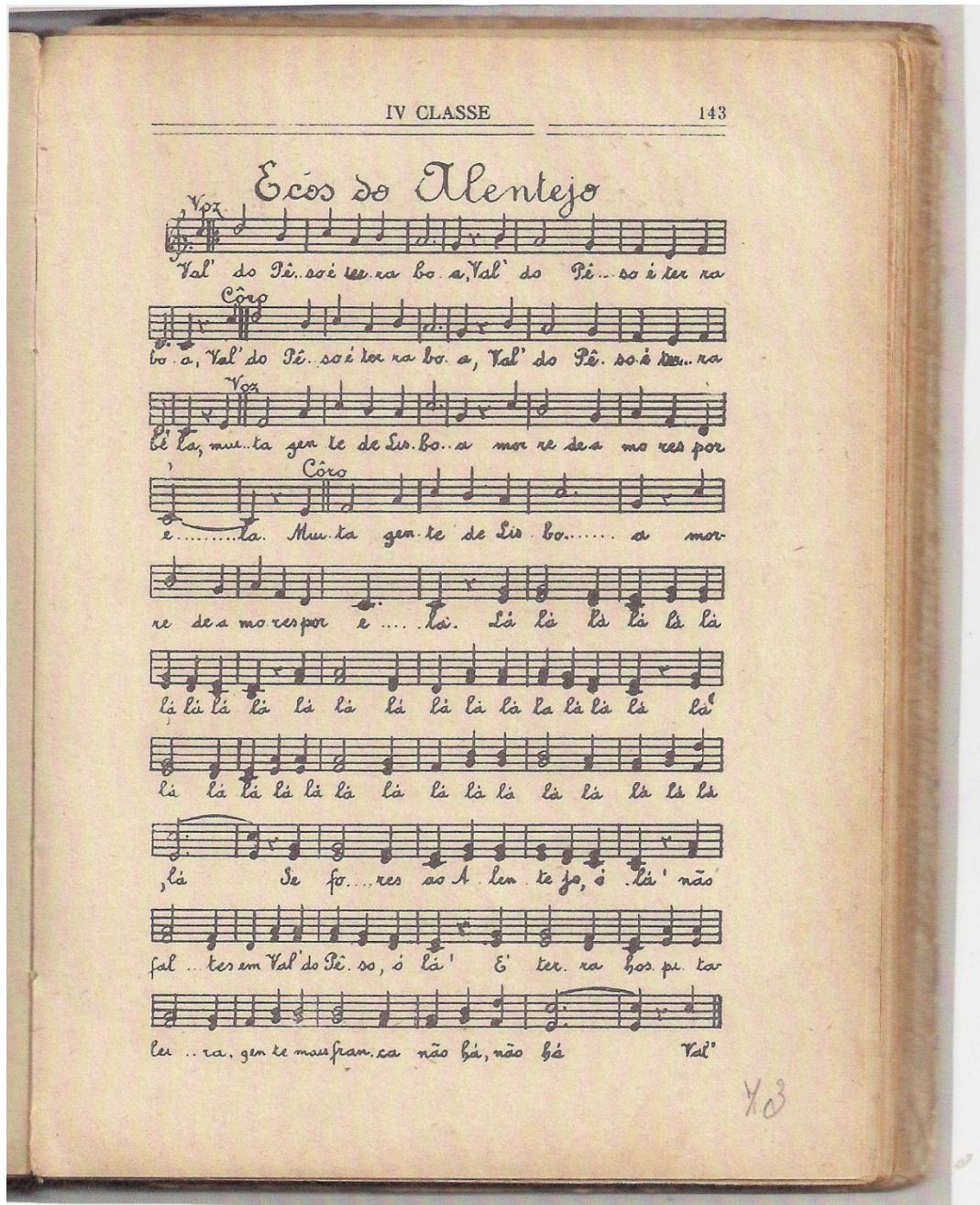


Fig. 26
 Partitura da cantiga 'Ecos do Alentejo', Leituras, IV Classe

⁵⁰Manuel SUBTIL, Cruz FILIPE, Faria ARTUR, Gil MENDONÇA, *Leituras*, Ensino Primário Elementar, IV Classe, 1935, Livraria Sá da Costa, pag. 142.

Tal como nas escolas, também nos orfanatos se cantavam cantigas e alguns até tinham Banda de Música, como acontecia no Orfanato Municipal de Setúbal⁵¹, cuja fotografia podemos ver na figura seguinte. A Banda de Música deste orfanato era aproveitada para as festas, procissões, e outros eventos assistidos pela população.



Fig. 27
Banda de Música do Orfanato Municipal de Setúbal

«Inaugurações, visitas ministeriais, funerais ou momentos altos na vida setubalense, aí os meninos do Orfanato estavam presentes. Era normal esta tradição num asilo sustentado pela Câmara. Sempre que na cidade havia alguma manifestação popular de interesse municipal, éramos naturalmente incluídos nas forças vivas da cidade e presença assídua nas procissões, como as meninas da Asilo da Infância Desvalida e das Florinhas da Rua. Eram instituições sempre esperadas e recebidas de braços abertos pelo clero, ajudando com a sua participação a dar solenidade e grandeza à

⁵¹Orfanato Municipal Presidente Sidónio Pais, fundado a 18 de Maio de 1919, por Henrique Augusto Pereira, mais tarde conhecido por Orfanato Municipal de Setúbal. Extinto em 1968, mas cuja actividade pode ser testemunhada pelo acervo guardado no Centro de Convívio dos Antigos Alunos do Orfanato.

manifestação cristã. Durante muitos anos, a nossa Banda de Música também participou abrilhantando as procissões de forma admirável, impondo um andamento lento e harmonioso, com todos os participantes marchando, conforme a batida sonora, que o Ilídio ia marcando na sua caixa de percussão.»⁵²

Há uma grande participação das populações quer nas procissões, quer nas comemorações, onde estava sempre presente a música, como se pode verificar pela citação de António dos Santos e pelas figuras seguintes (29, 30, 31 e 32), onde se vê claramente que estes eventos eram sempre acompanhados por uma Banda de Música, tendo por base os Hinos e Marchas com o seu carácter doutrinário.



Fig. 28
Comemorações Centenárias.
Desfile da Legião Portuguesa junto aos Paços do Concelho, Palmela, 1940.

⁵²António dos SANTOS, *A cidade dos rapazes pobres, Setúbal – Anos de 1950*, 2006, Setúbal, Edição Centro de Convívio dos Ex-Alunos do Orfanato Municipal de Setúbal, pag. 25.



Fig. 29
Comemorações Centenárias.
Desfile das meninas da escola, Palmela, 1940.



Fig. 30
Comemorações Centenárias da Fundação e Restauração da Nacionalidade
1140 – 1640 – 1940
Desfile de Filarmónica, Largo do Chafariz, Palmela, 1940.



Fig. 31
Procissão do Senhor dos Passos, Palmela, 1938

A maioria das bandas de música eram dirigidas por maestros e músicos militares, pois tal fazia parte das suas atribuições, como abordarei no capítulo seguinte, e os hinos e marchas tocados neste período eram de autores militares e de autores civis que estavam em consonância com as ideias do regime, pois o Secretariado de Segurança Nacional regulava as festas públicas e colaborava com os artistas de modo que o seu trabalho fosse acentuadamente nacionalista, com o intuito de propaganda.

III. A Educação Musical no Estado Novo. Currículo e legislação

III.1. A música durante o Estado Novo – Sistema educativo

A política educativa neste período tinha como característica a doutrinação, sendo a escola utilizada como um instrumento ideológico.

Ao nível do ensino foram tomadas várias medidas que contribuíram para que a sociedade mantivesse estratos sociais bem diferenciados. Com a criação dos Postos escolares com regentes escolares com pouca instrução garantia-se uma baixa instrução para a população rural, ao contrário das escolas dos meios urbanos em que o seu corpo docente já é constituído por professores, havendo assim um grau de dificuldade diferente para os alunos com diferentes culturas e níveis sociais, assim como diferenças no ensino que assentam na separação dos sexos, pois a coeducação foi proibida no Estado Novo. Segundo Adélia Mineiro, no seu livro *Valores e ensino no Estado Novo* a educação feminina era diferente da masculina, as escolas eram separadas e as raparigas eram orientadas para cursos de formação feminina, encontrando-se, assim, bem definidos os papéis a representar por cada um dos sexos na sociedade portuguesa, tal como o Estado Novo a entende.

O cartaz da figura 33 faz parte de uma série intitulada 'A Lição de Salazar' (1938), que apela a valores conservadores, vê-se a imagem da mulher submissa que cumpre a função de esposa e mãe, o pai cumpre a função de chefe de família, que chega do campo onde trabalha para sustentar a casa, os filhos saúdam o pai, o filho mais velho, já em idade escolar, usa a farda da Mocidade Portuguesa.



Fig. 32

«Deus, Pátria e Família: a trilogia da Educação Nacional»⁵³

«A imagem da educação no Estado Novo ficou associada a algumas das medidas tomadas durante este período, tais como a adopção da designação de Ministério da Educação Nacional, a imposição do livro único e a criação da Mocidade Portuguesa e da Obra das Mães pela Educação Nacional».⁵⁴

Na lei de 11 de Abril de 1936, intitulada «Remodulação do Ministério da Instrução

⁵³Cláudia AMARAL, Júlia CASTRO, Bárbara ALVES, *Descobrir a História*, 2010, Porto Editora, pag. 111.

⁵⁴*Dicionário de História do Estado Novo*, dir. de Fernando Rosas, J.M. Brandão de Brito, Bertrand Editora, pag. 288.

Pública»⁵⁵, promulgada em nome da Nação pela Assembleia Nacional, órgão de soberania segundo a Constituição vigente de 1933, constam várias bases:

«O Ministério da Instrução Pública passa a denominar-se Ministério da Educação Nacional»⁵⁶, o que segundo Rómulo de Carvalho traduz a intenção em privilegiar a educação (nacionalista e cristã) em detrimento da instrução.

Instituição da «Junta Nacional de Educação, organismo destinado ao estudo de todos os problemas que interessam à formação de carácter, ao ensino e à cultura»⁵⁷. Esta junta tratava de vários assuntos desde a educação moral e física, o ensino primário, ensino secundário, ensino superior, ensino técnico, Belas-Artes e investigação científica.

«No funcionamento dos serviços do Ministério será observada rigorosamente a hierarquia, sob pena disciplinar para todos os inspectores».⁵⁸

«Na selecção do professorado de qualquer grau de ensino ter-se-ão em conta as exigências da sua essencial cooperação na função educativa e na formação do espírito nacional».⁵⁹ De acordo com as normas oficiais, o professor tem a missão de orientar os alunos na aquisição de bons hábitos, tendo em vista uma conduta perfeita na vida e a plena responsabilidade dos seus actos. O professor deve conhecer os seus alunos de forma a completar, aperfeiçoar ou corrigir a educação recebida na família. Pretende-se para a educação moral um carácter utilitário, nesse sentido reserva-se ao professor

⁵⁵Rómulo de CARVALHO, *História do Ensino em Portugal*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pag. 753.

⁵⁶Idem, pag. 754

⁵⁷Ibidem

⁵⁸Ibidem

⁵⁹Ibidem

a tarefa de educar a vontade da criança na obediência ao bem comum e nos princípios políticos e sociais do Estado Novo.

Segundo A. Nóvoa, em *Educação Nacional*, para definir o perfil ideal do professor valorizavam-se os seguintes critérios:

Num primeiro plano: zelo e dedicação; prestígio junto da comunidade. Num segundo plano: prestígio profissional; virtudes morais e cívicas; desempenho de diversas funções escolares e extra-escolares. Por último: competência profissional, cultura e inteligência e actividade artística e literária.

Segundo Filomena Mónica as promoções na carreira do professor dependiam sobretudo da antiguidade e o bom serviço era avaliado não em termos de competência, mas de conformidade social e política.

«Serão revistos os quadros das disciplinas e respectivos programas em todos os graus de ensino».⁶⁰

«Nos estabelecimentos de ensino de todo o País, com exclusão do superior, haverá um único compêndio para cada ano ou classe das disciplinas de História de Portugal, história geral e filosofia, bem como de educação moral e cívica».⁶¹ Nos livros únicos os programas eram organizados com rubricas formadoras e os conteúdos eram criteriosamente seleccionados de acordo com os ideais do governo: escolhiam-se as canções, os textos dos livros de leitura, os problemas de aritmética, etc. A doutrinação era feita estimulando a obediência e limitando a criatividade.

«Em decreto de 19 de Março de 1932 apresenta o *Diário do Governo* uma relação de

⁶⁰Rómulo de CARVALHO, *História do Ensino em Portugal, Lisboa, F.C.Gulbenkian*, pag. 754.

⁶¹Ibidem.

frases de carácter moral cuja inserção nos livros de leitura adoptados oficialmente passava a ser obrigatória. (...) Cito algumas: “Obedece e saberás mandar”; “Na família o chefe é o Pai, na escola o chefe é o Mestre, no Estado o chefe é o Governo”; “Mandar não é escravizar: é dirigir. Quanto mais fácil for a obediência, mais suave é o mando”; “A tua Pátria é a mais linda de todas as Pátrias: merece todos os teus sacrifícios”; “Não invejes os que te são superiores, porque estes têm responsabilidades e deveres que tu ignoras”; “Se tu soubesses o que custa mandar, gostarias mais de obedecer toda a vida”.⁶²

As 113 frases publicadas destinavam-se aos livros do ensino elementar, aos manuais dos Liceus e aos manuais das escolas de ensino técnico profissional.

Ao observar o Livro de Leituras da IV Classe, verifico a existência de algumas dessas frases no fundo das páginas, na página 11 (apêndice documental, doc. 6), na página 86 (apêndice documental, doc. 7) e na página 171 (apêndice documental, doc. 8).

Ao observar as páginas 118 e 119 (apêndice documental, doc. 9) do mesmo livro constato a existência de cantigas nos livros de leitura, se analisar a Letra “Os pescadores” verifico uma alusão constante à glorificação do trabalho, pois a palavra “trabalhadores” é agregada às palavras “alegres”, “bravezas”, “esperançados”, “contentes” e “alimento”. A música acaba por ter tanto valor pedagógico como a inclusão das frases de carácter moral, pois ambas serviam para doutrinar.

«Será dada à mocidade portuguesa uma organização nacional e pré-militar que estimule o desenvolvimento integral da sua capacidade física, a formação do carácter e

⁶²Rómulo de CARVALHO, *História do Ensino em Portugal*, 1996, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pág. 738.

a devoção à Pátria e a coloque em condições de poder concorrer eficazmente para a sua defesa.»⁶³

Segundo Rómulo de Carvalho a mocidade portuguesa fardada e armada desfilaria perante o Chefe, estendendo o braço em sinal de saudação e devendo cantar de cabeça erguida. «A Música pode, como instrumento de educação apressar e enriquecer o amadurecimento da juventude».⁶⁴ Mais uma vez a música aparece ao serviço da educação e como factor integrador na sociedade, tendo as suas Letras alusões à Pátria e à glória dos portugueses, usando muito os exemplos de Nuno Álvares e do Infante D. Henrique.

Nuno Álvares, «Messias da patria portugueza», mito de santo e guerreiro que era o coroar do que de mais puro havia na alma da nação, «os homens superiores são sempre symbolos: nem a superioridade está n'outra coisa».⁶⁵

«A ressonância desta poderosa construção mítica podemos vê-la em movimentos como a Cruzada Nun'Álvares nas teses integralistas e, posteriormente, nos ideólogos do Estado Novo. A figura de Nun'Álvares é a chave da interpretação da história de Portugal».⁶⁶

Na perspectiva de Oliveira Martins existem também outros heróis que se caracterizam pela acção, como o infante D. Henrique, que se destacou contribuindo para moldar a sociedade do seu tempo e conceber planos e ideias que acabam por transformar o

⁶³Rómulo de CARVALHO, *História do Ensino em Portugal*,1996, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pág. 755.

⁶⁴Fidelino de FIGUEIREDO, *Música e Pensamento*, 1958,Lisboa, Guimarães Editores, pag. 104.

⁶⁵Oliveira MARTINS, *A Vida de Nun'Álvares* , 1893, Lisboa, Livraria António Maria Pereira, pag. 14.

⁶⁶Maria Isabel JOÃO, *Memória e Império.Comemorações em Portugal, 1880-1960*, 2002,Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pag. 511.

mundo.

Maria Isabel João refere-nos um segundo conjunto de heróis, os descobridores e conquistadores, com grande relevo no imaginário nacional, pois fizeram a expansão do território e construíram o império.

O que pretendo aqui destacar é o aproveitamento político que acabou por ter o culto dos heróis na construção do ideal nacionalista de Salazar através das Letras das Marchas e dos Hinos.

«Em todos os estabelecimentos de ensino, com exclusão do superior, tanto oficiais como particulares, será obrigatório o canto coral, como elemento de educação e de coesão nacional. (...) Organizar-se-á uma pequena colecção de cânticos nacionais, exaltando as glórias portuguesas, a dignidade do trabalho e o amor à Pátria, os quais serão frequentemente executados».⁶⁷ Novamente vejo aqui expresso a importância dada à música, no sistema educativo, como veículo dos ideais do Estado Novo.

Convém esclarecer o significado de cânticos: «canto consagrado à honra da divindade, hino, ode, canção»⁶⁸, tornando-se assim evidente que os cânticos nacionais referidos no parágrafo anterior não são mais do que os hinos, as marchas e as cantigas que eram utilizadas como doutrinação, tal como o modelo usado na música militar para doutrinação do Exército, onde também o Canto Coral fazia parte da programação da escola de alistados de Infantaria: «matérias versadas (...)VII – Canto Coral»⁶⁹(apêndice documental, doc. 10).

⁶⁷Rómulo de CARVALHO, *História do Ensino em Portugal, 1996, Fund. Calouste Gulbenkian*, pag. 755.

⁶⁸J. Almeida COSTA, A. Sampaio e Melo, *Dicionário da Língua Portuguesa*, 1946, Porto Editora, pag. 262.

⁶⁹A. Rebelo de CARVALHO, *Batalhão nº2, Características e Aspectos das Escolas de Alistados de Infantaria*, 1957, Anuário da Guarda Nacional Republicana, pag. 45.

Segundo a opinião de Fidelino de Figueiredo, a música, entrando na educação geral como seu eixo aglutinador, satisfaz todas as exigências da pedagogia, pois o ensino da música presta-se, como nenhuma outra disciplina, a esses expedientes pedagógicos.

«Em todas as escolas públicas do ensino primário infantil e elementar existirá, por detrás e acima da cadeira do professor, um crucifixo, como símbolo da educação cristã determinada pela Constituição».⁷⁰

A reforma de 14 de Outubro de 1936, sobre o ensino liceal, foi orientada segundo a mesma perspectiva da reforma anterior, tendo em vista a «missão educativa da Família e do Estado para o desenvolvimento harmónico da personalidade moral, intelectual e física dos Portugueses».⁷¹

Às alunas liceais era proporcionado um curso de educação familiar, com actividades que visavam a missão natural da mulher, teriam aulas de confecção de roupa, chapéus, bordados, flores, etc, e estudavam Língua e Literatura Portuguesas, Moral, Economia, Direito, etc. Também tinham sessões de Culinária, Educação Física e Canto Coral.

Tanto as raparigas como os rapazes frequentavam a disciplina de Organização Política e Administrativa da Nação, separadamente, pois era proibida a coeducação.

Havia, duas vezes por mês, sessões culturais de presença obrigatória para professores e alunos sobre o conhecimento do Império Colonial, da arte portuguesa e sobre a educação cívica. O Canto Coral visava o culto das glórias de Portugal e a exaltação do sentimento patriótico.

Encontro vários exemplos no Cancioneiro para a Mocidade⁷², como é o caso das

⁷⁰Rómulo de Carvalho, *História do Ensino em Portugal*, 1996, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pag. 755.

⁷¹Idem, pag. 774.

⁷²Castro RODRIGUES; Euclides RIBEIRO; Rui BARRAL, *Cancioneiro para a Mocidade*, 1962, Lisboa, Mocidade Portuguesa, pag. 38-44.

cantigas: ‘Rapazes de Portugal’(apêndice documental, doc. 11), onde é evidente esse culto, nas alusões que são feitas entre os rapazes de Portugal e o valor da raça, a honra e a descendência dos navegadores e descobridores; ‘Portugal Marinheiro’(apêndice documental, doc. 12),onde são feitas alusões à glória dos descobridores e de Portugal e ao seu passado heróico e à vontade de Deus; ‘Marcha do Campismo’(apêndice documental, doc. 13), onde são feitas alusões às maravilhas da vida rural, aos descobrimentos relacionando-os com o gosto de descobrir a natureza e percorrer novos caminhos e ao acompanhamento constante de Deus como guia e protector.

A música assumia um papel importante no sistema educativo, pois através dela fazia-se o culto dos heróis, a exaltação patriótica e a prática das virtudes cristãs, que eram objectivos fundamentais da doutrina do Governo.

Conservatório Nacional

Segundo Carlos Alberto Gomes, inicia-se em plena ditadura nacional uma nova reforma do Conservatório, que fica sob a administração de um inspector, que integrando uma comissão com o director da secção de música e o chefe de Repartição do Ensino Superior e das Belas Artes deve elaborar a reforma dos serviços administrativos e técnicos do Conservatório Nacional subordinando-a a um critério de estreita economia.

Manteve-se ao nível do ensino musical ministrado no Conservatório uma perspectiva reducionista, que consiste num recuo para o regime de estudos. Este retrocesso quanto à organização curricular do ensino musical do Conservatório insere-se numa tendência bastante mais vasta que marca toda a política educacional portuguesa deste período, pois o mesmo aconteceu em todo o sistema educativo.

« (...) no domínio da instrução artística, o essencial não é ensinar muito, mas ensinar bem (Decreto nº18881, de 25 de Setembro de 1930:preâmbulo)». ⁷³ Como é lógico, subjacente a esta ideia está uma medida economicista do Governo. De facto, a tendência deste período do Estado Novo foi reduzir o número de anos de escolaridade. Segundo Carlos Alberto Gomes, os diversos projectos de reforma propostos pelo Conservatório Nacional, entre 1936 e 1966, não têm qualquer tipo de seguimento e a sua não aprovação residirá em diversos factores económico-financeiros e também numa estratégia de esvaziamento de poder, o que poderá significar uma tentativa de eliminação de uma oposição com contornos políticos, pois alguns dos professores eram identificados com tendências políticas subversivas. «Tais contornos políticos poderão explicar o porquê da não aprovação dos projectos de reforma apresentados pelo Conservatório Nacional até aos finais da década de 1960, visto provavelmente subsistir um clima de desconfiança política em relação a alguns destes professores». ⁷⁴

Como se pode verificar pela legislação facultada pelo Conservatório Nacional (apêndice documental, doc. 2), a 20 de Fevereiro de 1940 há um Despacho demitindo um professor efectivo, nos termos previstos pelos artigos 29º e 30º do Decreto-Lei nº23203, de 6 de Novembro de 1933, o qual estabelece a pena de demissão para todo o funcionário público que demonstre espírito de oposição à política do Governo.

Estas medidas são tomadas porque para Salazar era necessário afastar da escola os elementos perigosos do professorado, e aliciar as crianças e os adolescentes com palavras de exaltação patriótica e religiosa.

⁷³Carlos A. F. Fernandes GOMES, *Discursos sobre a especificidade do ensino artístico: a sua representação histórica dos séculos XIX e XX*, 2002, Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa, pag. 133.

⁷⁴Idem, pag. 150.

III.2. A música e a sua ligação ao exército

A música feita por militares assumiu uma grande importância na sociedade do Estado Novo, estando ligada aos Teatros, às Orquestras Sinfónicas e ligeiras, às Sociedades Filarmónicas das cidades, vilas e aldeias, pois as músicas compostas por militares eram tocadas nestes locais. Os chefes de banda militar tinham como atribuição «ministrar a instrução de canto coral (...) nas sociedades e (...) transportar para a escrita todas as canções populares portuguesas das respectivas regiões».⁷⁵

A música feita por militares estava ligada também ao Conservatório, pois eram abertos concursos pelo exército no Conservatório Nacional, como se pode ver na legislação facultada por esta instituição (apêndice documental, doc. 2), onde são publicitados o concurso para uma composição musical adaptada à composição poética já aprovada para a canção do soldado (página 469) e o concurso para preenchimento do cargo de Chefe de Banda da Armada, com o seu regulamento e programa e respectivo júri constituído pelo Comandante do Corpo de Marinheiros da Armada e por quatro professores do Conservatório Nacional (páginas 475,476 e 477).

Os músicos militares eram dinamizadores na relação do exército com a sociedade civil, fomentando a actividade de inúmeras Bandas de Música civis, como músicos, professores e maestros.

«A actividade dos músicos militares não se circunscrevia só a tocar nas bandas militares. Era-lhes permitido exercer a sua arte nas orquestras dos teatros e em outros agrupamentos musicais, fora do horário dos seus compromissos militares».⁷⁶

⁷⁵História do Exército Português, coord. de Ramires de Oliveira, vol. IV, 1995, Arquivo Histórico Militar, pag. 679.

⁷⁶Ibidem.

Surgiram, por exemplo, Bandas de Música na Companhia União Fabril (Barreiro), na Companhia de Caminhos de Ferro e na Carris (Lisboa), assim como em instituições do Estado Novo, nomeadamente na Mocidade Portuguesa e na Legião Portuguesa.

Segundo Pedro Marquês de Sousa, no seu livro *História da Música Militar Portuguesa*⁷⁷, a evolução da organização militar e os modelos de serviço militar proporcionaram uma ligação muito estreita entre a instituição militar e a sociedade e nesta relação a música militar desempenhou um papel muito importante no desenvolvimento cultural da sociedade.

A música militar funcionava pela ideologia simultaneamente para assegurar a própria coesão do Estado e valores que projectava no exterior, será útil referir que esta determinação funcionava para instituir uma sociedade estratificada, sancionando os que se afastavam da ordem social, é através deste ambiente da música militar que é transmitido a cada individuo o lugar que lhe era destinado e os comportamentos a adoptarem.

Naturalmente, cada Hino ou Marcha e em particular a sua Letra tinha o seu campo de acção privilegiado, alguns elogiavam a vida rural, outros apelavam ao combate ao comunismo, outros glorificavam a Nação, representando um verdadeiro estímulo nacionalista na população.

O contexto social da música militar na ditadura é favorável à elevação da moral das Forças Armadas, tentando obter o apoio incondicional das massas e a euforia colectiva motivada pela audição de Hinos e Marchas, sendo nessa qualidade, iniciador e dinamizador dos grandes desígnios nacionalistas do salazarismo. A música militar

⁷⁷Pedro Marquês de SOUSA, *História da Música Militar*, 2008, Lisboa, Tribuna da História-Edição de Livros e Revistas, lda.

consegue, assim, um importante papel de transmissão ideológica.

Posso dar como exemplo uma das condições do concurso público para o Hino do Exército, em que é referido «devia ter carácter de composição heróica, destinada a exaltar o Exército, instrumento primordial da garantia da independência da Nação, celebrar as suas virtudes e história».⁷⁸

Hino do Exército

I

*Nós vimos de Ourique
e de Valdevez,
servindo a Henrique
e ao Rei português
que em tantas batalhas,
em luta campal,
ergueu as muralhas
para Portugal!*

*Iremos até onde a Pátria fôr,
e seja em paz, ou seja em guerra,
que este clamor
vibre imortal,
de mar em mar, de serra em serra:
— Portugal! Portugal! Portugal!*

II

*Vimos do Salado
e de Aljubarrotu,
no sangue já dado
por nós, gota a gota,
pois vida perdida,
na glória da morte,
à Pátria dá vida,
tornando-a mais forte.*

*Iremos até onde a Pátria fôr,
e seja em paz, ou seja em guerra,
que este clamor
vibre imortal,
de mar em mar, de serra em serra:
— Portugal! Portugal! Portugal!*

III

*Nós vimos do espanto
das ondas tremendas,
quebrando o encanto
de ventos e lençóis!
Vimos do mar fundo,
do fundo do mistério,
no ventre do mundo
gerando um Império.*

*Iremos até onde a Pátria fôr,
e seja em paz, ou seja em guerra,
que este clamor
vibre imortal,
de mar em mar, de serra em serra:
— Portugal! Portugal! Portugal!*

Fig. 33

Hino do Exército, *História do Exército Português*

⁷⁸*História do Exército Português (1910-1945)*, coord. de General A. N. Ramires de Oliveira, vol. IV, 1995, Arquivo Histórico Militar, pag. 692.

Este Hino foi aprovado e posto em execução em 1945 e comprovo através da análise da sua Letra que todo ele é heróico e exalta os feitos do Exército, através de referências a batalhas vitoriosas da História de Portugal, como “Ourique”, “Valdevez”, “Salado” e “Aljubarrota” e exalta a Nação referindo as palavras “Pátria”, “imortal”, “forte”, “glória”, “Império” e dando uma grande ênfase na repetição da expressão “Portugal! Portugal! Portugal!”.

Por outro lado, «em todas as incorporações de alistados é ministrada instrução de Canto Coral, ensinando-se canções militares, hinos patrióticos e números dos melhores autores». ⁷⁹

Tal como é referido no Anuário da Guarda Nacional Republicana, a Banda da Guarda tinha uma acção educativa, quer em contacto com o público nos concertos que dava semanalmente, quer através da Rádio, pois estes eram gravados pela Emissora Nacional e radiodifundidos. A Banda de Música da Guarda «tendo em vista a educação musical do povo, organiza os seus programas com as obras mais universalmente popularizadas». ⁸⁰

Tal como é referido no livro História do Exército Português, havia necessidade de se manterem as bandas militares, com a missão de tocar música marcial em formaturas, marchas, paradas, concertos, espectáculos e reuniões sociais.

Em 1930 existiam trinta e duas Bandas no Exército, que faziam parte dos Regimentos de Infantaria, do Regimento de Sapadores de Caminhos de Ferro e dos Batalhões de Caçadores.

«A grande quantidade de Bandas de Música do Exército, acabou por ser considerado

⁷⁹“Banda de Música”, *Anuário da Guarda Nacional Republicana*, 1957, pag. 97 (apêndice documental, doc. 28).

⁸⁰Ibidem.

um problema orçamental, que motivou em 1937 uma profunda redução da quantidade de Bandas». ⁸¹

A nova Lei Orgânica do Exército ⁸² reduziu o número de Bandas de Música para oito e considerou exagerados os gastos do Exército com suas Bandas Militares, como constato na leitura da Ordem do Exército: «O País gasta presentemente com as bandas militares cerca de 8000 contos anuais, ou seja pouco mais ou menos aquilo que ainda há bem pouco tempo gastava com as suas forças aéreas, por mais extraordinário que isso pareça. (...) Como os meios de que a Nação dispõe não são elásticos, a manutenção de tal estado de coisas somente se poderia admitir com manifesto prejuízo do regular desenvolvimento ou da simples manutenção de serviços militares de real interesse para a defesa nacional, e por isso as 32 bandas militares actualmente existentes são reduzidas a oito. Localizadas nas sedes das regiões militares ou dos comandos militares, melhorada sensivelmente a composição de todas elas, poderão ainda as bandas que são mantidas constituir apreciáveis elementos de expansão de cultura musical». ⁸³

Pedro Marquês de Sousa refere que em 1935 e 1937, na Banda da Armada, para a formação dos músicos, dos corneteiros e dos clarins foram adoptados métodos de ensino musical da autoria do 1º Tenente músico, Artur Fernandes Fão: «*Noções rudimentares de música, exercícios para caixa de guerra, para corneta e clarim e Solfejos e (...)Teoria Musical* que foi também adoptada pelo Conservatório Nacional». ⁸⁴

⁸¹Pedro Marquês de Sousa, *História da Música Militar*, 2008, Lisboa, Ed. Tribuna da História, pag. 93.

⁸²Decreto-Lei 28/401 de 31 de Dezembro de 1937, publicado na OE nº12 de 31 Dez. 1937, (apêndice documental, doc. 1).

⁸³Ordem do Exército nº12 de 31 de Dezembro de 1937, pag. 797, (apêndice documental, doc. 14).

⁸⁴Pedro Marquês de Sousa, pag. 80.

A Banda da Guarda Nacional Republicana foi a primeira em Portugal a ter a constituição de Banda Sinfónica, pois tinha mais de uma centena de músicos e foi com esta organização que realizou diversas deslocações ao estrangeiro.



Fig. 34

Banda da Guarda Nacional Republicana, numa das deslocações ao estrangeiro, em 1963 (Fotografia particular do Sargento Músico Estevão Ferreira)

A Banda da GNR em Lisboa, sob a direcção do maestro Major Lourenço Alves Ribeiro, desenvolveu uma intensa actividade, realizando concertos semanalmente no Quartel do Carmo e quinzenalmente no Pavilhão dos Desportos que eram gravados e transmitidos pela rádio Emissora Nacional.

A Banda da Polícia de Segurança Pública, dirigida pelo Capitão Armando Fernandes ganhou o primeiro prémio num concurso de Marchas Militares organizado pela Rádio Emissora Nacional em colaboração com a revista de Defesa Nacional.

A Banda da Força Aérea foi formada em 1957 e foi constituída inicialmente por músicos recrutados nas Bandas do Exército e na Banda da Polícia de Segurança Pública.

A Guarda Fiscal tinha corneteiros para o serviço diário nos quartéis, mantendo essa pequena presença da música militar até 1958, quando foi criada uma Fanfarra que mais tarde deu origem à Banda da Guarda Fiscal.



Fig.35

Fanfarra da Guarda Fiscal a desfilarem juntamente com a Fanfarra da Armada, Lisboa, 1959, Festival Luso-Britânico (Arquivo Histórico Militar)

Segundo Pedro Marquês de Sousa, a organização da música militar reflectiu a política do Estado Novo em relação à sociedade e à instituição militar. Em 1954 o Ministro da Defesa, Santos Costa, decidiu dotar as unidades militares de fanfarras de Corneteiros e Clarins, com a finalidade de «(...) imprimir um modelo mais marcial (...) para revigoramento do espírito de disciplina e de corpo, como também para que na população civil em geral se fomentasse o espírito militar e o prestígio da força armada. (...) Uma das justificações apresentadas foi a participação das fanfarras nas cerimónias militares».⁸⁵

⁸⁵Pedro Marquês de SOUSA, *História da Música Militar*, 2008, Lisboa, Ed. Tribuna da Música, pag. 103.

Todo este cenário passa por uma cultura de disciplina e acima de tudo do chefe principal, Salazar, sendo o mais importante desta abordagem a transformação dos indivíduos através da consciencialização dos valores morais e espirituais inerente sempre às Letras dos Hinos e Marchas impondo a defesa da identidade histórica nacional, e os cantos heróicos dos Hinos expondo um tema abrupto e voluntarioso muito próximo de marcialidade, pelo seu ritmo e carácter, aumentando assim de intensidade e dinâmica, revelando-se obras plenas de brilho e heroísmo, como um reflexo do patriotismo que inflamava o espírito dos indivíduos.

A importância dos instrumentos de música nas bandas militares, como por exemplo, os de percussão (triângulo, pratos, bombo), os metais (trompas, trompetes, trombone) intervinham com força desembocando numa explosão de ruidosas fanfarras anunciando a chegada do chefe do governo do Estado Novo. As Bandas e Fanfarras passavam grandiosas tirando proveito dos recursos sonoros da música marcial para expressar a orgulhosa divisa popular da época “Salazar,Salazar”.

Segundo Pedro Marquês de Sousa, nesta época as bandas militares também realizavam diversas actuações não oficiais, junto da comunidade civil, participando em cerimónias ou festas não militares.

« Eram frequentes os concertos públicos semanais em todas as localidades onde existia banda militar, e que eram realizados aos Domingos, nos coretos dos Jardins públicos (...). As Bandas da GNR e da Armada com um efectivo superior, actuavam em palcos montados para o efeito no Largo do Carmo, no Parque Eduardo VII, no Campo Pequeno, etc».⁸⁶

⁸⁶Pedro Marquês de SOUSA, *História da Música Militar*, 2008, Lisboa, Ed. Tribuna da História, pag. 101.



Fig. 36
Banda da Guarda Nacional Republicana
(Arquivo Histórico Militar)

As festividades religiosas eram um dos serviços habituais das Bandas e Fanfarras militares, dispersas por todo o país. A tradicional procissão da Nossa Senhora da Saúde realizada anualmente em Lisboa é um bom exemplo disso.



Fig.37
Banda da Força Aérea na procissão de Nossa Senhora da Saúde, Lisboa, 1959
(Arquivo Histórico Militar)

Nesta procissão encontram-se todas as Bandas militares desfilando ao som das marchas graves, solenemente interpretadas com a qualidade e o timbre próprio da música militar.

«As marchas são peças musicais que se executam principalmente durante os deslocamentos cadenciados das tropas, desfiles e revistas militares».⁸⁷

Há comprovadamente uma ligação da música com o exército, podemos ver essa ligação na relação existente entre o Conservatório Nacional e as bandas militares, quer através da adopção de métodos de ensino musical da autoria de militares, quer através de concursos realizados no conservatório para composições musicais do exército, assim como os concursos para preenchimento de vagas nas bandas militares, com um júri composto por militares e por professores do conservatório, como já referi anteriormente. Tanto o Conservatório Nacional como o Exército estão ao serviço do Estado e como tal sujeitos ao controlo ideológico do Governo, o que foi visível na redução de efectivos militares com a finalidade de criar um corpo de militares fiéis ao regime, como é referido por José Medeiros Ferreira, «O excessivo número de quadros será um problema (...) muito embora o banimento das Forças Armadas dos oficiais e sargentos envolvidos nas sucessivas revoltas contra a Ditadura (...) se possa enquadrar na dupla preocupação de reduzir os quadros e de criar uma espécie de guarda pretoriana do regime com os militares que reprimiam esses movimentos»⁸⁸; por outro lado também é visível esse controlo nas demissões de professores que demonstram espírito de oposição à política do Governo, como se pode comprovar pela legislação

⁸⁷ *História do Exército Português (1910-1945)*, coord. de General A.N. Ramires de Oliveira, vol. IV, 1995, Arquivo Histórico Militar, pag. 686.

⁸⁸ J.M.FERREIRA, "Relações entre as Forças Armadas e o Poder Político", *Portugal e a Guerra, História das intervenções militares portuguesas nos grandes conflitos mundiais*, 1998, Lisboa, Edições Colibri, pag. 12.

facultada pelo Conservatório Nacional, datada de 20 de Fevereiro de 1940, pag. 464 (apêndice documental, doc. 2).

A música e o exército estão interligados, pois «a arte de escrever partituras para bandas militares, entre as quais as marchas é, pelo menos mecanicamente, mais difícil do que escrever para orquestra, exige uma grande prática e o conhecimento exacto de todos os instrumentos. Assim, normalmente é entre os executantes, principalmente os chefes de banda, que se encontram os melhores arranjadores e compositores»⁸⁹, como é caso de Lourenço Alves Ribeiro, Raul Ferrão, Eduardo Pires, entre outros; embora existam também vários compositores civis de marchas e hinos, que se destacaram, como por exemplo, Frederico de Freitas, Mário Beirão, Francisco Moreira das Neves, entre outros, cujas biografias podemos ver no capítulo V deste trabalho.

Durante o Estado Novo «os hinos e as marchas triunfais eram os mais adoptados nas manifestações de massas»⁹⁰, sendo presença assídua nas comemorações e festividades.

A ligação da música ao exército não era só a nível da composição, mas também a nível da execução, pois as bandas militares tocavam em concertos, espectáculos e desfilavam nas celebrações do Estado Novo e os seus músicos e maestros também fomentavam a ligação da música com o povo através da sua actividade nas bandas civis, como executantes ou regentes das filarmónicas.

⁸⁹*História do Exército Português(1910-1945)*, coord. General A.N. Ramires de Oliveira, vol. IV, 1995, Arquivo Histórico Militar, pag. 687.

⁹⁰Maria Isabel JOÃO, *Memória e Império.Comemorações em Portugal, 1880-1960, 2002,Fundação Calouste gulbenkian*, pag. 355.

IV. Letras e músicas como expressão da orientação política do Estado: os Hinos e Marchas

IV.1 O Poder das Letras dos Hinos e Marchas

A letra da música militar, principalmente no âmbito político no período áureo do Estado Novo, deve estar adequada às características cénicas do seu líder político.

«A imagem que o “nacional-cançonetismo” de santa memória dava da realidade rural era a das “casas caiadinhas” e a da “pobreza tão feliz e abençoada”. (...) A “casa caiadinha” e a “pobreza bem-aventurada” não correspondem a situações reais; são, sim, a forma de traduzir, em termos que interessam à ideologia dominante, modalidades de racionalização que importa desenvolver nas massas para que “espontaneamente” as reproduzam.»⁹¹

António Ferro soube manobrar com peritagem nesse contexto social e político dirigindo isso às características do público para quem se vai comunicar, isto é, encontrar nas letras dos Hinos e das Marchas imagens e contextos que pertençam ao património de percepções da audiência e que sejam acessíveis em termos de texto e ideia. A letra da música deve induzir sentimentos por forma a obter uma resposta positiva da parte da audiência, de acordo com o que o governo pretendia. Esta letra com objectivo populista, tem como finalidade atrair o maior número possível de pessoas, tem frases curtas e directas, repetitivas e com linguagem muito concreta e imagens fortes e claras, para um desígnio capaz de inspirar e mobilizar as massas. Tal como se verifica nas marchas *Pátria*, letra de Mário de Sampaio Ribeiro (apêndice documental, doc.15) e *Angola é nossa*, letra de Santos Braga (apêndice documental, doc. 16), entre outros exemplos.

⁹¹J. Barata MOURA, *Estética da Canção Política*, 1977, Livros Horizonte, pag. 94.

Durante o regime do Estado Novo, a Nação é o valor mais importante a defender, pelo que a Letra dos Hinos e das Marchas fazem o seu enaltecimento.

Na política o significado da música e da letra nos hinos e marchas tem um significado mais lato, onde cada palavra tem de ser pesada com muito mais rigor e sempre com o intuito de politizar essas letras. O seu condicionamento e a sua utilização, sem qualquer dúvida, num Estado autoritário é em grande medida um caminho que traça um plano de intenções para o futuro e também da propaganda de regime, e aí encontra-se um terreno fértil para a massificação da participação política.

Segundo José Barata Moura, temos de ter em conta dois aspectos fundamentais: o primeiro diz respeito ao facto de toda a canção se apresentar como um produto cultural ou ideológico, o segundo refere-se à circunstância de o campo da cultura ou da ideologia se encontrar marcado por opções políticas fundamentais.

Por isto tudo, a palavra na música é mais importante do que em muitos outros domínios porque a letra nos Hinos ou nas Marchas permite afirmar, decretar, convencer, expor os valores do regime. Os Hinos e as Marchas foram recursos ideológicos da política do Estado Novo, «a canção vai desempenhando paulatinamente a função que lhe compete. Quer como forma de consagração e reforço da ideologia dominante e do regime de exploração que, nas circunstâncias em que vivemos, a sustenta, quer como elemento de uma ideologia».⁹²

A Letra da música militar na ditadura foi particularmente activa, constituiu um importante suporte social do Estado Novo, procurando criar uma empatia, suscitando

⁹²J. Barata MOURA, *Estética da Canção Política*, 1977, Livros Horizonte, pag. 56.

um enorme entusiasmo popular, reunindo à sua volta toda a força civil e militar, contribuindo para a institucionalização do regime, transformando-se num dos mais importantes factores sobretudo no auge do Estado Novo, exaltando não só o patriotismo e as virtudes nacionais, como incitavam a opinião pública para a aceitação da grande corrente histórica nacionalista no Portugal do Estado Novo.

As aparições públicas de Salazar, acima de tudo aquelas associadas às manifestações de louvor ao Presidente do Conselho, organizadas no Terreiro do Paço (fig. 39) são excelentes exemplos deste tipo de cerimónia de onde faziam parte as Fanfarras, as Bandas de Música e as Marchas militares.

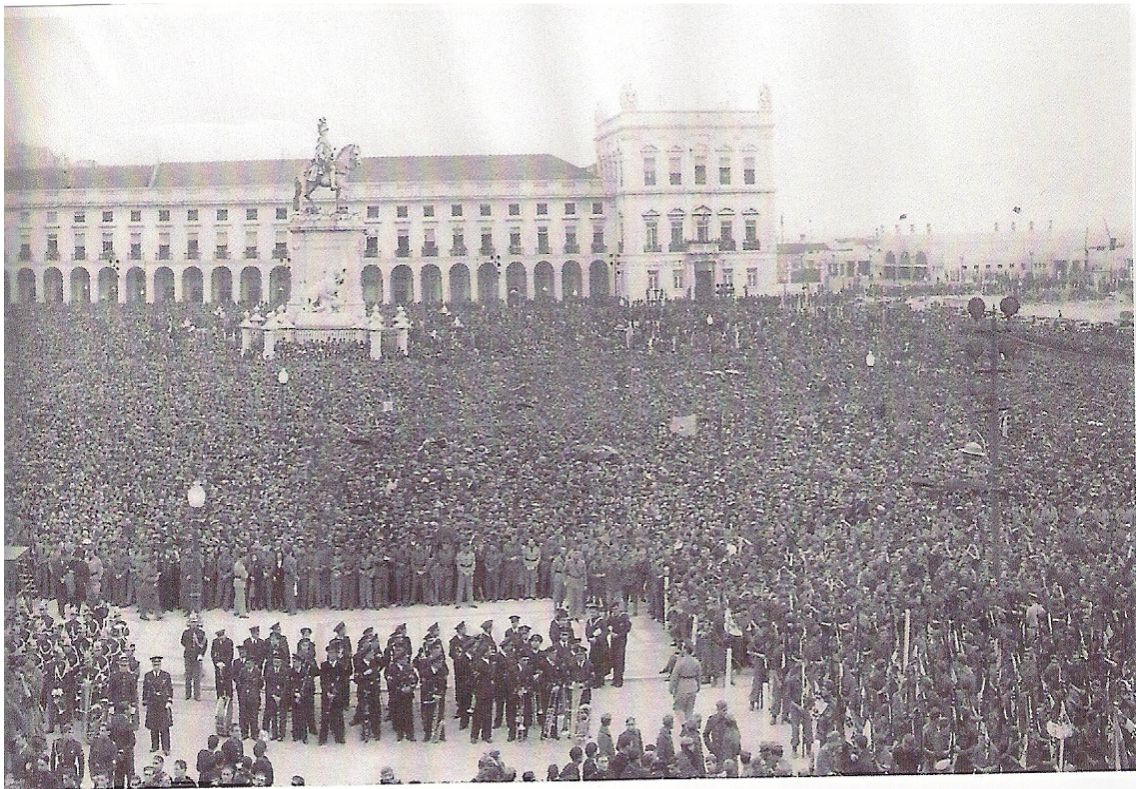


Fig. 38
Manifestação de júbilo a Salazar, no Terreiro do Paço.
Lisboa, 1939

Destaca-se uma dimensão espiritual nos Hinos e Marchas, transportando o ouvinte para um universo de grande experimentação sonora, então cria-se com isto a comunicação política porque a sua intensa musicalidade marcial é a matéria-prima da política do regime, e o efeito de tentar moldar-lhe o significado, o exercício de domínio da música marcial militar é uma questão de Poder, de superforça, sempre sob a atenta vigilância do Secretariado da Propaganda Nacional. António Ferro tem a responsabilidade de assumir a propaganda como um instrumento de Governo, condicionando o uso das letras dos Hinos e Marchas como uma grande vantagem de provocar acústicamente o efeito de coesão do sistema e tornar sólido o Poder.

A importância das Letras dos Hinos e das Marchas no processo de socialização salazarista é indiscutível, esta adequação social da música à política do regime, tantas vezes participada em inaugurações simbólicas do regime, resultou da interiorização que cada indivíduo fez das normas e valores do grupo, através de um processo de aprendizagem, bem como o sentimento agradável de se estar a fazer o que é certo para o regime, assim sendo, a Letra dos Hinos e das Marchas surgiam como um processo de integração que motivou o desenvolvimento da cooperação e da solidariedade em todo o Estado nacional e autoritário.

Os destacados e proeminentes compositores da época, grande parte deles militares, que compunham os Hinos e as Marchas, Lourenço Alves Ribeiro⁹³, Raul Ferrão⁹⁴,

⁹³Lourenço Alves Ribeiro (1899-1993), músico, maestro, compositor e militar. Concluiu vários cursos no Conservatório Nacional. Foi Sargento Músico de 1920 a 1926, sendo solista na Banda de Música da G.N.R. Foi Chefe de Banda da G.N.R. de 1931 a 1959, sendo colocado no Ministério de Defesa Nacional como Major Inspector de Bandas e Fanfarras das Forças Militares e Militarizadas em 1959.

⁹⁴Raul Ferrão (1890-1953), formado em engenharia química, compositor e militar. Foi professor da Escola de Guerra em 1917 e 1918, depois de ter cumprido serviço em África durante a Primeira Guerra Mundial.

Duarte Pestana⁹⁵, entre outros, abordam o género por excelência na música militar com marchas como *Canção do Legionário*⁹⁶ (apêndice documental, doc. 17), *Marcha do 3º Batalhão da Legião Portuguesa*⁹⁷ (apêndice documental, doc. 18) e *Luanda Heróica*⁹⁸ (apêndice documental, doc. 19), entre outras não menos importantes, que são marchas de grande envergadura musical, todas elas compostas por militares e representativas da música marcial programática no Estado Novo, evocando sentimentos de episódios de vida dos portugueses na História. Neste tecido musical marcial encontra-se um género preferencial para a fixação do ideário nacionalista, das suas concepções, em torno da capacidade de tocar nos sentimentos, ou seja, a exaltação do sacrifício em nome de um bem maior, a Nação Portuguesa, construindo uma memória nacional de interpretações plenas de intensidade e reveladoras de uma grande capacidade para pensar a música honorífica⁹⁹, desempenhando a música e a letra nos Hinos e nas Marchas um importante papel na animação sonora das imagens em movimento, desfiles, cerimónias, exposições, sempre embebido de um carácter ritual.

⁹⁵Duarte Ferreira Pestana (1921-1974), músico e compositor, oriundo de uma família de músicos notáveis. Frequentou o Conservatório do Porto e foi Sargento Músico da Banda da G.N.R., chegando a ser solista. Dirigiu durante treze anos o conjunto musical do Coliseu dos Recreios e o Coro e Orquestra da extinta F.N.A.T. (Federação Nacional para a Alegria no Trabalho).

⁹⁶Canção do Legionário, marcha militar composta por Lourenço Alves Ribeiro. Cedida pelo Arquivo Histórico da Guarda Nacional Republicana.

⁹⁷Marcha do 3º Batalhão da Legião Portuguesa, marcha militar composta por Raul Ferrão. Cedida pelo Arquivo Histórico da Guarda Nacional Republicana.

⁹⁸Luanda Heróica, marcha militar composta por Duarte Ferreira Pestana. Cedida pelo Arquivo Histórico da Guarda Nacional Republicana.

⁹⁹Música Honorífica, música que concede honras, distinção, glória.

IV.2. Análise de conteúdo das Letras dos Hinos e Marchas

O Hino Nacional é um dos símbolos nacionais e também é conhecido como “A Portuguesa”. A sua Letra é de Lopes Mendonça e a sua música de Alfredo Keil.

«A Portuguesa

Heróis do mar, nobre povo,	Às armas, às armas,
Nação valente, imortal,	Sobre a terra e sobre o mar!
Levantai hoje de novo	Às armas, às armas,
O esplendor de Portugal!	Pela Pátria, lutar!
Entre as brumas da memória	Contra os canhões
Ó Pátria, sente-se a voz	Marchar, marchar! » ¹⁰⁰
Dos teus egrégios avós,	
Que há-de levar-te à vitória.	

“A Portuguesa nasceu como uma canção de cariz patriótico em resposta ao ultimato de 11 de Janeiro de 1890 que os ingleses impuseram a Portugal, o que indignou a Nação e exaltou os valores patrióticos. Na Letra original de 1890 cantava-se “contra os bretões, marchar, marchar” ao contrário do actual “contra os canhões, marchar, marchar”.

“A Portuguesa foi utilizada como símbolo patriótico, mas também republicano e após a instauração da República, numa sessão da Assembleia Constituinte em 1911, foi proclamada como Hino Nacional.

Em 1956, existiam várias versões do Hino, não só na linha melódica, mas também nas instrumentações, especialmente para banda, pelo que o governo nomeou uma comissão encarregada de estudar uma versão oficial de “A Portuguesa”.

¹⁰⁰F. COSTA ; A. MARQUES, *História e Geografia de Portugal*, 2008, Porto Editora, pag. 94.

A proposta elaborada seria aprovada em Conselho de Ministros a 16 de Julho de 1957, mantendo-se o Hino inalterado desde então.

Para compreender a métrica musical de um Hino ou Marcha é necessário o domínio de conceitos fundamentais no âmbito da música, que importam esclarecer.

Em música, a métrica é a divisão de uma linha musical em compassos marcados por tempos fortes e fracos, representada na notação musical por um símbolo chamado fórmula do compasso.

Compasso é uma medida que divide o tempo em partes iguais, e serve para determinar a duração dos sons.

Cada movimento chama-se um tempo. Cada determinada série de dois, três ou quatro tempos, constitui um compasso, logo há três espécies de compassos, o binário, o ternário e o quaternário.

Para compreender a métrica da Letra de um Hino ou Marcha é necessário o domínio de conceitos fundamentais no âmbito gramatical, que também importam esclarecer.

A métrica diz respeito à medida do verso, que se pode quantificar e classificar.

Medir um verso é fazer a sua escansão, isto é, contam-se as sílabas que constituem o verso, não as sílabas gramaticais, mas as sílabas tal como nos soam ao ouvido.

Só se devem contar as sílabas até à última sílaba tónica da última palavra do verso. Se, no verso, se sucederem duas vogais átonas, uma átona e uma tónica ou átona e ditongo e puderem ser pronunciadas em apenas uma emissão de som, então temos a elisão.

Quanto à métrica os versos classificam-se em monossílabo (uma sílaba), dissílabo (duas sílabas), trissílabo (três sílabas), tetrassílabo (quatro sílabas), pentassílabo ou

redondilha menor (cinco sílabas), hexassílabo (seis sílabas), heptassílabo ou redondilha maior (sete sílabas), octossílabo (oito sílabas), eneassílabo (nove sílabas), etc.

Quanto à classificação das estrofes, os versos classificam-se em monóstico (um verso), dístico (dois versos), terceto (três versos), quadra (quatro versos), quintilha (cinco versos), etc.

Quanto à classificação das rimas, pode ser constituído por verso branco ou solto (não rima), rima interna (no interior dos versos), e rima externa (na palavra final do verso).

A rima pode ser cruzada, emparelhada e interpolada.

Nos Hinos e Marchas há uma combinação da métrica musical com a métrica poética, especialmente quando o texto da canção está no formato padrão de poesia.

A análise do conteúdo das Letras dos Hinos e Marchas permite-nos compreender as ideias com relevância durante este período do Estado Novo.

A análise de conteúdo é «um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens».¹⁰¹

O que se procura estabelecer quando se realiza uma análise conscientemente é uma correspondência entre as estruturas semânticas ou linguísticas e as estruturas psicológicas ou sociológicas, como por exemplo, as condutas, ideologias e atitudes dos enunciados. Trata-se de compreender o sentido da comunicação, mas também uma outra significação, uma outra mensagem ao lado da mensagem primeira.

A leitura do conteúdo das Letras dos Hinos e Marchas não é unicamente uma leitura “à letra”, mas antes o realçar de um sentido que se encontra em segundo plano. Trata-se

¹⁰¹L. BARDIN, *Análise de Conteúdo*, 1977, Lisboa, Edições 70, pag. 38.

de atingir através de significados (manipulados) outros “significados” de natureza psicológica, sociológica, política, histórica, etc.

Na análise de conteúdo faz-se um desmembramento do texto em unidades, em categorias (predicados), pois esta análise fundamenta-se na ideia de que a linguagem representa e reflete directamente aquele que a utiliza.

Separa-se os termos avaliativos com significação comum. Retiram-se das Letras, quer adjectivos (por exemplo, honesto, valente, grande), quer substantivos (por exemplo, caridade, segurança, inimigo, paz), quer os advérbios formados a partir dos adjectivos (por exemplo, lealmente, fortemente), quer ainda os verbos (por exemplo, respeitar, seguir), etc.

A significação dada a estes termos é comum e estável, isto é, há nela um certo consenso ao nível do sentido para um conjunto de pessoas.

A frequência de aparição das unidades de significação assenta no principio de que quanto maior for a frequência dos elementos, tanto maior será a sua importância.

A análise das co-ocorrências é útil para clarificar as representações sociais e as ideologias.

Irei fazer a análise de conteúdo de todos os Hinos e de todas as Marchas das páginas seguintes, quanto à mensagem explícita e implícita nas Letras, ao seu intuito formativo e propagandístico nesta época (1933-1958).

Além da análise de conteúdo, irei fazer, a título exemplificativo, a análise quanto à métrica musical e textual só de uma Marcha, visto ser de pouca relevância para o estudo em causa, escolhendo para isso a primeira a ser analisada, *Eia Avante!*, com música de Mário de Sampaio Ribeiro e Letra de Moreira das Neves.

O modo de análise privilegiado para todos os Hinos e Marchas aqui seleccionados foi a análise de conteúdo pois é indispensável para compreender os ideais que o governo pretendia inculcar nos populares formatando as suas Letras de modo a servirem de propaganda à política do Estado Novo.

MARCHA EIA AVANTE!

Letra de Mons. Moreira das Neves

Música de Mário de Sampaio Ribeiro

Andam vozes no céu em clamor,

Mocidade que passas não pares,

Portugal só por ti é maior

Se por Ele sem medo lutares.

Cada peito sustenta um incêndio.

Oh! Sagrada divina fogueira!

É Camões quem nos dá o compêndio

E Dom Nuno conduz a bandeira!

Cada alma, sonhando, te cante

Pátria amada, Arraial! Arraial!

Eia avante! Eia avante! Eia avante!

Portugal! Portugal! Portugal!

Cada alma, sonhando, te cante

Pátria amada, Arraial! Arraial!

Eia avante! Eia avante! Eia avante!

Portugal! Portugal! Portugal!

Ninguém tema que a Pátria faleça,

Batalhar, olhos nela , não cansa.

Mocidade, levanta a cabeça

E entoa o teu hino de esperança!

Venha a Morte, que a Vida a suporta.

Mocidade, é p'rá frente o caminho!

Portugal só será terra morta

Se algum dia o deixarmos sózinho!

Estrilho

Cada alma, etc.

Esta Marcha (apêndice documental, doc.20) tem um compasso quaternário, isto é, é determinada por séries de quatro tempos até ao seu final. São compassos simples, pois os seus tempos são divisíveis por dois.

A acentuação forte é feita no primeiro e terceiro tempos, sendo o terceiro um pouco menor que o primeiro. Em todos os compassos, sem excepção, o último tempo é o mais fraco.

É uma composição musical que contém uma forma audível de identificação fácil, ao ouvi-la tem-se a percepção que estamos perante uma Marcha.

Nesta composição musical, os pontos colocados por cima das figuras musicais servem para indicar o seu encurtamento, isto é, cerca de metade do valor da nota musical,

porque este estilo de música (marchas, hinos, ou música popular em geral) tem grande influência no encurtamento dos valores das figuras musicais.

Esta Marcha é acompanhada de uma Letra composta por vinte e quatro versos, divididos em seis estrofes. Cada estrofe é, deste modo, composta por quatro versos, tendo o nome de quadra.

Cada quadra tem uma rima externa que é cruzada. O esquema rimático é *a, b, a, b*.

Analisando as seis estrofes confirmamos a existência de rima cruzada em toda a Letra, pois em cada quadra a terminação do primeiro verso rima com a terminação do terceiro verso e a terminação do segundo verso rima com a terminação do quarto verso.

Todos os versos desta Letra são constituídos por nove sílabas métricas. É uma Letra com versos eneassílabos.

Moreira das Neves usa a técnica clássica do verso obediente à rima, à métrica e à acentuação, tal como é dito no Dicionário de Autores Portugueses, o original artístico deste autor encontra-se no verso essencialmente sonoro. Os seus poemas não devem ser lidos em voz baixa. As suas palavras devem ouvir-se porque falam pelos sons, são palavras vivas.

Na página seguinte tenho o quadro que me vai ajudar a analisar o conteúdo da Letra da Marcha. Nesse quadro registam-se os termos avaliativos de significação comum e a sua frequência de aparição ao longo do texto, mostrando a maior ou menor importância dada a cada um deles. Neste quadro optei por pôr todos os verbos no infinitivo, pois ao longo das Letras por vezes encontra-se o mesmo verbo conjugado em tempos diferentes, tornando mais fácil a contabilização das frequências de aparição.

MARCHA EIA AVANTE	
TERMOS AVALIATIVOS	FREQUÊNCIA
Mocidade	3
Portugal	11
Maior	1
Lutar	1
Céu	1
Alma	3
Sagrada	1
Divina	1
Camões	1
Dom Nuno	1
Conduzir	1
Bandeira	1
Pátria	4
Amada	3
Arraial	6
Avante	9
Batalhar	1
Esperança	1

Na elaboração desta Letra o Padre Moreira das Neves coloca a marca da sua vocação sacerdotal, que se pode verificar pelo emprego de palavras de cariz religioso, como é o exemplo de “sagrada”, “divina”, “céu”, “alma”, muito ao gosto do regime salazarista, pois esta alusão é feita à pátria, a Portugal.

Nesta letra as maiores ocorrências deram-se nas palavras “Portugal”, “Avante” e “Arraial”. A palavra *avante*, que significa *para a frente* e a palavra *arraial* que é uma *aclamação* referem-se a Portugal, também é utilizada o adjectivo “maior” para caracterizar Portugal. Encontra-se também com frequência a palavra “Pátria” seguida do adjectivo “amada”.

De salientar a frequência da palavra “Mocidade”, referente às crianças e jovens que irão formar as gerações futuras, seguida dos verbos “lutar”, “levantar”, “batalhar”, em alusão à pátria, dando a ideia de defesa da Pátria e amor à Pátria.

Encontro também a referência a “Camões” e a “D. Nuno” Álvares Pereira, este último aliado às palavras “conduzir” e “bandeira”.

A Marcha Eia Avante evoca a glória de figuras da História de Portugal e toda ela é um elogio à Nação.

MARCHA DA MOCIDADE

HINO DA MOCIDADE PORTUGUESA

Letra de Mário Beirão

Música de Rui Correia Leite

1937

Lá vamos, cantando e rindo,
Levados, levados, sim,
Pela voz do som tremendo
Das tubas, clamor sem fim.

Lá vamos, que o sonho é lindo,
Torres e torres erguendo,
Rasgões, clareiras abrindo,
Alva de luz imortal,
Roxas névoas despedaça,
Doira o céu de Portugal!

Querer, querer e lá vamos,
Tronco em flor, estende os ramos
À mocidade que passa!

Nau de epopeia, a varar,

Ao longe, na praia absorta,
De novo, faze-te ao Mar!
Acesa de ébria alegria,
Soberba de galhardia,
De novo, faze-te ao Mar,
Que o teu rumo é verdadeiro!
Se a Morte espreita, que importa?
«Morrer é partir primeiro»,
Como Camões anuncia!

Estrilho (repetir da primeira à terceira estrofe)

Cale-se a voz que, turbada,
De si mesma se espanta,
Cesse dos ventos a insânia,
Ante a clara madrugada,
Em nossas almas nascida.
E, por nós, oh! Lusitânia,
Corpo de Amor, terra santa
Pátria! Serás celebrada,
E por nós serás erguida,
Erguida do alto da Vida!

Querer é a nossa divisa.
Querer, palavra que vem
Das mais profundas raízes.
Deslumbra a sombra indecisa,
Transcende as nuvens de além
Querer, palavra da Graça,
Grito das almas felizes!

Querer, querer, e lá vamos,
Tronco em flor, estende os ramos
À mocidade que passa!

HINO DA MOCIDADE PORTUGUESA	
TERMOS AVALIATIVOS	FREQUÊNCIA
Ir	7
Cantar	2
Rir	2
Levar	4
Voz	3
Som	2
Sonho	2
Lindo	2
Torres	4
Erguer	2
Abrir	2
Luz imortal	2
Doirar	2
Céu	2
Portugal	2
Querer	9
Tronco em flor	3
Estender	3
Ramos	3
Mocidade	3
Passar	3
Nau de epopeia	1
Faze-te ao Mar	2
Acender	1
Alegria	1
Soberba	1
Galhardia	1
Rumo	1
Verdadeiro	1
Camões	1
Anunciar	1
«Morrer é partir primeiro»	1
Almas	2
Nascer	1
Lusitânia	1
Amor	1
Terra Santa	1
Pátria	1

Continuação	
TERMOS AVALIATIVOS	FREQUÊNCIA
Celebrar	1
Erguer	2
Alto	1
Vida	1
Divisa	1
Raízes	1
Deslumbrar	1
Trancender	1
Palavra	1
Graça	1
Felizes	1

Na Letra desta Marcha (apêndice documental, doc. 21) encontro elevada frequência de aparição nas palavras “vamos”, representado no quadro pelo verbo no infinitivo “ir”, seguido de “levados”, representado também pela sua forma no infinitivo “levar”, dando a ideia de que a Mocidade Portuguesa vai levada, vai conduzida por uma “voz” acompanhada de uma grande felicidade e isso é confirmado pelo uso do verbo “rir”, “cantar” e pela utilização das palavras “sonho” e pelos adjectivos “lindo” e “feliz”. Como se isso fosse uma divisa, como se estivesse implícito como regra de actuação da Mocidade.

A palavra “divisa” também é mencionada agregada ao verbo “querer”, que tem a maior frequência de aparição e é relacionado com a palavra “raízes”, como se o “querer” fosse a origem de tudo, a divisa a seguir para acabar com a indecisão, tal como é dito na expressão “deslumbra a sombra indecisa” e “transcende as nuvens de além”. O “querer” é como se fosse uma orientação divina, como se comprova nas

expressões “querer, palavra da Graça” e “grito das almas felizes!”, havendo aqui uma influência do catolicismo.

Também está presente a ideia de que a Mocidade deve ser agraciada, quando é repetido por três vezes “trondo em flor, estende os ramos, à mocidade que passa”, como se o tronco florido fosse abraçar a Mocidade.

Também encontro referência às glórias passadas, à época dos Descobrimentos, quando é referido “nau de epopeia” seguido de “faze-te ao mar” agregado à palavra “rumo” adjectivada com a palavra “verdadeiro”, como um elogio. É feito também referência a uma personalidade histórica, Camões, usando uma expressão da sua autoria e referindo o seu nome.

Todo este Hino é uma orientação para a actuação da Mocidade Portuguesa, lembrando as glórias passadas e fazendo um elogio a Portugal, que nesta Letra é referido como “Lusitânia”, agregado às palavras “Amor”, “Terra Santa”, “Vida” e aos verbos “nascer”, “celebrar” e “erguer”.

Este Hino foi escrito por Mário Beirão e é característica na escrita deste autor a revelação de uma exaltação à história, à terra e ao mar, apontando para valores lusitanistas, que estão de acordo com as ideias do Estado Novo.

HINO DA LEGIÃO PORTUGUESA

Música de Frederico de Freitas

Letra de José Gonçalves Lobo

1937

Nós temos que vencer

Nada temos a temer

Da invasão comunista.

Já existe a Legião,
Ao vento solta o pendão,
Dá combate ao anarquista.

Não voltamos ao passado,
Acabou o revoltado,
Disso temos a certeza;

E mais tranquilos andamos
Porque todos confiamos
Na Legião Portuguesa.

Reparai no seu marchar,
Os braços a oscilar,
Elevando a mão ao peito.

Garbosos e aprumados,
São verdadeiros soldados
Da ordem e do respeito.

Ele é um soldado unido,
Quer na paz ou quer no perigo,
O seu lema é avançar.

Respeita o seu comandante,
Gritando sempre: Avante!
Por Salazar! Por Salazar!

Neste Hino (apêndice documental, doc. 22) as maiores frequências de aparição são nas expressões “Legião Portuguesa”, “verdadeiros soldados” e na palavra “Salazar”, que

nos salientam o importante papel que a Legião Portuguesa e Salazar desempenhavam no Estado Novo.

HINO DA LEGIÃO PORTUGUESA	
TERMOS AVALIATIVOS	FREQUÊNCIA
Vencer	1
Nada a temer	1
Invasão	1
Comunista	1
Legião Portuguesa	2
Combate	1
Anarquista	1
Acabar	1
Certeza	1
Tranquilos	1
Confiar	1
Reparar	1
Marchar	1
Elevar	1
Mão ao peito	1
Garbosos	1
Aprumados	1
Verdadeiros	2
Soldados	2
Ordem	1
Respeito	1
Unido	1
Paz	1
Perigo	1
Lema	1
Avançar	1
Respeitar	1
Comandante	1
Avante	1
Salazar	2

Encontro referências a “invasão comunista”, “nada a temer”, “combate”, “anarquista” e “perigo”, que me remete para o ano em que este hino foi feito (1937) e relaciono-o com o decorrer da Guerra de Espanha nesta altura, daí a profusão de palavras que pertencem a este léxico, não esquecendo que um dos objectivos da Legião Portuguesa era a defesa da Nação da ameaça comunista, durante a Guerra Civil Espanhola.

Há aparição dos verbos “avançar”, “confiar”, “marchar” e das palavras “lema”, “ordem”, “paz”, “unido” e “respeito”, que enunciam princípios da Legião Portuguesa.

Aparece também referência a “aprumados”, “garbosos” e “mão ao peito” e aos verbos “eivar” e “respeitar”, que é um elogio à forma de estar e de saudar da Legião Portuguesa.

Neste Hino além dos princípios e objectivos da Legião Portuguesa encontro também palavras de enaltecimento a Salazar, como se pode verificar no uso do verbo “respeitar” e no uso das palavras “comandante”, “avante” e na co-ocorrência “Salazar”.

MARCHA LEGIÃO EM MARCHA

Música de José António de Lima

Letra de Eduardo Pires

1938

(Assobiar)

Sempre valentes

Defendendo a Nação

Trálará lálá trálará lálá

Trálará lálá trálará

Marcham contentes

As “Quinas da Legião”

Trálará lálá trálará lálá

Trálará, trálará, trálará.

(Assobiar)

Marcham unidas

E com todo o heroísmo

Trálará lálá trálará lálá

Trálará lálá trálará

Vão decididos

Liquidar o comunismo

Trálará lálá trálará lálá

Trálará, trálará, trálará.

(Assobiar)

As nossas “Lanças”

São orgulho d’este Povo

Trálará lálá trálará lálá

Trálará lálá trálará

Que tem esperança

Na acção do Estado Novo

Trálará lálá Trálará lálá

Trálará, trálará, trálará.

(Assobiar)

Sempre marchando

Com altivez sem igual

Trálará lálá trálará lálá

Trálará lálá trálará

Seguem cantando

Viva Viva Portugal

Trálará lálá trálará lálá

Trálará, trálará, trálará.

MARCHA LEGIÃO EM MARCHA	
TERMOS AVALIATIVOS	FREQUÊNCIA
Valentes	1
Defender	1
Nação	1
Marchar	3
Contentes	1
Quinas	1
Legião	1
Unidas	1
Heroísmo	1
Decididos	1
Liquidar	1
Comunismo	1
Orgulho	1
Povo	1
Esperança	1
Acção	1
Estado Novo	1
Altivez	1
Cantar	1
Viva	2
Portugal	1

Na Letra desta Marcha (apêndice documental, doc. 23) encontro as maiores frequências de aparição no verbo “marchar” e na palavra “viva”.

É dado um grande destaque ao marchar porque a Legião Portuguesa estava na dependência do governo e actuava muitas vezes sob as ordens da autoridade militar, logo, o “marchar” era uma das suas incumbências, pois segundo as directrizes do

governo tinha de haver uma disciplina militarizada da sociedade, como garante de um Estado ordeiro.

Encontra-se várias referências ao longo do texto como “valentes”, “defender”, “Nação”, “contentes”, “unidas”, “heroísmo”, “digidir”, “orgulho”, “povo”, “altivez” e “cantar” que se referem a princípios e objectivos da Legião Portuguesa.

Encontro também a palavra “Quinas” que é uma referência à bandeira e que aparece agregado à palavra “Legião”, tendo esta expressão “Quinas da Legião” a conotação de legionários.

Há também a aparição do verbo “liquidar” agregado à palavra “comunismo”, que era um dos objectivos do governo durante a época em que a Letra desta Marcha foi escrita, pois decorria a Guerra de Espanha e uma das funções atribuídas à Legião Portuguesa era defender a Nação da ameaça comunista, pois estava em causa a implantação de um regime com ligações ao comunismo que pudesse vir a influenciar toda a Península Ibérica.

Há aparição da palavra “esperança” agregada à expressão “acção do Estado Novo”, que reforça a ideia do regime enquanto garante da ordem e progresso do país.

Encontro uma aparição de uma co-ocorrência da palavra “viva” agregada à palavra “Portugal”, que é um elogio à Nação

Esta marcha é um enaltecimento à Legião Portuguesa e à acção do Estado Novo.

MARCHA MOCIDADE LUSITANA
HINO DA MOCIDADE PORTUGUESA FEMININA

Música de Frederico de Freitas
Letra de Branca da Silveira e Silva
1939

Mocidade lusitana
herdeira de Portugal!
Esta herança nos foi dada
para ser por nós guardada;
- e para a guardar vivemos:
de armas na mão – os varões,
e nós – sendo as sentinelas
das mais lusas tradições.

Olhai, - sim - , que no seu posto
de lusitanas vigias,
a missão destas fileiras
não é nas liças guerreiras:
- é nas lides salvadoras,
é a lembrar à Nação
que tem as chagas de Cristo
nas Quinas do seu braço!

Arraial! Ó lusa gente,
Arraial! Arraial! Arraial!
Arraial! Que alerta está
Quem por bem salvará Portugal!

Raparigas lusitanas,
herdeiras de Portugal;
messageiras de bonança
de caridade e esperança.
Para as batalhas da vida,
A Fé – a Paz – e o Bem
são as armas de combate
que o nosso arsenal contém.

Herdeiras da cruz de Ourique,
das Lusitas pequeninas,

às Lusas da juventude,
- em todas esta virtude:
sentir que a nossa vitória,
o nosso mais belo feito,
há-de ser gravar nas almas
a cruz que temos ao peito.

Raparigas lusitanas,
herdeiras de Portugal
É nosso grito de guerra
«Servir a Deus e à terra»;
doirar as trevas de luz,
tornar o pranto em sorriso;
do lar fazer um sacrário
e da Pátria um paraíso.

Mocidade que se orgulha
de ostentar a cruz de Aviz!
lusitana Mocidade
paladina da Verdade:
- Arvorando as lusas Quinas,
nossa luz, nosso fanal,
nós somos as sentinelas
da alma de Portugal!

A Marcha Mocidade Lusitana (apêndice documental, doc. 24) foi adoptada como Hino da Mocidade Portuguesa Feminina.

Os termos “Mocidade lusitana”, “nós”, “fileiras” e “raparigas lusitanas” foram agrupados como um único termo avaliativo, pois representam a mesma ideia, são se significação comum, e foi nesta significação que surgiu a maior frequência.

HINO DA MOCIDADE PORTUGUESA FEMININA	
TERMOS AVALIATIVOS	FREQUÊNCIA
Mocidade lusitana	10
Herdeira	4
Portugal	5
Herança	1
Guardar	2
Armas	2
Lusitanas vigias	3
Lusas	3
tradições	1
Olhar	1
Missão	1
Salvadoras	1
Lembrar	1
Nação	1
Chagas de Cristo	1
Quinas	2
Brazão	2
Arraial	5
Lusa gente	1
Salvar	1
Messageiras	1
Bonança	1
Caridade	1
Esperança	1
Vida	1
Fé	1
Paz	1
Bem	2
Cruz de Ourique	1
Virtude	1
Vitória	1
Belo feito	1
Gravar	1
Alma	2
Cruz	1
Peito	1
Servir a Deus	1
Doirar	1

Continuação	
TERMOS AVALIATIVOS	FREQUÊNCIA
Luz	2
Tornar	1
Pranto	1
Sorriso	1
Lar	1
Sacrário	1
Pátria	1
Paraíso	1
Orgulhar	1
ostentar	1
Cruz de Aviz	1
Verdade	1
Fanal	1
Lusitas (escalão etário da Mocidade)	1
Lusas (escalão etário da Mocidade)	1

A expressão “herdeira de Portugal” também tem uma elevada frequência de aparição e está agregada à palavra “Mocidade”, dando a ideia que os jovens da Mocidade Portuguesa são os herdeiros do destino do país.

A expressão “lusitanas vigias” e a palavra “sentinelas” também foram agrupadas no mesmo termo, porque neste contexto são de significação comum.

Todo este hino enuncia os princípios e objectivos da Mocidade Portuguesa Feminina e verifica-se isso através da aparição dos termos “guardar” agregado à expressão “lusas tradições” e também os termos “olhar”, “lembrar”, “salvar” e “missão”.

Encontro também referência aos atributos que deviam fazer parte da Mocidade Feminina, tais como “mensageiras de bonança”, “caridade”, “esperança”, “fé”, “paz”, “bem”, “virtude” e “verdade”; assim como, referência aos escalões etários da

Mocidade Portuguesa Feminina, com as expressões “Lusitas pequeninas” e “Lusas da juventude”.

Nesta Letra também está patente o catolicismo como princípio da Mocidade Feminina, nas expressões “o nosso mais belo feito há-de ser gravar nas almas a cruz que temos ao peito”, “servir a Deus e à terra”, “doirar as trevas de luz” e “do lar fazer um sacrário”, reforçando o papel reservado à mulher no Estado Novo, de boa católica e de estar no lar cumprindo a missão de esposa e mãe. De salientar também a expressão “lembrar à Nação que tem as chagas de Cristo nas Quinas do seu braço”, que também é de cariz religioso e relaciona as chagas de Cristo com as Quinas do braço, como que atribuindo um valor divino ao braço da Nação.

Há também uma elevada frequência de aparição da palavra “arraial” agregada à palavra “Mocidade” e à expressão “lusa gente”, que é uma aclamação à Mocidade e ao povo português.

Também encontro referências à História de Portugal, como as expressões “cruz de Ourique” e “cruz de Aviz”.

Aparece nesta Letra a palavra “Pátria” relacionada com a palavra “paraíso” e a expressão “lusitana Mocidade” relacionada com as palavras “verdade”, “luz” e “fanal”, que neste contexto significa guia.

Este Hino além de enunciar os princípios e objetivos da Mocidade Portuguesa Feminina, todos eles voltados para os ideais da Nação, faz também um elogio à Pátria, como também uma grande referência a algumas das virtudes tradicionais que a Igreja ensinava: “caridade”, “esperança”, “fé”, resignação (“tornar o pranto em sorriso”) e obediência (“servir a Deus e à terra”).

MARCHA MOCIDADE ALERTA

Música de Jaime Silva

Letra de Moreira das Neves

1941

Mocidade luta e canta

E caminha, vivendo em esperança

Quando a Pátria se levanta,

Também Deus com ela avança.

Dentro dos nossos peitos

Bate com vigor o coração

Baluarte do resgate

Desta nossa geração!

Já passou a hora incerta

É de fogo o nosso instante,

Mocidade alerta, alerta!

Mocidade avante, avante!

Já passou a hora incerta.

É de fogo o nosso instante

Mocidade alerta, alerta!

Mocidade avante, avante!

As maiores frequências de aparição na Letra desta Marcha (apêndice documental, doc. 25) são nas palavras “Mocidade”, “alerta” e “avante”, reforçando a ideia de que a Mocidade tinha como missão seguir em frente sempre vigilante.

MARCHA MOCIDADE ALERTA	
TERMOS AVALIATIVOS	FREQUÊNCIA
Mocidade	5
Lutar	2
Cantar	1
Caminhar	1
Viver	1
Esperança	1
Pátria	1
Levantar	1
Deus	1
Avançar	1
Vigor	1
Coração	1
Resgate	1
Geração	1
Passar	2
Hora	2
Incerta	2
Fogo	2
Alerta	4
Avante	4

Aparece a palavra “Mocidade” agregada aos verbos “lutar”, “caminhar”, “viver”, “cantar” e às palavras “esperança”, “resgate” e “geração”, que são alguns dos objectivos da Mocidade Portuguesa.

De salientar também uma maior frequência de aparição no verbo “passar” e na expressão “hora incerta” que é conotada com o fim da Guerra de Espanha e o fim da ameaça comunista, pois esta Marcha foi escrita no início da década de 40 e nessa altura já tinha acabado a Guerra civil espanhola.

A palavra “Pátria” aparece agregada aos verbos “levantar”, “avançar” e à palavra “Deus”.

É notória a influência da vocação sacerdotal do autor da Letra, pois imprime o seu cunho religioso, usando uma expressão de fé, como é o caso de “Deus com ela (Pátria) avança”. Nota-se nesta Marcha uma fé nos altos destinos da Pátria.

MARCHA GRANDE CORAL DA PÁTRIA

Música e Letra de Mário de Sampaio Ribeiro

Glória a quantos portugueses
Algum dia se esforçaram
por erguer, manter e engrandecer
A Pátria Portuguesa!

Honra e Glória
A quantos formam o escol da Nação!
Que o seu exemplo esteja sempre vivo
Em nossos corações.

Glória às Mães, que,
ardendo em chamas do mais puro amor terreno,
sempre se esmeraram
em criar os filhos p’rá Nação!

Glória a Maria, Padroeira desvelada,
sob cujo manto sempre tem vivido o nosso Portugal!

Glória aos nautas,
que sulcaram, precursores, o Oceano!

Glória aos missionários,
que levaram Deus a toda a parte!

Glória à Cruz de Cristo
e às quinas bentas da bandeira,
que estão na raiz, e são a razão de ser,
do Mundo Português!

Glória a quantos portugueses
Algum dia se esforçaram
por erguer, manter e engrandecer
A Pátria Portuguesa!

Honra e glória
A quantos foram o escol da Nação!
Que o seu exemplo esteja sempre vivo
Em nossos corações!

Esta Marcha (apêndice documental, doc. 26) tem a maior frequência de aparição no termo “Glória”, seguido por uma elevada aparição do termo “Nação”.

Todos os restantes termos avaliativos só aparecem uma ou duas vezes, mas são bastante significativos para o tema da Marcha, que é um elogio à Nação Portuguesa.

São usados verbos como “esforçar”, “erguer”, “manter”, “engrandecer” agregados à expressão “Pátria Portuguesa”.

Surge agregado ao termo “Nação” a palavra “honra”, “corações”, “exemplo” e “escol”, que significa os que se distinguiram.

Também surge os verbos “esmerar”, “criar” e os termos “Amor” e “filhos” ligados à palavra “Mãe”.

É feita uma referência religiosa, “Maria, Padroeira”, conotada com a ideia de protecção a Portugal.

MARCHA GRANDE CORAL DA PÁTRIA	
TERMOS AVALIATIVOS	FREQUÊNCIA
Glória	9
Portugueses	3
Esforçar	2
Erguer	2
Manter	2
Engrandecer	2
Pátria Portuguesa	2
Honra	2
Escol	2
Nação	3
Corações	2
Exemplo	2
Mães	1
Esmerar	1
Criar	1
Amor	1
Filhos	1
Maria Padroeira	1
Portugal	1
Viver	1
Nautas	1
Sulcar	1
Precursores	1
Oceano	1
Missionários	1
Deus	1
Cruz de Cristo	1
Quinas	1
Bentas	1
Bandeira	1
Mundo	1

Encontro também a influência religiosa através da aparição das palavras “missionários”, “Deus”, “Cruz de Cristo” e “bentas”.

É feita uma referência aos navegadores com a palavra “nautas” agregado com as palavras “precursores” e “Oceano”.

É referido também as palavras “quinas”, “bandeira”, “raíz”, agregadas à expressão “Mundo Português”, sendo esta referência à bandeira uma revelação da gloriosa História da Pátria.

Agregado à palavra portuguesas também vêm os verbos “esforçar”, “erguer”, “manter”, “engrandecer” e a palavra “exemplo”, tudo isto aliado à ideia de Pátria Portuguesa e Nação.

Esta Marcha é toda ela um elogio à Pátria, onde se glorifica os portugueses pelo seu exemplo em engrandecer a Nação, as Mães pela sua função de criar os filhos para a Nação, os navegadores pelos seus Descobrimientos e os missionários por levarem por levarem Deus a toda a parte.

É uma Marcha que reflete, com grande ênfase, os valores do Estado Novo, como a glorificação da obra feita até então, o orgulho das glórias do passado, cultivar o amor de Portugal, os ensinamentos da Igreja e a confiança no sacrifício e no esforço.

É característico da escrita deste compositor as referências constantes aos ideais do regime de Salazar.

MARCHA PÁTRIA

Música e Letra de Mário de Sampayo Ribeiro

A nossa Pátria é tão grande
Que o Sol não deixa de a ver
Quando ele se esconde no Corvo
Em Timor está a nascer.
É Portugal um jardim
Espalhado pelo mundo inteiro
E nele só vicejam flores
De que Deus foi jardineiro!

Somos moços, somos livres
E com fé no coração
Temos plena consciência
do que somos p'rá Nação;
E por isso: Quem ousar
afrontá-la em seus direitos,
Terá primeiro que passar
por cima dos nossos peitos!

Estribilho

Somos moços, etc.

Bandeira das cinco quinas,
És a mais linda que existe.
P'ra defender-te aqui estamos,
Braço firme e arma em riste.
Todos como um, bem unidos,
Formando viva muralha,
Queremos que sejas eterna,
Que sejas nossa mortalha!

Estribilho

Somos moços, etc.

MARCHA PÁTRIA	
TERMOS AVALIATIVOS	FREQUÊNCIA
Pátria	1
Grande	1
Sol	1
Corvo	1
Timor	1
Portugal	1
Jardim	1
Espalhar	1
Mundo	1
Flores	1
Deus	1
Moços	3
Livres	3
Fé	3
Coração	3
Consciência	3
Nação	4
Ousar	3
Afrontar	3
Passar	3
Peitos	3
Bandeira	1
Quinas	1
Linda	1
Defender	1
Firme	1
Todos	1
Unidos	1
Formar	1
Muralha	1
Eterna	1
Mortalha	1

Esta Marcha (apêndice documental, doc. 15) tem elevada frequência nas palavras “moços”, “livres”, “fé”, “coração” e “consciência”, às quais estão agregadas a palavra “Nação”, que regista o maior número de frequência de aparição. Aliado a isto está a ideia de que a juventude está a favor da Nação e de que tudo fará para a defender e aparece também uma elevada frequência de aparição nos verbos “ousar”, “afrontar” e “passar”, que remetem também para a defesa da Nação.

Encontro várias referências em relação à Pátria, só com uma aparição, como a expressão “Deus foi jardineiro”, o adjectivo “grande” e as palavras “sol”, “jardim”, e “flores”.

Há referência também a outros territórios portugueses como “Corvo” e “Timor”, que remete para a ideia da importância da extensão dos territórios ultramarinos.

De destacar também a expressão “bandeira das cinco quinas” agregada ao verbo “defender” e aos adjectivos “linda”, “unidos”, “firme” e “eterna”, que é sem dúvida um elogio à bandeira de Portugal.

Esta Marcha tem as características de escrita do autor, Mário de Sampaio Ribeiro, que nas suas Letras investe sempre em valores de acordo com a propaganda do Estado Novo.

Há nesta Marcha a ideia de cultivar o amor de Portugal, e logo no início, também se chama a atenção para a extensão dos territórios ultramarinos. Esta ideia foi muito veiculada pelo governo do Estado Novo a partir da comemoração dos centenários da Fundação e da Restauração de Portugal, em 1940 e daí em diante, de modo a criar na população as ideias de existência de um Império Colonial Português e que sob o governo de Salazar se retomava a glória de épocas passadas.

MARCHA ANGOLA É NOSSA

Música de Duarte Ferreira Pestana

Letra de Santos Braga

1961

Ó povo heróico
português
num esforço estóico
outra vez
tens de lutar
vencer, esmagar a vil traição
p'ra triunfar
valor te dá o teres razão.

Angola é nossa
gritarei
é carne, é sangue
da nossa grei
sem hesitar
p'ra defender
é pelejar
até vencer.

Estrilho

Angola é , etc.

Ao invasor
castigar com o destemor
ancestral
deter, destroçar
vencer, escorraçar
e gritar

Angola é nossa
 Angola é nossa
 é nossa, é nossa
 Angola é Portugal.

MARCHA ANGOLA É NOSSA	
TERMOS AVALIATIVOS	FREQUÊNCIA
Povo	1
Heróico	1
Português	1
Esforçar	1
Lutar	1
Vencer	3
Esmagar	1
Vil	1
Traição	1
Triunfar	1
Valor	1
Razão	1
Portugal	1
Angola	5
Nossa	6
Gritar	2
Carne	1
Sangue	1
Grei	1
Defender	1
Pelejar	1
Invasor	1
Castigar	1
Destemor	1
Ancestral	1
Deter	1
Destroçar	1
Escorraçar	1

Esta Marcha (apêndice documental, doc. 16) tem a maior frequência de aparição nas palavras “Angola” e “nossa”, seguido de elevada aparição nos verbos “vencer” e “gritar”.

Todos os outros termos da Letra só têm uma aparição, mas todos estão em consonância com o tema da Marcha, que é sobre a Guerra Colonial, neste caso em Angola.

Encontro palavras como “heróico”, “esforço”, “razão” e “invasor” que fazem parte do vocabulário de guerra, como é também o caso do uso de verbos como “lutar”, “vencer”, “esmagar”, “triunfar”, “gritar”, “defender”, “pelejar”, “castigar”, “deter”, “destróçar” e “escorraçar”, encontrados na Letra da Marcha.

Como esta Marcha é posterior ao início da Guerra Colonial o seu tema principal é a guerra, embora também prevaleçam algumas referências a outros temas muito utilizados anteriormente nos Hinos e Marchas, como o elogio ao povo português e a Portugal, como se vê nas expressões “povo heróico português” e “Angola é Portugal”, saliento também uma referência que remete para a glória de épocas passadas, quando há aparição da palavra “ancestral” na expressão “castigar com o destemor ancestral”.

V. Os autores dos Hinos e Marchas: breve biografia

Branca da Silveira e Silva

Branca da Silveira e Silva, escritora, nasceu em Lisboa em 1887.

«Usa o pseudónimos Giesta e Maria de Monforte».¹⁰²

Com o pseudónimo de Maria de Monforte a página feminina dos jornais “A Época” e “A Voz” até 1942.

Foi secretária-geral da Obra das Mães pela Educação Nacional desde 1937.

Publicou Amor de Marinheiro (peça de teatro), Sangue Azul (peça de teatro), A Velhice e a Mocidade (sonetos e uma ode final), Contos do meu rosário (contos em prosa e verso), A Herdeira (romance), Cravos de Santo António (quadras soltas) e Mocidade Lusitana, hino da Mocidade Portuguesa Feminina, (apêndice documental, doc.24).



Fig. 39
Branca da Silveira e Silva

Com o pseudónimo de Giesta colaborou frequentemente nos jornais Diário Ilustrado, Diário Nacional, A Nação, O Dia, etc. Com o mesmo pseudónimo colaborou também

¹⁰² *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa, Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, pag. 922.

nas revistas O Jornal da Mulher, Quinzena de Portugal, Vida Mundana, etc.

Em 1944 foi agraciada com o grau de cavaleiro da Ordem Militar de Santiago do Mérito Literário e Artístico pelo conjunto da sua obra literária e social.

MÁRIO GOMES PIRES BEIRÃO

Mário Beirão, poeta , nasceu em 1890 e faleceu em 1965.

Segundo a Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, era licenciado em Direito pela Universidade de Lisboa e exerceu a função de conservador no Registo Civil de Maфра.



Fig. 40
Mário Beirão

Este poeta é o autor da Letra da Marcha da Mocidade ou Hino de Mocidade Portuguesa (apêndice documental, doc. 21).

«Nas suas poesias (...) os temas nacionais em nenhum outro poeta moderno mais palpitam e brilham».¹⁰³ Além de numerosas poesias avulsas, publicou as seguintes obras de versos: O Último Lusíada (1913), Ausente (1915), Pastorais (1923), A Noite Humana (1928), Novas Estrelas (1940), Mar de Cristo (1957) e O Pão da Ceia (1964).

¹⁰³ Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Lisboa, Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, pag. 446.

RAUL FERRÃO

Raul Ferrão, formado em engenharia química, militar e compositor, nasceu em 1890 e faleceu em 1953.

Em 1907, ingressou na carreira militar. Foi professor da Escola de Guerra em 1917 e 1918, depois de ter cumprido missões de serviço em África durante a Primeira Guerra Mundial.

Raul Ferrão começou a compor durante os anos vinte e chegou a ser representante da antecessora da Sociedade Portuguesa de Autores, a Sociedade de Escritores e Compositores Teatrais, em congressos internacionais de direitos de autor.

Foi compositor de algumas das mais populares canções, fados e marchas. Escreveu música para mais de uma centena de peças de teatro e revistas e alguns filmes portugueses.

São conhecidos os seus êxitos como *As Camélias*, *Burrié*, *Velha Tendinha*, *Rosa Enjeitada*, entre outros, e ainda as canções para os filmes *A Canção de Lisboa*, *Maria Papoila*, *A Aldeia da Roupa Branca* e *A Varanda dos Rouxinóis*. Raul Ferrão escreveu ainda música para operetas como *A Invasão*, *Ribatejo*, *Nazaré*, *Colete Encarnado* ou *Senhora da Atalaia*.

Extraordinariamente produtivo como compositor, as suas composições atravessaram gerações como é o caso de *Lisboa Não Sejas Francesa* e *Coimbra*.

Uma das suas inúmeras composições durante o Estado Novo foi a *Marcha do 3º Batalhão da Legião Portuguesa* (apêndice documental, doc. 18).

EDUARDO PIRES

Eduardo Pires nasceu em 1892, foi militar.

«Oficial oriundo da Arma de Engenharia, foi promovido a Brigadeiro em 1953».¹⁰⁴ É autor da Letra de “Legião em Marcha”, (apêndice documental, doc. 23).

MÁRIO DE SAMPAYO RIBEIRO

Mário de Sampayo Ribeiro, compositor, escritor, musicólogo, nasceu em 1898 e faleceu em 1966.

Começou a estudar música e piano aos seis anos, estudos que aprofundou mais tarde no Conservatório Nacional de Música, onde estudou também violoncelo e composição. Frequentou o Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, mas o que lhe despertava o interesse era a Arte e a Cultura, onde se notabilizou como investigador histórico, etnólogo e investigador e crítico musical.

Mário de Sampayo Ribeiro deixou uma longa obra em domínios tão variados como a música, a arqueologia, a onisipografia e a história.

Realizou um vasto trabalho de investigação no campo da música estando cerca de duzentos e cinquenta obras suas referenciadas no Boletim da Academia Portuguesa de História, destacando-se as monografias dedicadas à Obra Musical do Padre António de Figueiredo (1932), a Damião de Góis na Livraria Real de Música (1935), à Música em

¹⁰⁴Alberto Ribeiro SOARES, Pedro Marquês de SOUSA, Manuel J. Ferreira da COSTA, *Hinos patrióticos e militares portugueses*, 2010, Edição: Estado-Maior do Exército, pag. 310.

Portugal nos Séculos XVIII E XIX (1938) e ao estudo dedicado às Guitarras de Alcácer e a Guitarra Portuguesa (1936). Dos clássicos, estuda com especial profundidade Carlos Seixas, Luísa Todi, El-Rei D. João IV, etc.

Foi um reconhecido musicólogo, contando-se na sua obra um grande número de harmonizações de música popular portuguesa e estudos sobre os grandes polifonistas e mestres compositores nacionais.

Foi também de grande importância para o estudo da música em Portugal a sua contribuição através dos seus estudos de música sacra da Renascença Portuguesa (séculos XVI e XVII) que permitiu a sua execução nos tempos modernos.

De salientar também as inúmeras Marchas que nos deixou, presentes no Cancioneiro da Mocidade Portuguesa, algumas em que é o autor da Música, como é o caso de “Portugal Marinheiro”(apêndice documental, doc. 12) e “Eia Avante”(apêndice documental, doc. 20); e outras em que é o autor da Música e da Letra, como é o caso de “Pátria”(apêndice documental, doc. 15), e “Grande Coral da Pátria”(apêndice documental, doc.26).

Mário de Sampaio Ribeiro empenhou-se também na criação e regência de coros, pois sentiu que eram de grande importância para a divulgação dos polifonistas, que haviam sido esquecidos durante anos. Segundo *O Livro dos Portugueses*, em 1941 colaborou na criação de Polyphonia Schola Cantorum, de que foi Mestre Cantor-Mor até ao fim da sua vida. A sua regência foi sempre enriquecida com comentários sobre os autores e as peças a interpretar e atingiu um elevado nível reconhecido por toda a Europa.

Na década de 50 e 60 dirigiu o Comité de Musicologia da Fundação Calouste Gulbenkian.

Mário de Sampayo Ribeiro «foi director artístico do Coro Universitário de Lisboa»¹⁰⁵, funções que desempenhou até ao seu falecimento em 1966.

LOURENÇO ALVES RIBEIRO

Lourenço Alves Ribeiro, militar, músico, maestro e compositor, nasceu em 1899 e faleceu em 1993.

Aprendeu música com o seu pai João Alves Ribeiro e começou a tocar na Filarmónica de Vizela aos nove anos, onde executou vários instrumentos até aos dezanove anos, cornetim, trombone, saxofone, clarinete, bombardino, contrabaixo, etc.

Alistou-se como voluntário no Regimento de Infantaria nº 32 em 1919.

No Conservatório Nacional fez os cursos de solfejo, harmonia, contraponto fuga e Estética, História da Música e Acústica. Especializou-se em trombone de varas.

Foi Sargento Músico de 1920 a 1926, sendo solista em Bombardino na Banda de Música da GNR, da qual foi regente anos mais tarde.

Foi Alferes Chefe de Banda em 1931, passando pelos postos de Tenente, Capitão e Major até 1959, como Chefe de Banda da Guarda Nacional Republicana.

Enquanto Maestro da Banda de Música da GNR preocupou-se sempre com o repertório e novas obras foram adaptadas e transcritas.

Foi promovido a Major Inspector de Bandas e Fanfarras das Forças Militares e Militarizadas em 1959 e colocado no Ministério da Defesa Nacional.

Foi professor de Harmonia, Acústica e História da Música tanto no plano civil como militar.

¹⁰⁵ *O Livro dos Portugueses*, 1990, Edição Círculo de Leitores, pag.533.



Fig. 41

Lourenço alves Ribeiro

Foi condecorado com várias medalhas (comportamento exemplar, bons serviços, mérito militar, etc), possuindo as insígnias de Cavaleiro da Ordem Militar de Avis e Cavaleiro da Ordem Militar de Santiago da Espada.

Realizou concertos com as Bandas da Marinha, Caçadores 5, Infantaria 1, Aviação e Guarda Nacional Republicana.

Compôs várias obras durante o período do Estado Novo: Marcha Desfile da GNR, Marcha Canção do Soldado da GNR, Marcha Canção do Legionário (apêndice documental, doc.17), Marcha O 28 de Maio, Marcha Canção do Soldado Português, Marcha O S. João de 1934, Marcha O Desfile de Infantaria, etc.

FREDERICO GUEDES DE FREITAS

Frederico de Freitas, nascido em 1902 e falecido em 1980, foi compositor, maestro e pedagogo.

Inicia os estudos musicais com a sua mãe, Elvira Cândida de Freitas, conhecida pianista. Aos treze anos entra para o Conservatório Nacional, onde estuda piano com Carlos Reis, violino com Alexandre de Bettencourt, ciências musicais com Luís de Freitas Branco, harmonia com José Henrique dos Santos e contraponto, fuga e alta composição com António Eduardo da Costa Ferreira. «Concluiu os cursos superiores de composição, piano, violino e ciências musicais»¹⁰⁶.

Em 1918, surgem as suas primeiras obras, duas *Avé Marias* em homenagem a Nossa Senhora.



Fig. 42

Frederico de Freitas

Frederico de Freitas desenvolve também o gosto pela direcção de orquestra, estudando com os maestros Vittorio Gui e Willem Mengelberg.

¹⁰⁶*O Livro dos Portugueses*, 1990, Edição Círculo de Leitores, pag. 235.

Em 1935, depois de completar o Conservatório ingressou na Emissora Nacional como Maestro subdirector da Orquestra Sinfónica à qual esteve ligado durante 40 anos. Esta longa colaboração traduziu-se em centenas de concertos realizados tanto em Portugal como no estrangeiro.

Fundou a Sociedade Coral de Lisboa, em 1940, que dirigiu até à sua extinção, associação que estreou a sua Missa Solene e apresentou obras de Haendel, Bach, Beethoven, Mendelssohn, Saint-Saens, Viana de Mota, entre outras.

O ano de 1940 ficou também marcado pela criação em Portugal da Companhia de Bailado Verde-Gaio, à qual Frederico de Freitas esteve ligado como director musical.

Frederico de Freitas foi Director da Orquestra Sinfónica do Conservatório de Música do Porto, entre 1949 e 1953 e Maestro Titular da Orquestra de Concerto da Emissora Nacional a partir de 1956.

No domínio da composição deixou-nos uma vastíssima obra que abrange praticamente todos os géneros musicais, desde a música religiosa e de ópera, incluindo a música para teatro ligeiro, música de filmes e variadas Marchas, como é o caso da conhecida “Mocidade Lusitana”(apêndice documental, doc.24), com grande destaque durante o Estado Novo. Sempre muito interessado pelos tesouros da música portuguesa, quer popular, quer erudita, harmonizou inúmeras melodias populares.

«Pedagogo e musicólogo, soube valorizar e tirar proveito da linguagem musical do povo»¹⁰⁷. Além das actividades de compositor e director de orquestra, foi também pedagogo, leccionando Canto Coral no Liceu e Contraponto, Fuga e Composição no Centro de Estudos Gregorianos.

¹⁰⁷ *Enciclopédia Fundamental da Verbo*, 1989, Edição Verbo, pag. 636.

A linguagem musical de Frederico de Freitas é de um ecletismo aberto a tudo, com uma grande expressão emotiva servida por uma instrumentação excelente em clareza e firmeza de escrita.

Como musicólogo os seus trabalhos encontram-se dispersos por várias publicações periódicas, entre as quais as revistas Panorama. Durante algum tempo também exerceu a crítica musical no jornal Novidades.

Segundo *O Livro dos Portugueses*, foi distinguido com vários prémios: Prémio Nacional de Composição em 1926, Prémio Domingos Bomtempo (Emissora Nacional) em 1935 e Prémio Carlos Seixas em 1962.

FRANCISCO MOREIRA DAS NEVES

Moreira das Neves, foi padre, escritor, jornalista e poeta, nasceu em 1906 e morreu em 1992.

«Estudou nos seminários do Porto. Concluído o curso teológico em 1928, foi ordenado no ano seguinte»¹⁰⁸. Nos primeiros dois anos paroquiou em Milhundos (Penafiel). Durante a vida paroquial dedicou-se especialmente ao apostolado infantil, através das Cruzadas Eucarísticas e em Mosteiró (Vila do Conde) fundou o Patronato de Santa Rita de Cássia.

Em 1934, deixando a vida paroquial, veio para Lisboa assumir o cargo de Chefe da Redacção das Novidades»¹⁰⁹. Misturada com o jornalismo a sua acção sacerdotal dispersa-se pela pregação, conferências e estudos eclesiásticos. Para além das

¹⁰⁸ *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa, Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, pag. 859.

¹⁰⁹ *Ibidem*.

reportagens e dos volumes de prosa e verso são bem conhecidos alguns programas radiofónicos e televisionados.

Deve-se à sua iniciativa a campanha do Cruzeiro da Independência, desenvolvida em 1940 no continente e nas colónias, e que levou o governo de Espanha a desenvolver propaganda semelhante.



Fig. 43
Padre Moreira das Neves

Em 1944 acompanhou o cardeal-patriarca de Lisboa, em visita às Colónias, para a inauguração da Catedral de Lourenço Marques. Fez também viagens à Itália, Espanha e Escócia. Participou em vários congressos católicos e Semanas litúrgicas, pregou em importantes ocasiões em vários pontos do país e fez palestras culturais e literárias na Emissora Nacional e na Rádio Renascença.

Em 1946 foi nomeado presidente nacional da Obra de Protecção aos Leprosos e elaborou imensos trabalhos na secção “Letras e Artes” do jornal “Novidades”. Quando faleceu deixou mais de uma centena de obras editadas, como é o caso de *Sonho Azul*, sonetos, 1931; *Hóstia florida*, lendas eucarísticas e outros poemas, 1936; *As Sete Palavras de Nossa Senhora*, poemas marianos, 1938; *Leal Conselheiro Infantil*, versos com música, 1940; *O Mendigo de Deus*, poemas do sofrimento e da graça, 1944; *O Grupo dos Cinco*, dramas espirituais, 1945; *O Cardeal Cerejeira*, Patriarca de Lisboa,

edição monumental ilustrada, 1945; entre muitas outras. Temos o exemplo também de várias Marchas, como são os casos de “Eia Avante”(apêndice documental, doc.20) e “Mocidade Alerta”(apêndice documental, doc. 25), entre outras.

Moreira das Neves foi um autor com prosa e poesia dispersa pelas mais diversas publicações, pois esteve cerca de cinquenta anos como chefe de redacção do histórico diário católico “Novidades” e foi co-fundador da Rádio Renascença.

RUI CORREIA LEITE

Rui Correia Leite, poeta e jornalista, nasceu em Lisboa em 1908. Concluiu o 7º ano do Liceu na área de Letras e dedicou-se à poesia e ao jornalismo muito cedo.

Foi redactor do jornal A Voz e colaborou na Secção Teatral da Emissora Nacional.

Publicou várias obras, tais como: «Portugal dos Pequeninos, versos , 1932; Arriba España, versos, 1936 e Raça, teatro, 1944»¹¹⁰. Escreveu também várias peças de teatro, estreadas na década de 30 e 40. Deixou-nos também a música do “Hino da Mocidade Portuguesa”(apêndice documental, doc. 21).



Fig. 44

Rui Correia Leite

¹¹⁰ *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa, Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, pag. 880.

Recebeu vários prémios nos Jogos Florais da Emissora Nacional e nos Jogos Florais Luso-Espanhois.

ANTÓNIO DIMAS DA SILVA BARRACOSO

António Dimas Barracoso, nasceu em 1913.

Com o posto de Tenente CBM (Chefe de Banda de Música), «foi Chefe-adjunto da Banda do Regimento de Infantaria 1 (1956/66) e chefe titular da Banda do Regimento de Infantaria 16 (1966/70) e da Região Militar de Moçambique (1970/72). Foi reformado no posto em 1983»¹¹¹.

Foi compositor da Marcha Império (apêndice documental, doc. 27), escrita em homenagem a todos aqueles que fizeram chegar o bom nome português a todo o mundo.

DUARTE FERREIRA PESTANA

Duarte Pestana, nascido em 1921 e falecido em 1974.

Segundo fonte do Arquivo da Banda de Música da Guarda Nacional Republicana, iniciou os seus estudos musicais ainda muito jovem, e aos 7 anos já tocava flautim na filarmónica local.

Américo Ferreira, seu tio e conhecido trompetista, reconheceu-lhe admiráveis qualidades para a música e matriculou-o no Conservatório do Porto, onde estudou com o Professor Capitão António Alves.

¹¹¹A. Ribeiro SOARES; P. Marquês de SOUSA; M. J. Ferreira da COSTA, *Hinos patrióticos e militares portugueses*, 2010, Lisboa, Edição: Estado-Maior do Exército, pag. 303.

Tornou-se profissional como clarinetista integrando a Banda de Música da GNR do Porto. Com a dissolução da referida Banda ingressou no Exército, e devido à sua actuação notável num concurso prestado em Lisboa foi convidado pelo Maestro Lourenço Alves Ribeiro para fazer parte da Banda de Música da GNR de Lisboa, onde foi Sargento Músico e ocupou o lugar de solista.



Fig. 45

Duarte Pestana (à esquerda) acompanhado de Estevão Ferreira, destacado percursionista da Banda de Música da GNR de Lisboa, 1963, (fotografia particular do Sargento Músico Estevão Ferreira.

Duarte Pestana era um excelente artista, actuou em quase todas as orquestras incluindo a Sinfónica da Radiodifusão Portuguesa.

Dirigiu várias orquestras e , durante treze anos, o conjunto musical do Coliseu dos Recreios e o Coro e Orquestra da extinta F. N. A. T. (hoje INATEL).

Como compositor dedicou-se à música ligeira para teatro, cinema e rádio, e tem algumas centenas de composições, sendo de salientar a música da canção “Não quero o mundo” interpretada por Maria de Lurdes Ressende, que obteve o 3º lugar no Festival RTP da Canção no ano de 1967.

Compôs também para banda, Flocos de Neve, Saudades d’aldeia e cinco fantasias populares: Uvas do Douro, Lisboa é coisa boa, Abraço a Portugal, Paisagem Ribatejana e Arco-Íris, a qual alcançou um verdadeiro sucesso em todo o país.

De destacar também as variadíssimas Marchas que compôs, como é o caso de Luanda Heróica (apêndice documental, doc.19), Angola é Nossa (apêndice documental, doc. 16), entre tantas outras.

As suas Marchas revelam a mestria de um compositor que dominava inteiramente a essência do grupo para o qual escrevia.

Segundo pude verificar, na opinião dos seus antigos colegas, as suas obras revelam-se fascinantes pelo seu valor musical intrínseco e espalham um sabor popular genuinamente luso que se torna contagiante.

Conclusão

Situando a música em relação à história como sendo parte da história das mentalidades e das representações, a letra dos Hinos e das Marchas torna-se interlocutora privilegiada, trata-se de compreender o impacto que têm as composições das letras das Marchas ou dos Hinos com uma dada estrutura, sobre a mentalidade do povo, assim o Estado Novo serviu-se cada vez mais de modelos, através de sinais ou mensagens transmitidos nos conteúdos das letras das músicas.

Através do sentido da letra, numa composição poética, acompanhada de música, em louvor de uma Nação ou de uma personagem célebre, como é o caso da letra da “Marcha Eia Avante”(apêndice documental, doc. 20)em que é feito um louvor à Pátria com palavras de cariz religioso e referindo Camões e D. Nuno Álvares Pereira evocando a glória de Portugal.

A intenção era enaltecer todas essas figuras para transformá-los num espelho do valor do povo português, logo os portugueses vistos como povo ou Nação são portadores das mesmas virtudes e qualidades dos heróis, e deste modo incutir nos portugueses a vontade de recuperar a grandeza da Pátria.

«A tendência mais forte foi para sacralizar os heróis, em nome da pedagogia cívica e da defesa do exemplo para as novas gerações (...)».¹¹²

Tudo isto confere sentido ao conjunto formado pela população fornecendo-lhes uma dimensão identificadora, assim, os indivíduos que formam a Nação interligam-se no plano do imaginário e das representações sobre nós.

¹¹²Maria Isabel JOÃO, *Memória e Império.Comemorações em Portugal:1880-1960*, 2002, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pag. 525.

Os Hinos e Marchas contribuem para este processo de identificação colectiva, ligando a população como membros da Nação através da reprodução da narrativa da História de Portugal e de símbolos que funcionam como elementos identificadores.

Também na letra da “Marcha Legião em Marcha”(apêndice documental, doc. 23), há um enaltecimento da Nação e da sua defesa por parte da Legião Portuguesa, dando um grande destaque ao marchar, pois a disciplina militarizada da sociedade era uma das directrizes do regime para garantir a ordem.

Até o próprio acto de marchar, para regular o passo de tropas ou de qualquer grupo de pessoas, leva a um papel representativo e expresso do que se escreve ou se compõe, o som representado por cada um dos caracteres alfabéticos ou os versos correspondentes de um Hino ou uma Marcha, o poder político e a música militar integram-se num espectáculo, tornando-se ela própria num espectáculo, através de grandes cerimónias procurando despertar a curiosidade de quem passa de modo suficientemente intenso.

São as circunstâncias e a aprendizagem da utilização política da música militar nos anos da ditadura a fazerem do salazarismo aquilo em que se transformou.

Neste trabalho, pôde defenir-se a música militar como uma pedagogia de ensino, considerando-a como uma actividade nobre e indispensável para orientar a actuação da população, tendo um propósito didáctico e formativo.

Para os compositores dos Hinos ou das Marchas militares é inquestionável a íntima ligação com os planos ideológico, institucional, político, jurídico e religioso. A música faz uma combinação específica de diversas práticas da vida social, estando sempre presente na educação escolar, na Mocidade Portuguesa, na Legião Portuguesa, nas

procissões, nas sociedades filarmónicas e de recreio, vertentes de grande expressão no quotidiano da população, ocupando grande parte das suas horas livres.

Constata-se uma grande influência da música militar, pois grande parte dos Hinos e Marchas eram compostos por militares, como é o caso de Raul Ferrão, Eduardo Pires, Lourenço Alves Ribeiro, Duarte Ferreira Pestana, entre tantos outros. No entanto, também haviam muitos compositores que não eram militares, como por exemplo, Moreira das Neves e Mário Beirão. Contudo nota-se nas letras de Moreira das Neves uma árdua militância cultural, toda ela voltada para o investimento em valores de uma matriz de acordo com a propaganda do Estado Novo e a obra poética de Mário Beirão é saudosista, apontando sobretudo para valores lusitanistas, revelando-se na sua escrita uma exaltação à história, à terra, ao mar e ao sangue lusitano, sendo uma constante nas suas letras os temas nacionalistas.

Por outro lado, as bandas de música que faziam os concertos públicos e que acompanhavam grande parte das procissões eram bandas de música militares, como por exemplo, na Procissão de Nossa Senhora da Saúde, realizada todos os anos em Lisboa. A maior parte das bandas de música das sociedades filarmónicas, embora civis, também eram dirigidas por maestros e músicos militares, pois tal fazia parte das suas atribuições.

Para além dos, já citados, meios de integração da música militar na vida da população, há ainda a importância que o papel educacional e propagandístico deste tipo de música pôde assumir nesse processo, tornando-se evidente que a informação dos conteúdos das letras dos Hinos e das Marchas conseguiram objectivos concretos no sentido de facilitar a integração social e nesta circunstância veiculando determinados interesses, conforme o momento histórico vivido.

Nota-se uma evolução das letras dos Hinos e Marchas no decorrer dos anos.

Na década de 30 e na década de 40 há letras de Hinos e Marchas que nos permitem identificar alguns acontecimentos históricos, pois refletem o que se estava a viver no momento, como é o caso da “Marcha da Mocidade” ou “Hino da Mocidade Portuguesa”(apêndice documental, doc.21), onde é feita uma exaltação à história dos Descobrimentos Portugueses e à actuação da Mocidade Portuguesa, o mesmo se passa no “Hino da Mocidade Portuguesa Feminina”(anexo documental, doc. 24), acrescentando aqui as virtudes que a igreja ensinava, como *caridade, esperança, lar sagrado, paz, fé, servir a Deus*, e que faziam parte dos ideais salazaristas. Através das letras destas Marchas e Hinos conseguimos identificar que pertencem à segunda metade da década de 30, data em que foram criadas a Mocidade Portuguesa masculina e feminina com a finalidade de incutir nos jovens os valores nacionalistas, bem evidenciados nas letras dos Hinos e Marchas deste período.

O “Hino da Legião Portuguesa”(apêndice documental, doc. 22), permite-nos situar o momento histórico vivido através da sua letra, pois refere-se ao *combate ao anarquista* e à *invasão comunista*, e todo o seu léxico nos remete para o decorrer da Guerra de Espanha e para os objectivos da criação da Legião Portuguesa, permitindo precisar o período em que foi escrito.

A “Marcha Mocidade Alerta”(apêndice documental, doc. 25), não deixa dúvida que foi escrita no início da década de 40, altura da Segunda Guerra Mundial, tendo a sua letra um grande ênfase nas palavras *alerta* e *avante*, mostrando que a Mocidade estava vigilante, por outro lado, também é referido que *já passou a hora incerta* em alusão ao fim da Guerra de Espanha.

Noutras Marchas escritas durante a década de 40, como é o caso de “Marcha Grande Coral da Pátria”(apêndice documental, doc. 26) e “Marcha Pátria”(apêndice documental, doc. 15), são feitos elogios à Nação e refletem os ideais do regime e o orgulho das glórias portuguesas já passadas, reforçando a ideia de confiança e sacrifício para manter e engrandecer a Pátria Portuguesa, remetendo-nos também para a ideia da importância da extensão dos territórios ultramarinos.

Todas estas ideias foram muito divulgadas neste período e permitem-nos identificar o momento histórico vivido, conotando-o com o período da comemoração dos centenários da Fundação e Restauração de Portugal, em 1940, a partir do qual se reforçou a ideia de existência de um Império colonial português e que com Salazar se retomava as glórias do passado.

Não encontrei Hinos e Marchas compostos na década de 50, época conturbada a nível político, com um movimento anti-colonialista que se vai alargando e vários outros problemas que possivelmente não foram favoráveis a uma maior profusão de composições musicais.

No início da década de 60, já encontro novas composições, como é o caso da “Marcha Angola é nossa”(anexo documental, doc. 16), onde verifico a existência de grande quantidade de palavras do léxico de guerra, um grande ênfase nas palavras *lutar*, *vencer*, *defender* e um elogio ao povo heróico português. Esta Marcha permite-nos, claramente, identificar o período da História de Portugal, não deixando dúvida que foi escrita durante a Guerra colonial, neste caso, em Angola.

Concluindo, os temas dos Hinos e Marchas surgem ligados ao contexto histórico que se vive na altura e dirigiam e orientavam a população para as directrizes do Estado Novo, que foram evoluindo conforme as necessidades do regime, comprovando-se isso

através da evolução dos conteúdos expressos nas suas letras ao longo do período histórico estudado. Comprova-se, assim, que os Hinos e Marchas militares tinham uma utilização didáctica e propagandística, formatando e influenciando a população do Estado Português.

Bibliografia

Geral:

ARRIAGA, Lopes (1976), *Mocidade Portuguesa*. Lisboa, Terra Livre.

BRANCO, J. de Freitas (2005), *História da Música Portuguesa*. Biblioteca da História, Lisboa, Publicações Europa-América.

BRITO, M. C. ; CYMBRON, L. (1992), *História da Música Portuguesa*. Lisboa, Universidade Aberta.

BRITO, Manuel C. de (1989), *Estudos de História da Música em Portugal*, Lisboa, Editorial Estampa.

CARRILHO, Maria (1985), *Forças Armadas e Mudança Política no século XX – Para uma explicação sociológica do Papel dos Militares*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

CARVALHO, Mário V. de (1978), *Estes sons, esta linguagem*. Editorial Estampa.

DINIZ, M.E. ; TAVARES, A. ; CALDEIRA, A. (1988), *História 9*, Editorial O Livro.

FERREIRA, José M. (1992), “As relações entre as Forças Armadas e o regime (1933-1960)”, *Portugal e o Estado Novo. Nova História de Portugal*, dir. de Joel Serrão e Oliveira Marques, vol. XII.

FERREIRA, José M. (1992), *O comportamento político dos militares – Forças Armadas e Regimes Políticos em Portugal no século XX*, Lisboa, Ed. Estampa.

GOMES, Joaquim C. (2006), *Os militares e a censura. A censura à imprensa na Ditadura militar e Estado Novo (1926-1945)*, Lisboa, Livros Horizonte.

GRAÇA, Fernando L. (1989), *A música portuguesa e os seus problemas*, vol, I e II, Ed. Caminho.

GRAHAM, Helen (2006), *Breve História da Guerra Civil de Espanha*, Ed. Tinta da China.

LEAL, Ernesto Castro (1994), *António Ferro, Espaço Político e Imaginário Social (1918-1932)*. Coleção de História Moderna e Contemporânea, Lisboa, Edições Cosmos.

MADEIRA, Barbara (1979), *Subsídios para o Estudo da Educação em Portugal*, Assírio e Alvim.

PAÇO, A. Simões do (coord.), (2008), *A ascensão de Salazar*, Coleção Os Anos de Salazar, Centro Editor PDA.

PAÇO, A. Simões do (coord.), (2008), *A constituição do Estado Novo*, Coleção Os Anos de Salazar, Centro Editor PDA.

PAULO, Heloisa (1994), *Estado Novo e Propaganda em Portugal e no Brasil. O SPN e o DIP*, Coimbra, Ed. Minerva.

PROENÇA, M. Cândida (coord.), *O Sistema de Ensino em Portugal (séculos XIX-XX)*, Edições Colibri.

REIS, António (coord.), (1996), *Portugal Contemporâneo*, vol. 2, Publicações Alfa.

RIBEIRO, M. S. (Pref.), (1962), *Cancioneiro para a Mocidade (Música impressa)*, Lisboa: Serviço de Publicações Mocidade Portuguesa.

RODRIGUES, Luís N. (1996), *A Legião Portuguesa, 1936-1944*, Lisboa, Editorial Estampa.

SIEGMEISTER, Elie (1945), *A Música e a Sociedade*. Artes Letras-Número 22, Música. Lisboa: Editora Cosmos.

VIEIRA, Joaquim, *Mocidade Portuguesa. Os homens de um Estado Novo*. Coleção História do Sec. XX, Edição A Esfera dos Livros.

Específica:

AMARAL, C. ; CASTRO, J. ; ALVES, B. (2010), *Descobrir a História*, Porto Editora.

Anuário da Guarda Nacional Republicana, 1957. Arquivo Histórico Militar da GNR.

Anuário da Guarda Nacional Republicana, 1958. Arquivo Histórico Militar da GNR.

BARATA, M. T. (1998), “Estado Novo e política de defesa na II Guerra Mundial”, *Portugal e a Guerra, História das Intervenções militares portuguesas nos grandes conflitos mundiais, séculos XIX e XX*, coord. Nuno Severiano Teixeira, Lisboa, Edições Colibri.

BARDIN, Laurence (1977), *Análise de Conteúdo*, Lisboa, Edições 70.

CARVALHO, Mário V. de (1999), *Razão e Sentimento na Comunicação Musical*, Lisboa, Relógio D'Água.

CARVALHO, Rómulo de (1996), *História do Ensino em Portugal*, Fundação Calouste Gulbenkian.

CORTESÃO, Luiza (1982), *Escola, Sociedade, Que relação?*, Biblioteca das Ciências do Homem, Edições Afrontamento.

COSTA, F. ; MARQUES, A. (2007), *História e Geografia de Portugal*, Porto Editora.

COSTA, J. Almeida; MELO, A. Sampaio e (1946), *Dicionário da Língua Portuguesa*, Porto Editora.

DELGADO, Iva. *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, Publicações Europa-América.

Dicionário cronológico de Autores Portugueses (2000), org. Instituto Português do Livro e das Bibliotecas, vols. 3 e 4, Publicações Europa-América.

DUARTE, A. P. (2009), “Raul Esteves – Militar e estrategista”, *Jornal do Exército*, nº 585, Lisboa, Estado-Maior do Exército.

Enciclopédia Fundamental da Verbo, 1989, Edição Verbo.

FERREIRA, J.M. (1998), “Relações entre as Forças Armadas e o Poder Político”, *Portugal e a Guerra, História das Intervenções militares portuguesas nos grandes conflitos mundiais, séculos XIX-XX*, coord. Nuno Severiano Teixeira, Lisboa, Edições Colibri.

FIGUEIREDO, F. de (1958), *Música e Pensamento*, Lisboa, Guimarães Editores.

FREITAS, Pedro (1946), *História da Música Popular em Portugal, Filarmónicas de Portugal*, Lisboa: Tipografia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra.

GOMES, Carlos A. F. F. (2002), *Discursos sobre a “especificidade” do ensino artístico: a sua representação histórica nos séculos XIX e XX*, Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação, Lisboa, Universidade de Lisboa.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. Lisboa, Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia.

JOÃO, Maria Isabel (2002), *Memória e Imperio. Comemorações em Portugal, 1880-1960*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

LEAL, Ernesto Castro (2002), “Nacionalismos Portugueses: Cultura e política no século XX”, separata da *Revista da Faculdade de Letras*, nº 26, 5ª série.

LUZIA, Angela (1994), *Lavradio, As suas Gentes*, Monografia Câmara Municipal do Barreiro, Biblioteca Municipal.

MARTINS, Oliveira (1893), *A vida de Nun’Álvares*, Lisboa, Livraria António Maria Pereira.

MELO, S. ; RIO, M. (2010), *Língua Portuguesa*, Porto Editora.

MINEIRO, Adélia C. (2007), *Valores e Ensino no Estado Novo*, Edições Sílabo.

MÓNICA, Maria F. (1978), *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*, Lisboa, Presença.

MOURA, J. B. (1977), *Estética da Canção Política*, Coleção Movimento, Livros Horizonte.

NÓVOA, A. (1992), “Educação Nacional”, *Nova História de Portugal. Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, Lisboa, Presença.

Ó, J. Ramos do (1999), *Os anos de ferro: O dispositivo cultural durante a ‘Política do Espírito’ (1933-1949)*, Lisboa, Editorial Estampa.

OLIVEIRA, A. N. Ramires de (coord.),(1995), *História do Exército Português (1910-1945)*, vol.IV, Arquivo Histórico Militar.

O Livro dos Portugueses (1990), Edição Círculo de Leitores.

PIRES, M. L. Torres; BATISTA, F. Laura; MORAIS, G. N. Gusmão (1967), *Livro de Leitura da Primeira Classe*, Porto Editora.

RIBEIRO, Américo (2001), *Imagens de Palmela, 1938-1952*, Colecção Estudos e Projectos Municipais, Palmela: Edição Câmara Municipal de Palmela.

RIBEIRO, Américo (2006), *Todos os dias, arquivo fotográfico de 1952-1955*, Setúbal, Livraria Hemus.

RIBEIRO, Mário de Sampaio (1962), *Cancioneiro para a Mocidade*, Lisboa, Mocidade Portuguesa.

RODRIGUES, C. ; RIBEIRO, E. ; BARRAL, R. (1962), *Cancioneiro para a Mocidade*, Lisboa: Serviço de Publicações Mocidade Portuguesa.

ROLLO, Fernanda (1989), “Salazar através da fotografia”, *Salazar e o salazarismo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

ROSAS, F. (1994), “O Estado Novo nos anos 30”, *História de Portugal*, dir. de José Mattoso, vol. VII, Lisboa, Círculo de Leitores.

ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de (dir. de),(1996), *Dicionário de História do Estado Novo*, vols. I e II, Bertrand Editora.

SANTOS, António dos (2006), *A cidade dos rapazes pobres, Setúbal – Anos de 1950*, Setúbal, Edição Centro de Convívio dos Ex-alunos do Orfanato Municipal de Setúbal.

SARAIVA, José H. (1996), *Portugal, sumário histórico e os últimos cem anos*, Lisboa, Ed. Mobil.

SOARES, A. Ribeiro ; SOUSA, P. Marquês de ; COSTA, M. J. Ferreira da (2010), *Hinos Patrióticos e militares portuguesas*, Edição: Estado-Maior do Exército.

SOUSA, P. Marquês de (2008), *História da Música Militar*, Lisboa, Tribuna da História – Edição de Livros e Revistas.

SUBTIL, Manuel ; FILIPE, Cruz ; ARTUR, Faria ; MENDONÇA, Gil (1935), *Leituras, Ensino Primário Elementar, IV Classe*, Livraria Sá da Costa.

TEIXEIRA, Jorge (1993), *O Barreiro que eu vi*, Barreiro: Câmara Municipal do Barreiro.

TELO, A. J. (1998), “A neutralidade portuguesa na Segunda Guerra Mundial”, *Portugal e a Guerra, História das intervenções militares portuguesas nos grandes conflitos mundiais, séculos XIX e XX*, coord. Nuno Severiano Teixeira, Lisboa, Edições Colibri.

VIEIRA, Ernesto. *Teoria da Música*, Lisboa, Editores Valentim de Carvalho.

